



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mestrado interdisciplinar em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos

A promoção de uma cultura de segurança nos alunos do ensino
básico: um estudo de caso nos segundo e terceiro ciclos

Maria Clara Araújo Gomes Inácio

Coimbra

Novembro de 2010

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos, no curso interdisciplinar das Faculdades de Letras, Ciências e Tecnologia e Economia da Universidade de Coimbra

Orientadores: Prof. Doutor José Manuel Mendes

Prof. Doutor Luciano Fernandes Lourenço

Em memória daquele de quem recebi
os mais dignos exemplos de civismo e cidadania.

Eterna saudade, querido pai

Agradecimentos

Agradecer a todas as pessoas que concorreram para a concretização deste meu projecto é a etapa que, emocionalmente, se me apresenta mais difícil, pois receio cometer a injustiça de esquecer alguém que, de alguma forma, para tal contribuiu. Assim, a todos os que estiveram do meu lado, apoiando, incentivando, fazendo-me olhar em frente, o meu sincero bem haja.

Ao Professor Doutor José Manuel Mendes, qualquer agradecimento que aqui possa expressar fica aquém da sua efectiva responsabilidade nesta “epopeia”. Para além do apoio e constante disponibilidade na sua orientação, destaco o alento e o ter impedido que eu baixasse os braços quando, por mais de uma vez, estive tentada a desistir do projecto.

Ao Professor Doutor Luciano Fernandes Lourenço, reconheço com gratidão os valiosos contributos de quem conhece sobremaneira os meandros do nosso sistema de ensino, palco em que se desenvolve este estudo.

Aos alunos de 2008/2009 (as minhas três turmas do 7.º ano e aos do 5.º), agradeço toda a disponibilidade em responder ao inquérito.

Aos colegas da Escola E B 2 e 3 com Ensino Secundário de Aguiar da Beira que prontamente acederam a prestar a sua colaboração no preenchimento do inquérito. Uma palavra especial para os Directores de Turma do 5.º ano, Alcino Gomes, Maria da Luz Soares e Delfina Pimentel, pela prontidão com que corresponderam às minhas solicitações.

Deixo também uma palavra de gratidão aos sete entrevistados, que por razões óbvias não deverei identificar, pela solicitude com que se disponibilizaram a colaborar.

O meu reconhecimento às colegas da Direcção Executiva pela compreensão que têm demonstrado, sobretudo na recta final deste trabalho, em me “aliviar” das minhas incumbências profissionais. Em particular à Directora, a amiga Sandra Correia, pelo encorajamento, pelo companheirismo e cumplicidade - qualquer agradecimento que aqui expresse ficará sempre aquém do que lhe é devido.

Uma palavra especial de agradecimento para três amigas pelo apoio e paciência na leitura e revisão deste trabalho. Cada uma com a sua perspectiva e segundo uma sensibilidade tão própria, agradeço à Delfina Pimentel, Cristina Maltez e Paula Gonçalves.

À minha mãe fica o reconhecimento pelos seus constantes incentivos, no presente como em toda a minha existência, sempre naquele seu jeito tão próprio de ser.

Finalmente, e porque os últimos são os primeiros, as derradeiras palavras de agradecimento vão para aqueles que são o verdadeiro motivo do meu empenho, esforço e dedicação, já que mais não seja pelo exemplo que lhes devo como herança - os meus filhos. À Estefânia, principal responsável por eu ter embarcado nesta aventura quando, ao inscrever-se no seu 2.º ciclo, deixou aberto o sítio da Universidade de Coimbra e assim, numa daquelas coincidências com que a vida me tem brindado, deparei-me com a possibilidade de a ter como colega de mestrado. E claro, obrigada pela ajuda na transcrição das entrevistas. Ao Carlos Eduardo, pela guarida na sua casa de estudante, pelo carinho e cumplicidade. À Ana, por todas as horas em que não pude estar presente e a privei do acompanhamento que lhe era devido.

Resumo

Com este trabalho pretende-se abordar o desenvolvimento de uma cultura de segurança, temática que se encontra na ordem do dia, particularmente enfatizada após a grande catástrofe que assolou o Sudeste asiático, em Dezembro de 2004.

Vai ser analisado o contexto escolar enquanto um dos palcos privilegiados para a construção de uma epistemologia cívica, reflectir sobre o papel que os diferentes actores/intervenientes têm em todo este processo. Procurará avaliar-se até que ponto a acção pedagógica veiculada preconiza a construção da cultura de segurança ou, se pelo contrário, existe uma discrepância entre o que está a ser implementado e o que seria expectável.

O estudo de caso abrange os alunos dos 5.º e 7.º anos da Escola E B 2 e 3 / S de Aguiar da Beira, bem como, a outra vertente fundamental neste processo, os professores, sobre quem, em primeira instância, recai esta responsabilidade. Procurar-se-ão, ainda, identificar os principais constrangimentos em todo este processo e acrescentar as “visões” de entidades/instituições que de algum modo nele estão implicadas.

Finalmente, pretende-se chegar a um conjunto de “boas práticas” ou percursos “facilitadores” de projectos e/ou programas de informação/formação em meio escolar destinados a alunos dos 2.º e 3.º ciclos da escolaridade básica.

Abstract

The development of a safety culture is nowadays an up to date issue, due to the huge emphasized catastrophe in the Southeast Asia in December 2004.

In the school context, a privileged set in the conception of a civic epistemology, different actors/interveniers take a significant role concerning the safety culture process. Pedagogic action allows its construction but it may, on the contrary, show evidence of a gap between what is being implemented and what is supposed to be expected.

This case study comprises the 5th and 7th grade students from Aguiar da Beira Secondary School as well as the teachers, the other important part in the process, whom fall back, in first stage, the whole responsibility. Furthermore, the embarrassments in all the process are fundamental to be identified, and the entities/institutions' views, which are implied in it, to be included.

Finally, it is intended to draw out a new set of good practices and to perform newer and easier projects and/or information programs itineraries amongst the school environment to elementary students.

Lista de siglas

ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CPC	Clube da Protecção Civil
EIRD	Estratégia Internacional para a Redução dos Desastres
LBPC	Lei de Bases da Protecção Civil
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
PC	Protecção Civil
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil
UE	União Europeia
UNDP	United Nations Development Programme

ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	vii
Resumo / Abstract	v
Lista de siglas.....	vi
Índice Geral.....	vii
Introdução	1
1 - Objectivos	1
1.1 - Geral.....	2
1.2 - Específicos	2
2 - Enquadramento.....	3
2.1 - Razão de ser	3
2.2 - Fundamentação teórica	5
3 - Limitações do estudo	8
1.º Capítulo - Contextualização da cultura de segurança	9
1.1 - O contexto internacional	9
1.1.1 - Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes	9
1.1.2 - Quadro de Acção de Hyogo - 2005-2015.....	9
1.1.3 - União Europeia.....	10
1.2 - O contexto português	11
1.2.1 - Lei de Bases da Protecção Civil	11
1.2.2 - Organização da Protecção Civil - âmbito municipal	12
1.2.3 - Clube de Protecção Civil	13
1.2.4 - Protocolos entre escolas e corpos de bombeiros.....	16
1.3 - A cultura de segurança na Escola	17
1.3.1 - Os programas curriculares do 5.º ao 9.º ano	17
1.3.2 - Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas	18
1.3.3 - Programa Escola Segura.....	19
1.3.4 - Módulo “Cidadania e Segurança”	19
2.º Capítulo - Metodologia	22
2.1 - Inquéritos.....	22
2.2 - Entrevistas.....	23
2.3 - Características das amostras.....	24
2.4 - Breve caracterização do meio.....	25
2.4.1 - Estabelecimento de ensino.....	25
2.4.2 - Concelho de Aguiar da Beira	26

3.º Capítulo - A cultura de segurança e a Escola: análise empírica	29
3.1 - Alunos	29
3.1.1 – 1.º Bloco - Caracterização do entrevistado e do agregado familiar	29
3.1.2 – 2.º Bloco - A preparação para a emergência na escola.....	31
3.1.3 – 3.º Bloco - Situações de emergência em casa	35
3.1.4 – 4.º Bloco - As situações potencialmente perigosas	38
3.2 - Professores	43
3.2.1 – 1.º Bloco - Caracterização do entrevistado	43
3.2.2 – 2.º Bloco - Exercícios de evacuação	45
3.2.3 – 3.º Bloco - O desenvolvimento da cultura de segurança em meio escolar.....	47
4.º Capítulo - Cultura de segurança: a visão institucional	50
4.1 - Âmbito regional.....	54
4.2 - Âmbito local	66
Conclusão e recomendações	81
Referências bibliográficas	84

Índice de Tabelas

Índice de Figuras

Índice de Anexos

Anexos

Introdução

1 - Objectivos

Ao longo dos tempos, o ser humano foi ocupando o território, e foi-se organizando em sociedades cada vez mais complexas e artificiais, tornando cada vez mais precário o equilíbrio entre os seus interesses/aspirações e o ambiente. “Cerca de 75% da população mundial reside em áreas que foram afectadas, pelo menos uma vez, por um evento natural catastrófico, no período entre 1980 e 2000” (UNDP, 2004, p.1). Por vezes, estes eventos ocorrem ciclicamente numa mesma região e, amiúde, desencadeiam processos de rotura entre o sistema social e o ambiente natural.

O impacte que um evento potencialmente danoso vai desencadear num determinado espaço reflecte o grau de preparação da sociedade que nele está inserida. Por vezes, um fenómeno de uma mesma tipologia, com uma magnitude semelhante, pode acarretar graves disfunções numa região e deixar uma outra praticamente incólume. Assim sendo, o aprofundamento do conhecimento científico e técnico das ocorrências potencialmente perigosas de cada região constitui uma prioridade inalienável. Só deste modo, as instituições que têm como missão a prevenção e a protecção da sociedade estarão mais capacitadas para a minimização ou mitigação dos riscos inerentes a cada região.

É comum ouvirmos dizer que os portugueses são tradicionalmente um povo avesso à autoridade, disciplina e organização o que, conseqüentemente, também o transforma num povo sem cultura de segurança, tendo muitas vezes a convicção de que o mal e os problemas só acontecem aos outros. Quem poderá esquecer as reportagens da comunicação social, na sequência do desmoronamento do leixão na praia Maria Luísa, a 21 de Agosto de 2009, onde os banhistas, que no dia seguinte recorriam exactamente nos mesmos comportamentos, referiam que “não vai acontecer todos os dias”! Afirmações como esta demonstram inequivocamente as alteridades tranquilizadoras, o conceito de invulnerabilidade, o “pode acontecer mas não a mim”.

Recomendações internacionais incitam a que o desenvolvimento desta cultura de segurança comece logo nos “bancos da escola”. Esta problemática de investigação, a que me proponho, consubstancia-se no objecto de estudo que tem subjacente a seguinte proposição: a escolaridade básica tem de estar preparada para desenvolver nos seus alunos uma cultura de segurança.

A formulação desta proposição foi sustentada, na fase inicial do estudo, em pesquisa bibliográfica, na leitura das recomendações internacionais e dos normativos nacionais que sustentam as políticas de Protecção Civil, especificamente as que tecem considerações relativas à abordagem desta temática em contexto escolar. Ambicionando atingir o propósito enunciado, defino como objectivos os abaixo.

1.1 - Geral

- Avaliar de que forma a Escola está a promover uma cultura de segurança.

1.2 - Específicos

- Analisar o discurso oficial espelhado na produção legislativa que, de forma directa ou indirecta, sustenta a sua implementação nas práticas quotidianas dos 2.º e 3.º ciclos.
- Relacionar a formação recebida em contexto escolar com as atitudes/comportamentos em situações de risco.
- Caracterizar o modo como está a ser implementada esta temática na escola seleccionada para o estudo, para daí inferir boas práticas e/ou constrangimentos.
- Avaliar o grau de sensibilização dos docentes relativamente a esta temática, nomeadamente a importância que atribuem aos exercícios de evacuação.
- Conhecer que tipo de formação têm os professores para cumprirem esta missão.
- Clarificar a percepção que entidades externas têm sobre os conteúdos, os métodos e as estratégias mobilizados ou a mobilizar no desenvolvimento de uma cultura de segurança nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.
- Identificar, nos discursos sobre as práticas, acções e projectos, as políticas que sustentam o propósito do estudo.

2 - Enquadramento

2.1 - Razão de ser

Uma notícia que li num jornal, na sequência do trágico tsunami que afectou o sudeste asiático no final de 2004, despertou-me para a importância desta temática. Nela, dava-se conta que uma menina inglesa de 10 anos, com a sua família a passar férias na praia de Maikhao, na ilha de Phuket, na Tailândia, tinha poupado a vida de cerca de 100 pessoas graças ao seu professor de Geografia, já que lhe havia explicado como prever um tsunami. Poderei até suspeitar da capacidade persuasiva que uma criança de 10 anos tem para convencer 100 pessoas a adoptarem um comportamento de autoprotecção. Mas, não me custa acreditar que, pelo menos a sua família pôde de facto ter sido salva quando a menina reconheceu os sinais de alerta que tinham sido abordados nas aulas. O professor explicara aos seus alunos que, a partir do momento em que o mar recuasse, teriam apenas alguns minutos para reagir antes da chegada do tsunami.

Sendo eu professora de Geografia, não pude deixar de reflectir na altura, sobre a relevância dos ensinamentos que transmitimos (ou que deveríamos transmitir), particularmente se algum dia vierem a contribuir para salvar uma vida que seja. Para além do âmbito da disciplina que lecciono, esta investigação reveste-se ainda de especial relevância pessoal e profissional, já que no triénio 2006/2009 desempenhei o cargo de Coordenadora de Directores de Turma.

Uma das atribuições de supervisão inerente a este cargo é, junto dos Directores de Turma, apoiar a tarefa da formação/informação quanto aos procedimentos a adoptar pelos alunos no âmbito dos Planos de Prevenção e Emergência. Daí ser meu ensejo identificar eventuais lacunas e aspectos passíveis de serem melhorados. Mais importante ainda, servirá indubitavelmente para me “apetrechar” para o novo desafio com que me deparo no quadriénio 2009/2013 - o desempenho do cargo de Responsável de segurança da escola, com as responsabilidades inerentes à construção de um espaço privilegiado para a mudança de comportamentos e vector essencial de formação do futuro cidadão, interveniente e responsável.

Para o processo ensino/aprendizagem na escola poder realmente influenciar a definição e desenvolvimento de atitudes e criar uma cultura de prevenção de riscos nos alunos, é imperioso que os actuais currículos incluam as questões ambientais e prevenção de catástrofes nos seus objectivos, conteúdos e actividades. Embora os programas, objectivos e conteúdos actuais já abordem estas temáticas, fazem-no de uma forma pontual e esporádica e, acima de tudo, sem uma sequência lógica e estruturada. É premente a necessidade de promover, valorizar e abordar estas questões com maior profundidade e consentaneidade.

Numa primeira fase, o desenvolvimento deste trabalho passa pelo enquadramento teórico subjacente à abordagem desta temática, uma revisão dos conceitos com base no levantamento da literatura existente e na análise dos relatos de experiências realizadas noutros países e respectivas lições aprendidas. Numa análise comparativa da situação portuguesa com outras experiências internacionais pôde-se constatar que apenas estamos a ensaiar os primeiros passos, ainda muito tímidos, e que um longo caminho há para percorrer. Estudos realizados nos últimos anos revelam que o desenvolvimento de atitudes pró-activas nos alunos depende de múltiplos factores, mas os dois mais importantes são o processo ensino/aprendizagem na Escola e os vínculos que os alunos estabelecem com as suas famílias e comunidades.

Ao longo do primeiro capítulo, procede-se à revisão das recomendações internacionais e dos normativos nacionais que regem a transposição desta problemática para o sistema educativo português. Na preparação do aluno para o exercício de uma cidadania plena, vai aparecendo nos currículos escolares, com uma relevância crescente, um conjunto de competências individuais, interpessoais e sociais relacionadas com as temáticas da prevenção e minimização dos riscos. Esta preocupação por parte da tutela, o Ministério da Educação, que, como já foi referido, é resultante das orientações internacionais, vai ser consubstanciada de uma forma mais evidente nas determinações a operacionalizar na área curricular não disciplinar de Formação Cívica, que serão explanadas no ponto 1.3.4.

Com base nesta revisão da literatura, constituída na sua quase maioria por fontes primárias, foram-se definindo algumas das áreas a investigar, bem como delineado o trilho metodológico para a investigação, que é explanado no segundo capítulo.

Sendo um trabalho essencialmente empírico, a recolha de informação adveio dos inquéritos e das entrevistas pessoais a responsáveis por algumas entidades, permitindo caracterizar o estágio de desenvolvimento da cultura de segurança nestes níveis de ensino, o grau de sensibilização/informação para esta problemática por parte dos professores em geral, e ainda, perceber quais as “práticas em exercício” no dia-a-dia dos colectivos institucionais.

No terceiro capítulo, tendo como base uma escola inserida num concelho rural do interior, Aguiar da Beira, tenta-se avaliar de que forma a Escola está a cumprir a sua tarefa de promoção de uma cultura de segurança, equacionar até que ponto a formação recebida em contexto escolar leva à adopção de correctas atitudes/comportamentos em situações de risco, bem como compreender que expectativas têm os jovens relativamente à abordagem desta temática. Para tal, aplicaram-se inquéritos aos alunos dos 5.º e 7.º anos deste estabelecimento de ensino.

Uma dimensão que não estava inicialmente prevista neste estudo (os professores), foi-se afigurando imprescindível à medida que se iam consultando as várias experiências internacionais. Se alguns planos curriculares da formação inicial dos docentes já focam

estas questões, constatamos que a área de Formação Cívica (área curricular não disciplinar com um papel relevante na difusão destes conhecimentos), é atribuída ao Director de Turma, docente que pode ser proveniente de qualquer grupo de recrutamento. Recorrendo a um inquérito, pretendeu-se chegar a um diagnóstico caracterizador do corpo docente da referida escola, da sua sensibilidade para a abordagem e da relevância que atribuem à cultura de segurança. A análise dos resultados obtidos nos dois inquéritos (alunos e professores) é explanada ao longo do terceiro capítulo deste trabalho.

Se a responsabilidade do desenvolvimento de uma cultura de segurança em meio escolar é atribuída em primeira instância aos professores, tal incumbência não pode ser empreendida isoladamente mas sim implicando um trabalho colaborativo com outras entidades/instituições. Com o intuito de conhecer a multiplicidade de motivações e implicações que estes vários contributos têm (ou deveriam ter) nesta tarefa, pretendeu-se com o recurso a entrevistas auscultar as vivências de quem, com vários anos de experiência acumulada, ou pelo contrário, a ensaiar os primeiros passos neste domínio, poderia constituir uma “mais-valia” para este trabalho. A análise de conteúdo destas entrevistas constitui o quarto e derradeiro capítulo deste trabalho.

2.2 - Fundamentação teórica

Desde sempre o ser humano conviveu com episódios que ameaçavam a sua estabilidade. Nos primórdios os fenómenos potencialmente danosos restringiam-se quase exclusivamente ao âmbito físico e a sua origem era atribuída à ira de entidades sobrenaturais e divinas que só seria apaziguada com o derramamento de sangue de sacrifícios de animais ou até mesmo de vidas humanas. A pouco e pouco foram surgindo riscos como consequência das actividades antrópicas, podendo estes ter ou não uma componente natural. De um modo geral, pode-se dizer que a génese dos riscos, assim como o aumento da capacidade de gerar danos e da sua escala de abrangência, acompanham a evolução da humanidade.

É essencial clarificar antes de mais a conceptualização subjacente a este trabalho, pois se o conceito de risco está amplamente difundido na sociedade contemporânea, enquanto objecto de investigação científica sistemática ainda não alcançou no seio da comunidade académica um consenso quanto à sua definição, variando esta de autor para autor.

Tendo como referência de base a explicitação dos conceitos que é preconizada pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, naquele que é o recurso privilegiado a que os educadores recorrem quando se pretendem documentar nesta temática, vejamos o que consta no Dossier que foi distribuído às escolas. Neste, perigo é definido como “o conjunto de circunstâncias ou factores que eventualmente podem vir a causar prejuízos

ou dano a pessoas e bens” e risco como “a probabilidade desse perigo se traduzir numa ocorrência danosa para pessoas e bens” (p. 7). Coloca-se, desde já, uma objecção a esta definição onde, em vez de “perigo”, deveria constar “processo potencialmente perigoso”, já que o perigo tem a ver com a proximidade de manifestação iminente do risco ou, então, com a própria manifestação, deixando de ser probabilidade remota. Isso é risco!

Assim, considere-se como definição de risco, a preconizada na Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto - Lei de Bases da Protecção Civil, (entretanto revogada), em que risco é um “sistema complexo de processos cuja modificação de funcionamento é susceptível de acarretar prejuízos directos ou indirectos (perda de recursos) a uma dada população”

Voltando ao mesmo Dossier da ANPC, os riscos aparecem-nos organizados em dois grandes grupos: os naturais e os tecnológicos (p. 8). Esta distinção afigura-se como demasiadamente redutora, pelo que, neste âmbito, se irá seguir a tipologia preconizada por Lourenço (2003), em função da sua origem: naturais, antrópicos e mistos. Segundo este autor, trata-se de riscos naturais “quando o fenómeno que produz os danos está associado à evolução da Terra, ao longo do tempo” (2003, p. 92), e estão aqui incluídos os geofísicos, os climático-meteorológicos, os geomorfológicos e os hidrológicos. A definição que atribui a riscos antrópicos é “quando os fenómenos que causam os danos resultam da intervenção do ser humano, em resultado da sua própria evolução à face da Terra” (2003, p. 92), e neles se incluem os tecnológicos, os sociais e os biológicos. Quando aos riscos mistos, considera o mesmo que são “quando concorrem condições naturais e acções antrópicas” (2003, p. 92), apontando o dendrocaustológico, de erosão e de desertificação. Esta discriminação pode, à primeira vista, parecer excessivamente exaustiva, no entanto, dada a abrangência desta temática, dela irá resultar a lista que será objecto de análise nos conteúdos curriculares entre o 5.º e o 9.º ano, a que se dará relevo no primeiro capítulo.

Partindo do pressuposto que o “suporte natural” influencia o modo como o ser humano se “apropria” do espaço e o vai modelando, só com o conhecimento profundo e aturado do suporte físico é viável uma adequada gestão de recursos e interesses. A identificação dos perigos associados a cada região e a sua probabilidade de ocorrência (perigosidade), bem como, a sua susceptibilidade (propensão para ser afectada por processos danosos como consequência da conjugação de factores condicionantes e desencadeantes) revelam-se de crucial importância na abordagem que deve ser efectuada no meio escolar. Enquanto espaço de ocupação antrópica, importa ainda analisar em pormenor a vulnerabilidade que está associada a cada território, ou seja, o grau de perda que advém para o ser humano, em consequência da actuação de um processo danoso.

No caso da vulnerabilidade social, segundo Mendes (2007), esta reflecte o grau de exposição aos riscos e depende da capacidade de resistência e resiliência dos indivíduos, que, por sua vez, estão correlacionadas, entre outros factores, com o nível de

conhecimento e de adaptação que estes manifestam em situações adversas. Deste modo, o incremento da resiliência cognitiva que se pretende alcançar nos jovens dos 2.º e 3.º ciclos resultará numa atenuação das alteridades tranquilizadoras, em que o “mal” só acontece aos outros, e contribuirá para a diminuição da vulnerabilidade social.

Destacam-se dois artigos que foram tidos como uma referência no desenvolvimento deste trabalho “*Aprendizagem proactiva: um novo paradigma na educação de desastres*”, (Shiwaku & Shaw, 2008) e “*A Educação dos perigos para a juventude: uma investigação Quasi-Experimental*” (Ronan & Johnston, 2003).

O primeiro, descreve e avalia uma experiência realizada na Escola Secundária de Maiko, no Japão, que desenvolveu um curso de educação no âmbito da mitigação das catástrofes e a sua comparação com outras escolas de ensino “tradicional”. Este estudo comparativo foi baseado num inquérito realizado em 12 escolas (1065 alunos) de diferentes partes do Japão, incluindo a Escola Secundária de Maiko, para entender a ligação entre a educação para os processos potencialmente danosos e a consciencialização dos alunos. Entre 2000 e 2002, dois professores desta escola receberam formação através da participação em workshops, seminários e conferências. Além disso, interagiram com muitos profissionais e especialistas de universidades, departamentos de socorro, bombeiros municipais, e ONG. Os resultados obtidos nesta investigação revelaram-se cruciais para os professores da escola e departamentos da educação enquanto “desenhadores” na concepção do currículo da educação para as catástrofes.

O segundo artigo, baseia-se numa amostra de crianças em idade escolar de Auckland, Nova Zelândia, cujas conclusões apontam para a forte correlação existente entre a participação em programas educacionais para os riscos e: (1) o aumento do conhecimento das resposta relacionadas com as actividades de autoprotecção, (2) o aumento do planeamento no seio do agregado familiar para uma emergência, (3) o aumento do número de relatos de pais e crianças que apresentam adaptações aos riscos em casa. Neste mesmo estudo verificou-se ainda o aumento da interacção entre as crianças e os seus pais resultante da aplicação destes programas educacionais de preparação para situações potencialmente perigosas.

De âmbito nacional, destaca-se a consulta efectuada à dissertação de mestrado intitulada “*Sensibilização em Protecção Civil – Uma investigação centrada na Casa Municipal de Protecção Civil de Coimbra*” (Lopes, 2009). Trata-se de um estudo que incide também sobre o público escolar mas numa perspectiva “outside”, ou seja, baseada numa actividade para os alunos, a exposição “S.O.S. Riscos Naturais”, que decorreu entre 29 de Fevereiro e 14 de Março de 2008, numa das instituições que a par da Escola, também partilha responsabilidades neste domínio. Segundo a autora, “Os resultados obtidos permitem concluir que a intervenção terá contribuído para incrementar a sensibilização dos alunos envolvidos por temáticas do âmbito da protecção civil relacionadas com riscos naturais e tecnológicos, o que os poderá tornar mais aptos a

enfrentarem adequadamente situações de emergência que envolvam esse tipo de perigos. Estes resultados podem constituir referência a ter em conta na realização de actividades de sensibilização em protecção civil, junto do público escolar, protagonizadas por instituições com responsabilidades nesta área que, para as realizarem, pretendam utilizar os seus próprios espaços” (*op. cit.*). Esta exposição é, inclusivamente, apontada por Mendes & Tavares (2009), como exemplo de boas práticas por parte das instituições com responsabilidades em matéria de formação/informação dos cidadãos em geral e, neste caso, dos jovens em particular.

3 - Limitações do estudo

Na concretização deste trabalho alguns constrangimentos foram surgindo.

O primeiro, que se colocou logo da fase inicial de pesquisa bibliográfica, foi a lacuna, sobretudo a nível nacional, de estudos ou publicações no âmbito da cultura de segurança, que pudessem servir como sustentáculo de recensão. Encontraram-se alguns mas referentes a outras realidades e a outros sistemas de ensino o que tornou difícil a primeira fase do trabalho e contribuiu para um certo desalento já que “o edifício parecia não ganhar alicerces”.

Outro constrangimento foi a selecção da linha de investigação já que se impõem opções que acabam por valorizar determinadas facetas e dimensões, sendo outras, inevitavelmente, abandonadas ou subalternizadas. Refiro-me concretamente ao facto de ter limitado a recolha de dados referentes aos alunos a uma amostra que abrange uma única realidade, a de um meio rural. Um estudo comparativo entre diferentes realidades socioeconómicas e culturais permitiria certamente retirar um manancial de conclusões muito mais profícuo.

1.º Capítulo - Contextualização da cultura de segurança

Passa-se seguidamente a explicar o quadro de referência que formata o desenvolvimento da cultura de segurança em meio escolar. Em cada subcapítulo os documentos são apresentados respeitando a ordem cronológica pela qual foram emanados.

1.1 - O contexto internacional

1.1.1 - Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes

Em 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da sua Resolução 44/236, designou os anos 90 como a Década Internacional para a Redução das Catástrofes Naturais. Este foi considerado o primeiro esforço universal com vista a reduzir as perdas humanas, sociais, ambientais e económicas que decorrem das situações de catástrofes ambientais e tecnológicas. Para além do seu objectivo principal, a EIRD propõe-se ainda apostar na sensibilização pública, tendo como lema: a Prevenção começa com a Informação. Para a prossecução da sua missão e atribuições, a EIRD possui um secretariado que funciona como ponto focal do sistema das Nações Unidas para a promoção de laços e sinergias nesta área de intervenção. Este órgão constitui ainda uma plataforma internacional para a troca de informações e conhecimentos nessa área de actividade, promovendo o desenvolvimento de campanhas de sensibilização pública e a produção de artigos e material promocional.

1.1.2 - Quadro de Acção de Hyogo - 2005-2015

A comunidade das Nações Unidas tem vindo a intensificar os seus esforços para aumentar e melhorar a informação, educação e consciencialização pública, preocupações bem patentes na Conferência Mundial sobre Prevenção de Catástrofes, reunida em Kobe, no Japão, em Janeiro de 2005 e que constam num documento, o Quadro de Acção de Hyogo 2005-2015, onde são elencados objectivos estratégicos e prioridades de acção. Nestas prioridades de acção e no que ao âmbito deste trabalho diz respeito, ressalta a número 3 (p. 9-10) “Usar o conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e de resistência, a todos os níveis”. As suas alíneas h) e j) determinam, respectivamente, “Promover a inclusão dos conhecimentos de redução de risco de catástrofes nas secções relevantes dos currículos escolares, a todos os níveis e a utilização de outros canais formais e informais para chegar a jovens e crianças com informações; promover a integração de redução de riscos de catástrofes como um elemento intrínseco da década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005–2015)” e “Promover a implementação de programas e actividades nas escolas para aprender a minimizar os efeitos dos riscos” UN (2005).

O documento final da Conferência foi assinado por 168 países, com o compromisso de virem a ser promovidas acções para aumentar a resiliência face às

catástrofes. Na sequência desta conferência foi lançada a campanha mundial “Rumo a uma cultura de prevenção: a redução do risco de catástrofes começa na Escola”, desenvolvida em 2006 e 2007 pela EIRD.

1.1.3 - União Europeia

O espaço geográfico da União Europeia tem sido atingido por catástrofes de diversas categorias. A título de exemplo, evocam-se o sismo de 1980 em Itália, que causou 2739 mortos; as cheias de 1973 em Espanha, 350 mortos, a onda de calor de 2003 que, só em França, vitimou quase 15000 pessoas e os incêndios florestais de 2003 e 2005 que atingiram, por vezes em simultâneo, os países do sul – Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia. Desde então, várias resoluções têm sido adoptadas e vários instrumentos têm sido criados com o objectivo de transformar o espaço europeu num espaço cada vez mais seguro e eficaz na reacção a situações de emergência.

Ao nível da Comissão e sob a alçada da Direcção-Geral do Ambiente, foi criada a Unidade Protecção Civil, órgão com responsabilidade de gerir aspectos comunitários relacionados com a PC, garantir a observância dos instrumentos legislativos e fomentar a cooperação e a articulação entre os Estados-membros. Mediante propostas da Comissão, desde 1997 que o Conselho da UE tem vindo a melhorar as bases de trabalho, nomeadamente através do estabelecimento de programas de acção comunitários no domínio da PC.

Pretende-se que estes programas funcionem como uma ferramenta de trabalho essencial, na observância daquelas que são as suas áreas prioritárias de intervenção:

- Apoiar os esforços para a melhoria da prevenção e dos níveis de resposta desenvolvidos ao nível nacional, regional e local, pelas autoridades responsáveis pela PC e pela gestão da resposta em situação de catástrofe;
- Contribuir para a melhoria da informação ao público com vista à sensibilização dos cidadãos europeus para questões como medidas de auto protecção;
- Definir as bases para uma efectiva e rápida cooperação entre as estruturas nacionais de PC sempre que se tome necessário recorrer a ajuda mútua;
- Fortalecer a coerência das acções desenvolvidas ao nível internacional e no domínio da PC. (EU, 2002).

Encontraram-se muitas directivas e disposições da UE relativas ao planeamento e gestão de emergências mas o mesmo não se pode afirmar no que diz respeito ao segundo domínio que este organismo se propõe alcançar. Neste âmbito, destaca-se a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 23.2.2009 COM (2009) 82 final, intitulada: “*Abordagem comunitária sobre a prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem*” que, na página 7, no ponto 3.2.2., Formação e sensibilização na área da prevenção de catástrofes, refere: “A Comissão está a elaborar propostas destinadas a

promover a formação sobre gestão de catástrofes ao nível da Comunidade. A Comissão integrará as questões de prevenção nestas propostas e criará cursos específicos sobre prevenção no programa comunitário de formação no domínio da protecção civil.

A sensibilização do grande público pode igualmente contribuir para a prevenção de catástrofes - por exemplo, os cidadãos deverão saber o que fazer em caso de sismo. A Comissão aproveitará a oportunidade proporcionada pelos próximos convites à apresentação de propostas para projectos de cooperação no âmbito do Instrumento Financeiro para a Protecção Civil para incluir a possibilidade de apoio a projectos de sensibilização e educação do público, como por exemplo a identificação de melhores práticas e a preparação dos currículos escolares” (UE, 2009).

Já a 18 de Maio de 2009, o Projecto de conclusões do Conselho da UE sobre sensibilização em matéria de PC nada refere em termos de currículos escolares, limitando-se, no ponto 14, alínea f), a convidar os Estados-Membros a “Promoverem a sensibilização dos grupos vulneráveis, incluindo crianças e jovens, através de programas de protecção civil específicos (por exemplo concursos no contexto do ensino escolar)” (p. 5), o que se afigura extremamente redutor (EU, 2009).

1.2 - O contexto português

1.2.1 - Lei de Bases da Protecção Civil

As orientações internacionais concernentes à Protecção Civil são implementadas em Portugal através do articulado da Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), que veio revogar a anterior (Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto). Importa aqui analisar a evolução registada nestes dois suportes legislativos (Tabela 1), no que ao âmbito deste trabalho diz respeito, num período temporal de 15 anos.

Tabela 1 - Comparação entre o articulado da LBPC de 1991 e 2006

	Lei n.º 113/91	Lei n.º 27/2006
Objectivos	a) Prevenir a ocorrência de riscos colectivos resultantes de acidente grave, de catástrofe ou de calamidade	a) Prevenir os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante
Domínios	c) Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades	c) Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades
Princípios	(não consta)	h) O princípio da informação, que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de protecção civil, com vista à prossecução dos objectivos previstos no artigo 4º

Informação e formação dos cidadãos	3 — Os programas de ensino, nos seus diversos graus, incluirão , na área de formação cívica, matérias de protecção civil e autoprotecção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adoptar no caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade	3 — Os programas de ensino, nos seus diversos graus, devem incluir , na área de formação cívica, matérias de protecção civil e autoprotecção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adoptar no caso de acidente grave ou catástrofe
------------------------------------	--	--

Estava bem patente, já em 1991, a intenção do legislador de transferir para o sistema educativo a tarefa do desenvolvimento da cultura de segurança. Não se pode deixar de realçar o preciosismo no que diz respeito à Informação e formação dos cidadãos que em 1991 “promete” que se **incluirão** (no futuro) e em 2006 substitui por **devem incluir**. Esta alteração da forma verbal parece não ter nada de inocente.

1.2.2 - Organização da Protecção Civil - âmbito municipal

A 12 de Novembro de 2007 é publicada a Lei n.º 65, que regulamenta a Organização da Protecção Civil - âmbito municipal. Neste documento encontramos também 2 artigos que, nunca fazendo uma referência específica e directa ao público escolar, se considera que vêm entroncar neste domínio e que aqui se transcrevem:

Artigo 2º

Objectivos e domínios de actuação

2 — A actividade de protecção civil municipal exerce-se nos seguintes domínios:

- c) Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades

Artigo 10º

Competências dos serviços municipais de protecção civil

3 — Nos domínios da prevenção e segurança, o SMPC é competente para:

- e) Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;

4 — No que se refere à matéria da informação pública, o SMPC dispõe dos seguintes poderes:

- d) Promover e incentivar acções de divulgação sobre protecção civil junto dos municípios com vista à adopção de medidas de autoprotecção;

Desta breve exposição do enquadramento institucional e jurídico que tem vindo a ser implementado, abrangendo os diferentes níveis hierárquicos (nacional, regional e local) depreende-se que, no que diz respeito à vertente de informação/formação do público, a missão foi “confiada” à escala municipal. Por outro lado, e especificamente para a população escolar, a responsabilidade foi “sacudida” para o Ministério da Educação, que deverá introduzir esta temática na área de Formação Cívica, nos seus diversos graus.

O ritmo de produção legislativa, demasiado célere e nem sempre consequente, implica grandes dificuldades de consolidação de políticas e práticas efectivas. Assim, não raramente se encontra uma abissal discrepância entre o legislado e a prática corrente, como se irá constatar ao longo do trabalho.

1.2.3 - Clube de Protecção Civil

No final do ano lectivo 2006/2007, por iniciativa do ex-Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, actual ANPC, surge o Clube de Protecção Civil, projecto inscrito no seu programa de sensibilização pública. A implementação deste projecto processou-se a nível distrital, sendo da responsabilidade de cada Comando Distrital de Operações de Socorro, o qual tinha a incumbência de distribuir um Dossier ao Presidente do Conselho Executivo de cada escola. A condução que foi dada a este processo dependeu não só da sensibilidade de cada órgão de gestão, mas também da existência de pelo menos um docente com motivação/formação, para lhe dar seguimento. O Dossier distribuído apresenta ao longo de 7 capítulos, um conjunto de recursos informativos e propostas de actividades, cuja estrutura se passa a explicar:

No capítulo introdutório faz-se uma breve contextualização do projecto, dos seus objectivos e fundamentação. É dada particular relevância ao contexto escolar como território preferencial de intervenção neste domínio, quer pelo impacto directo das comunidades educativas na população em geral, quer pelos efeitos multiplicadores nas futuras gerações.

No segundo capítulo, A PROTECÇÃO CIVIL – ESTRUTURA E DOMÍNIOS, procede-se à definição de conceitos como “protecção civil”, “acidente grave”, “catástrofe”. Numa linguagem acessível e de uma forma bastante sucinta, encontram-se aqui alguns dos artigos da LBPC, que constituem uma base indispensável de contextualização para os docentes que venham a dinamizar este projecto e que comumente não estão muito familiarizados com a estrutura organizacional da Protecção Civil.

O terceiro capítulo, RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS – PREVENÇÃO E AUTOPROTECÇÃO, começa com a definição de conceitos como “perigo”, “vulnerabilidade” e “risco”. Dos riscos é feita a distinção entre naturais (hidrológicos, temperaturas extremas, incêndios florestais, fenómenos de natureza convectiva, sismos e ciclones) e tecnológicos (acidentes industriais, transporte de matérias perigosas, NRBQ -

ameaças radiológicas, bacteriológicas e químicas e incêndios urbanos). Para cada um destes, é feita uma breve caracterização, as áreas de Portugal mais susceptíveis, bem como as principais medidas de prevenção e autoprotecção. Constitui uma base de informação e um ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas, como tal, deveria ser objecto de um maior rigor científico, colocando-se as mesmas objecções que já ficaram referidas no ponto 2.2 (p. 6).

No quarto capítulo, A NOSSA ESCOLA, são abordados especificamente os dois instrumentos que cada estabelecimento de ensino deve observar, no que à prevenção de riscos diz respeito. O Manual de Utilização, Manutenção e Segurança, é elaborado por cada escola, com base num guião editado pelo Ministério da Educação e destinado a ajudar os órgãos de gestão de cada estabelecimento de ensino, a encontrar as soluções apropriadas à resolução dos problemas com que se depara, em termos da segurança de pessoas e bens. O segundo documento, o Plano de Prevenção e Emergência, deve prever e organizar os meios existentes para salvaguardar a comunidade educativa, em caso de ocorrência de uma situação perigosa. É sobretudo este que pressupõe uma efectiva envolvência de toda a comunidade educativa, pois, ao estabelecer os possíveis cenários e regras de actuação em caso de acidente, permite organizar os meios e as missões a atribuir aos vários intervenientes.

Na quinta secção do Dossier, O CLUBE DE PROTECÇÃO CIVIL, são abordadas mais em pormenor as finalidades e os objectivos que se pretendem alcançar, a organização do Clube, bem como sugestões de actividades a desenvolver. No que concerne à organização, refira-se que pressupõe a participação de alunos, professores e, sempre que possível, pessoal não docente. É discriminado o processo organizacional em que o professor dinamizador, que pode ser o Delegado de Segurança da escola, submete a proposta ao Conselho Pedagógico. Nesta, devem constar os objectivos, a estrutura, o responsável, o horário e o respectivo plano de actividades. Deve envolver um grupo de 15 a 20 alunos e 1 ou 2 professores. Desenvolverá as actividades num mínimo de 90 minutos semanais, com cada grupo de alunos. Deverá dispor de espaço próprio com armário e estante, computador com acesso à internet e outros materiais de acordo com as actividades planificadas.

Voltando às actividades que são sugeridas neste capítulo, são apontadas 13 a realizar intramuros (ateliers, cinemateca da protecção civil, palestras/ sessões de sensibilização, comemoração de efemérides, gincana da segurança, jogo interactivo, oficinas, painel informativo, percursos de segurança, projectos, semana cultural, sítio do Clube e planificação de visitas de estudo), e 4 actividades de exterior (exercícios e simulacros, gincana da segurança, percursos de segurança e visitas de estudo).

O sexto capítulo, BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS, apresenta publicações e outros recursos que podem ser utilizados no desenvolvimento das várias actividades, tais

como livros de actividades, CD-ROM, vídeos, para além de uma lista de referências bibliográficas que podem ser consultadas.

No último capítulo, SUGESTÕES DE TRABALHO, pormenorizam-se algumas das propostas apresentadas no ponto 5, bem como outras actividades para serem desenvolvidas noutros contextos. São 19, as sugestões de trabalho, que encontram aqui um esboço da sua planificação, passando por propostas de abordagem ao nível da Formação Cívica, explicitação de regras básicas de orientação para serem aplicadas em percursos, planos de sessão/aula, entre outras.

Após uma análise atenta de todos os elementos, informações, propostas e sugestões que integram este Dossier, facilmente se conclui tratar-se de um projecto bastante consistente, não um produto acabado, mas uma base de trabalho coerente que abre caminho a um leque muito variado de abordagens possíveis. No entanto, pela designação “Clube da Protecção Civil”, tudo leva a crer que este pressupõe um esquema organizacional extracurricular, ou seja, actividades diversificadas que cada escola oferece após as aulas, de frequência facultativa, mediante inscrição no início do ano lectivo e destinadas a ocupar os tempos livres dos alunos. É precisamente neste ponto que reside a principal objecção que se pode colocar a esta filosofia de implementação.

Um clube pressupõe um trabalho semanal com os alunos, mas apenas um número muito limitado, o ideal situar-se-ia entre os 15 e os 20. Como é evidente, esta é uma ínfima parte do público-alvo, e embora com este pequeno número se pudessem desenvolver acções destinadas a toda a escola, estas seriam de carácter esporádico e pontual. A relevância cultural que assumem as temáticas relacionadas com a prevenção dos riscos e adopção de comportamentos de autoprotecção não se coaduna com actividades pontuais e, sobretudo, facultativas. Obviamente que não se quer dizer com isto que esta concepção está completamente condenada ao insucesso, nem que dela não se poderão retirar quaisquer dividendos pedagógicos, uma vez que estes estão condicionados pela dinâmica própria de cada contexto escolar e muito pela acção do(s) dinamizador(es) do projecto, mas nunca se deverão restringir ao tal grupo limitado de alunos.

Introduz-se aqui o que o Presidente da ANPC, Major-General Arnaldo Cruz, referiu na Sessão de Abertura do V Encontro Nacional, I Congresso Internacional de Riscos em 29 de Maio de 2009. Segundo esta fonte, estão implementados 302 Clubes de Protecção Civil em escolas dos 2.º, 3.º e ensino secundário e 161 em estabelecimentos do 1º ciclo. Cruzando esta informação com a obtida num documento de divulgação do CDOS do Porto, disponível em http://www.cm-porto.pt/users/0/58/EngOlgaSampaio_70e0b3502f18b655d8d0039266ac7654.pdf onde se refere que na sua área estão implementados 205 Clubes de Protecção Civil, afigura-se um pouco estranho que apenas um distrito possua quase metade dos clubes existentes no país.

Para se esclarecer esta discrepância de números, reproduz-se o que a este propósito foi referido na entrevista pelo representante de um CDOS. Ao ser questionado

sobre quantos Clubes estariam implementados no país, afirmou: *“Não faço ideia, não tenho esse número. Para mim, não sei se são 300, se são 250, se são 1000, não sei. Sinceramente, qualquer número para mim é fictício. Sabe porquê? Porque todo o feedback que eu tenho tido: - O nosso Clube de PC está a funcionar! Na medida em que se faça umas acções de sensibilização e formação, faça uns simulacros, chamam àquilo um Clube. Ou, por outro lado: - Um clube é só quando está formalmente constituído! Não há regras de formalidade e eu já vou explicar, portanto, qualquer das situações é válida. O que é que é importante? O importante é chegar esta informação lá. Temos aqui o Dossier, está aqui este Dossier, distribuámos para todas as escolas, todos os Conselhos Executivos, todos os Delegados de segurança, todos os municípios têm o Dossier, a explicar-lhes qual era a essência, o que é que pode ser desenvolvido.”*

Esta triste constatação é bem elucidativa das linhas orientadoras da política de sensibilização em Protecção Civil nas escolas. Adjectivo no mínimo de estranho, que não exista uma aferição de critérios para a contabilização do número de Clubes que estão implementados. É caso para questionar se a escola em que lecciono, só porque lhe foi entregue um exemplar deste Dossier, também entra nesta estatística, apesar de não ter um Clube de PC?

Uma vez que, no 4.º Capítulo, 2 entrevistados irão fazer um paralelismo este Clube e o Clube da Floresta, não se pode deixar de confrontar a indefinição do primeiro, com a rigorosa contabilização do segundo, bem patente em Lourenço (2003, p. 28 e 29) e (2006, p. 15).

1.2.4 - Protocolos entre escolas e corpos de bombeiros

O mais recente aporte legislativo neste âmbito é o Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e da Educação n.º 13993/2009 de 19 de Junho, que determina:

- 1 - As entidades detentoras de corpos de bombeiros podem celebrar protocolos com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da sua área de influência, com o objectivo de contribuir para o reforço da relação entre a escola e o seu meio envolvente e para o desenvolvimento das competências das crianças e dos jovens nas áreas da protecção e socorro, do voluntariado e da formação de espírito solidário.
- 2 - Tais protocolos, enquadrados pelos projectos educativos e pelos planos de actividades das escolas, podem dizer respeito, nomeadamente:
 - a) Às actividades a realizar na área curricular não disciplinar de formação cívica;
 - b) À realização de acções conjuntas de prevenção e de percepção de riscos existentes;
 - c) À participação em exercícios e simulacros;
 - d) À realização de actividades práticas diversificadas que motivem os alunos para as questões da segurança;
 - e) À formação de clubes de protecção civil.

Desta forma, é possível institucionalizar uma série de actividades que se vão desenvolvendo informalmente em muitos estabelecimentos de ensino. É, sem dúvida, uma mais-valia que vai permitir às escolas e aos bombeiros fomentarem, numa dinâmica local, a partilha de responsabilidades e de deveres.

1.3 - A cultura de segurança na Escola

1.3.1 - Os programas curriculares do 5.º ao 9.º ano

O ensino básico em Portugal desenrola-se num quadro de desenvolvimento curricular suportado pelo Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro - Reorganização Curricular do Ensino Básico (Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro). Neste normativo estabelecem-se para os 3 ciclos do ensino básico, os princípios orientadores da organização e gestão curricular, da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, bem como, os desenhos curriculares que integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.

A análise dos programas curriculares do 5.º ao 9.º ano (Tabela 2), revela os “aportes” que são dados aos riscos que ficaram definidos no ponto 2.2, qual o ano e a disciplina em que é feito este contributo para a cultura de segurança. Pela análise dos referenciais curriculares pode-se constatar que esta abordagem é feita, na maior parte das vezes, apenas na vertente da descrição dos processos, sobretudo dos naturais, não enfatizando as vulnerabilidades e o desencadeamento de consequências danosas.

A primeira ilação a retirar prende-se com o “vazio” ao nível do 2.º ciclo (5.º e 6.º anos). A abordagem limita-se à disciplina de Ciências da Natureza e praticamente cinge-se ao 5.º ano. No 6.º ano, a referência à poluição atmosférica é muito superficial (razão pela qual está assinalada a itálico) e inserida no Tema - Higiene e problemas sociais, em que são esplanadas questões direccionadas para a higiene pessoal, tabagismo, alcoolismo, outras drogas e poluição.

Ao nível do 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos), já aparecem abordagens bem mais consistentes, com referências concretas às medidas de autoprotecção e protecção das populações. No 7.º ano, a disciplina de Geografia no Tema - Riscos e catástrofes naturais refere as causas das catástrofes naturais e os efeitos sobre o homem e sobre o ambiente. No 8.º ano, a disciplina de Ciências Naturais, no subtema - Perturbações no equilíbrio dos ecossistemas, repete praticamente o mesmo na abordagem às catástrofes naturais e introduz as catástrofes directamente provocadas pelo Homem. Com uma incidência exagerada aparece-nos a tríade, Destruição da camada de ozono/ Efeito de estufa/ Chuvas ácidas, no 8.º e no 9.º ano, não sendo raro ouvir da boca dos alunos: “Isso outra vez”?

Fica então bem patente que há uma abordagem curricular dos riscos, sejam eles naturais, antrópicos ou mistos. Simplesmente esta não é consentânea, não parece haver um fio condutor, nem tão pouco, uma sequencialidade.

Tabela 2 - Abordagens disciplinares aos riscos naturais, antrópicos e mistos

		5º	6º	7º	8º	9º
NATURAIS	Vulcões			C.N./ Geo		
	Sismos			C.N./ Geo		
	Maremotos			C.N./ Geo		
	Tempestades (furacões)			Geo	C.N.	
	Ondas de calor			Geo		
	Vagas de frio / geadas			Geo		
	Secas			Geo	C.N.	
	Avalanchas			Geo		
	Cheias /inundações			Geo	C.N.	
	Movimentos de vertente			Geo		
ANTRÓPICOS	Poluição da água	C.N.			C.N.	Geo
	Poluição do ar	C.N.	C.N.		C.N.	Geo
	Alterações climáticas				C.N.	Geo
	Matérias perigosas / Símbolos de perigo			F.Q.		
	NRBQ					C.N.
	Circulação rodoviária					F.Q.
	Sociais (terrorismo, guerra ...)				C.N.	
MISTOS	Destruição do ozono	C.N.			C.N./ F.Q.	Geo
	Efeito de estufa	C.N.			C.N./ F.Q.	Geo
	Chuvas ácidas	C.N.			C.N./ F.Q.	Geo
	Erosão	C.N.			C.N.	Geo
	Desertificação	C.N.			C.N.	Geo
	Dendrocaustológico	C.N.			C.N.	Geo

C.N. - Ciências da Natureza (5º e 6º) / Ciências Naturais (7º, 8º e 9º)

F.Q. - Ciências Físico-Químicas

Geo - Geografia

1.3.2 - Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas

Em Dezembro de 2003, foi publicado pelo ME o Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas, documento que visava apoiar os estabelecimentos de ensino no cumprimento de várias competências que lhes estavam atribuídas, nomeadamente a Portaria n.º 1444/2002 de 7 de Novembro – Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares.

Na altura, muitos Conselhos Executivos, sem conhecimentos e preparação para tal, viam-se na obrigação de “encomendar” a entidades externas os respectivos Planos e deste modo cumprirem com o exigido. Quanto ao documento, considero que deu um contributo bastante significativo, na medida em que colige ensinamentos úteis para quem, sem formação específica na área, se vê a braços com a responsabilidade de organizar a segurança das escolas.

Destaco aqui a elaboração do Plano de Segurança Interno, constituído pelos Planos de Prevenção, de Emergência Interno e pelos Registos de Segurança. No primeiro consta uma caracterização do espaço, a sua localização geográfica, edifícios envolventes, instalações da escola, fontes de energia e extintores; uma identificação dos riscos internos e externos; o levantamento de meios e recursos existentes na escola e que possam permitir às equipas internas intervir em situação de emergência; a própria organização de segurança que visa a preparação interna para actuação em caso de emergência de forma a garantir que se tomem as medidas necessárias à preservação da vida e dos bens. Do Plano de Emergência Interno consta todo o sistema organizativo a ser activado após a ocorrência de um acidente e em que estão definidas as funções operacionais específicas que professores e assistentes devem desempenhar. Quanto aos Registos de Segurança são diversos como, por exemplo, os relatórios das ocorrências.

1.3.3 - Programa Escola Segura

Uma constante ao longo do desenvolvimento deste trabalho foi a percepção de que, a abordagem feita ao tema da segurança, por parte da tutela, privilegia muito mais a perspectiva “*security*” do que a perspectiva “*safety*”. Para validar esta afirmação veja-se o Programa Escola Segura implementado pelo Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e da Educação n.º 105-A/2005 de 19 de Janeiro, revogado pelo Despacho n.º 25650/2006 de 29 de Novembro. A referência que aqui se faz a este Programa é tão somente a coincidência de nos seus objectivos, vir logo “à cabeça” *Promover uma cultura de segurança nas escolas*. No entanto, o programa está todo ele vocacionado para o combate aos comportamentos desviantes e anti-sociais.

1.3.4 - Módulo “Cidadania e Segurança”

A determinação da LBPC referida no ponto 1.2.1 vem a ser operacionalizada através da Circular n.º 18/2007, de 11 de Dezembro, emanada da Direcção de Serviços de Inovação Educacional, determinando a implementação do Módulo “Cidadania e Segurança” ao longo do 5.º ano de escolaridade. Coloca-se desde já a primeira grande discrepância entre a teoria e a prática. Enquanto no articulado da LBPC se preconiza que esta abordagem deve ser feita nos diversos graus de ensino, na realidade vai aparecer só e apenas no 5.º ano.

Relativamente à aplicação do módulo refere-se que deve ser operacionalizado em 5 aulas de 90 minutos, na área curricular não disciplinar de Formação Cívica, abrangendo 3 temas: *Viver com os outros, As situações de conflito e a violência e Comportamentos específicos de segurança*. A sequência destas áreas de trabalho e a sua inserção curricular são definidas pelo agrupamento e pela escola de acordo com o respectivo projecto educativo. Atentemos agora para os objectivos do módulo:

- promover a compreensão da importância do valor da relação com os outros e da construção de regras de convivência na escola e na sociedade;
- aumentar a capacidade para a resolução de situações de conflito de forma não violenta;
- promover competências para agir adequadamente face à agressão;
- desenvolver a capacidade de identificação de comportamentos de risco e incentivar atitudes de prevenção;
- desenvolver uma cultura de segurança e capacitar para a auto-protecção.

Mais uma vez ressalta a sobrevalorização do “security”. Não que se discorde com a relevância que esta temática tem de assumir, e cada vez mais, no quotidiano escolar. Apenas a triste constatação de que, com a carga horária estipulada para este módulo, o seu terceiro tema que é o que está focalizado na vertente “safety”, terá na melhor das hipóteses, a atribuição de duas aulas de 90 minutos.

Afigura-se manifestamente difícil, se não impossível, abordar o que é preconizado na supra citada Circular. Atentando apenas para o Tema 3, *Comportamentos específicos de segurança*, por ser o que directamente entronca neste âmbito, reproduzem-se as linhas orientadoras (Tabela 3).

Tabela 3 - Planificação do Tema 3 do Módulo “Cidadania e Segurança”, 5.º ano

Sub-Tema	Conteúdo	Competências
Segurança de pessoas e bens	Noção de segurança de pessoas e bens. Comportamentos adequados para a segurança de pessoas e bens. Segurança em casa. Segurança na rua e espaços públicos. - Enquanto peão; - Enquanto utente de transportes; - Enquanto ciclista; - Segurança na internet.	Conhece as regras de segurança que deve observar em casa, nomeadamente: · Para prevenir acidentes; · Quando fica só; · Em ambiente rodoviário; · Outras regras de segurança em espaços públicos.
Prevenção de Riscos Naturais e Tecnológicos	Noção de riscos naturais Caracterização de riscos naturais. Comportamentos adequados para a segurança em situação de risco natural. Noção de riscos tecnológicos Caracterização de riscos tecnológicos. Comportamentos adequados para a segurança em situação de risco tecnológico.	Aplica as regras de segurança que deve observar em situação de risco

Após a análise deste Tema 3 do Módulo “Cidadania e Segurança” reforça-se a convicção de inoperacionalidade desta planificação ao considerar as sugestões de actividades que são apontadas na mesma Circular. É certo que se trata de sugestões, mas também é certo que estamos a trabalhar com um público-alvo do 5.º ano, com idades compreendidas entre os 9-10 anos, pelo que a abordagem deste terceiro tema,

Comportamentos específicos de segurança, deveria ser implementada num lapso temporal nunca inferior a 8 aulas de 90 minutos, cerca de 2 meses. Para corroborar esta convicção, transcrevem-se integralmente as sugestões de actividades (p.18-21):

- Dramatização de uma situação imaginária com base na sua descrição, por exemplo: em casa, a irmã mais velha toma precauções adequadas e faz recomendações ao irmão mais novo sobre como prevenir acidentes; analisam e debatem a situação dramatizada.
- Relato de acidentes vividos; análise das situações descritas e identificação das causas e dos comportamentos adequados/inadequados ocorridos.
- Comentário de notícia(s) sobre acidente(s); identificação das causas, consequências e comportamentos adequados e inadequados.
- Elaboração do quadro de comunicações.
- Representação gráfica do percurso casa-escola-casa e identificação de situações de perigo.
- Visionamento de um vídeo ou DVD sobre o tema “Atravessamento”; análise e discussão dos comportamentos adequados e desadequados.
- Observação, levantamento e registo – escrito e fotográfico - da zona periférica da escola, da sinalização vertical e horizontal e sua adequação.
- Pesquisa de notícias sobre acidentes rodoviários ocorridos no dia x, em diversos jornais; identificação de tipos de acidentes; selecção de um caso e análise das suas causas e consequências.
- Elaboração de um guia de procedimentos e comportamentos adequados em viagem/quando se deslocam/quando brincam (regras de conduta e ilustração) para distribuição aos colegas.
- Resposta a um questionário, por exemplo, o disponibilizado no âmbito do projecto Segur@net, do Safer Internet Programme, coordenado pelo Ministério da Educação http://www.seguranet.crie.minedu.pt/segura/Arquivo/Guia_profs_SAFT/saft-quiz-part1_body_pt.swf Análise dos seus resultados e discussão sobre a utilização esclarecida, crítica e segura da internet.
- Participação numa apresentação feita por um elemento da Protecção Civil com eventual simulacro.”

Se a limitação temporal dada a estes conteúdos pode ser questionada, mais relevante é que a sua abordagem, dentro do contexto da área curricular não disciplinar de Formação Cívica (atribuída ao Director de Turma, docente que pode pertencer a qualquer grupo de docência), se restrinja ao 5.º ano.

2.º Capítulo - Metodologia

Neste capítulo serão explanados os recursos metodológicos utilizados neste trabalho, assim como, apresentada uma contextualização do meio em que a investigação empírica decorreu.

2.1 - Inquéritos

Para a recolha de informação junto de alunos e professores optei pelo inquérito por questionário devido a todas as vantagens que este método apresenta. O inquérito pode ser definido como, “uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objectivo de generalizar” (Ghiglione e Matalon, 1992, p. 2). Para estes mesmos autores, trata-se de um instrumento rigorosamente standardizado, tanto na redacção que deve ser dada às questões como na ordem pela qual são colocadas. As vantagens desta técnica prendem-se com a forma simples de se aplicar, podendo ser realizado em praticamente qualquer lugar, não implicando gastos excessivos, nem sendo necessários aparelhos complicados. No sentido de garantir a comparabilidade das respostas dadas por todos os indivíduos, é indispensável assegurar a equidade nas condições em que é aplicado, ou seja, o mesmo tipo de abordagem a cada pessoa, sem adaptações nem explicações suplementares resultantes da iniciativa do investigador.

A aplicação de inquéritos/realização de estudos de investigação em meio escolar está sujeita a autorização da tutela, cujos procedimentos estão discriminados na página da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e que foram integralmente acatados na realização deste trabalho.

Tanto no caso dos alunos como dos docentes, a aplicação realizou-se mediante a aceitação de participação através do consentimento individual. A todos os participantes foi assegurado que os dados recolhidos seriam somente utilizados neste trabalho, e que seriam respeitadas todas as normas éticas e deontológicas, quer no tratamento estatístico, quer na apresentação final dos resultados, no que se refere ao sigilo e à confidencialidade, através da codificação de todas as informações disponibilizadas.

O processo iniciou-se no mês de Maio de 2009, foram abordados todos os alunos sobre a sua disponibilidade em responder a um questionário para um trabalho académico. Obteve-se uma receptividade bastante satisfatória. Na última semana deste mês, foram enviados os pedidos de autorização aos Encarregados de Educação para os respectivos educandos poderem responder. Salienta-se o facto de todos os alunos terem obtido a respectiva autorização, que foi devolvida devidamente assinada (foram poucos os casos de alunos mais esquecidos que o fizeram no prazo máximo de dez dias).

As perguntas foram redigidas numa linguagem acessível ao nível etário do público-alvo para que as explicações orais fossem reduzidas ao mínimo indispensável. A aplicação do questionário foi feita em contexto de sala de aula, utilizada a mesma metodologia em todas as turmas, tendo optado pelo procedimento que utilizo

habitualmente na realização de um qualquer teste escrito. Neste caso concreto, depois de lida cada pergunta, com a devida entoação para facilitar a compreensão e explicitação do que se pretendia, seguia-se o tempo necessário para a resposta. Não houve discrepâncias significativas no tempo de aplicação do questionário entre as várias turmas de cada ano curricular, uma vez que os respondentes iam assinalando cada opção de resposta ao ritmo da leitura de cada pergunta. Foi previamente combinado que, se mesmo com a leitura e breve explicação persistissem dúvidas, não haveria pedidos de esclarecimento adicionais, evitando-se, deste modo, a possibilidade de haver troca de ideias entre os alunos. Nesse caso, deveriam optar pelo “não responde”.

Para a aplicação do inquérito às turmas do 5.º ano, recorri aos respectivos Directores de Turma que, prontamente, me cederam uma aula de 45 minutos da área curricular não disciplinar de Formação Cívica. Os docentes estiveram presentes na sala de aula, mas foi-me proporcionada toda a “liberdade de acção”.

Para o 7.º ano, a metodologia foi bastante semelhante só que, em vez de ser implementada nas aulas de diferentes professores, na área de Formação Cívica, foi no âmbito da disciplina que lecciono, Geografia, no tema Meio Natural: Riscos e catástrofes naturais.

A aplicação do questionário aos docentes da Escola E B 2, 3 com Ensino Secundário de Aguiar da Beira também foi feita por mim, imediatamente antes de uma acção de sensibilização, inserida na Semana Cultural da Escola, em que se procurava alertar para a importância destas temáticas, nomeadamente o correcto desempenho de todo o corpo docente em exercícios de evacuação.

Os dados apurados no preenchimento destes questionários foram coligidos em bases de dados com recurso ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na sua versão 17.0. Desta forma, foi possível gerir a informação, realizar cálculos, descrever estatisticamente uma variável (análise univariada) ou, em determinados casos, análise bivariada, e finalmente a visualização dos dados na forma de tabelas ou gráficos, que constam nos pontos 3.1 e 3.2.

2.2 - Entrevistas

Diagnosticada a diversidade e complexidade de interesses e actores envolvidos, sentiu-se a necessidade de focalizar e direccionar a pesquisa para as várias entidades envolventes à Escola que detêm responsabilidades e incumbências neste domínio. Interessou saber quais as suas ligações ou relações com o meio escolar, o sentido de actuação que pauta as suas acções e deste modo se poder aspirar a uma avaliação das políticas de intervenção.

Para sentir este “pulsar” e recolher esta informação, recorreu-se à técnica da entrevista. De entre as suas várias cambiantes, foi seleccionado um tipo misto entre a variante semi-directiva, “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de

obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” e um questionário aberto “a formulação e a ordem das questões são fixas mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador” (Ghiglione e Matalon, 1992, p. 64). O nível de análise pode ser considerado maioritariamente de aprofundamento, mas que em determinados domínios foi de exploração, quando a informação a recolher, era desconhecida. Esta abordagem essencialmente compreensiva afigurou-se como a mais adequada a este que, sendo ainda um “período de crise” na implementação de políticas, acarreta as inevitáveis discrepâncias de dinâmicas e sentido de acção. É exactamente nestes “períodos de crise” que emergem as assimetrias, as heterogeneidades, pois os actores manifestam diferentes formas de adaptação, não dispõem dos mesmos recursos, não têm idênticas competências para se “movimentarem” dentro da sua microestrutura de modo a coincidirem em pleno ao nível macro estrutural.

A unidade de análise foi a instituição e, a de observação, o indivíduo (responsável pela instituição ou pelo sector da instituição) que, directa ou indirectamente está implicado neste processo. Foram previamente contactados telefonicamente para serem agendadas as entrevistas, que decorreram nos meses de Julho e Agosto de 2009.

Todas as entrevistas foram realizadas por mim e decorrerem nos locais escolhidos pelos entrevistados, porque “...não é indiferente que a entrevista tenha lugar num sítio calmo ou barulhento, num escritório ou na rua, no local de trabalho do entrevistado ou, ao contrário, que o entrevistado se encontre no escritório do entrevistador” (Ghiglione e Matalon, 1992, p. 70). Considero que todas se realizaram em condições de privacidade e com um espírito de franca colaboração. A única ressalva vai para algumas interrupções que se prendiam com as solicitações que os entrevistados tinham telefonicamente, já que se encontravam no local de trabalho e em período operativo. Este pequeno constrangimento veio dificultar, pontualmente, o retomar das respostas e, de certo modo, a sua análise e transcrição.

2.3 - Características das amostras

Para os alunos, a selecção de uma amostragem não aleatória foi uma opção deliberada, tendo-se restringido os “casos” deste estudo aos que frequentavam o 5.º ano (56 alunos de 3 turmas) e o 7.º ano (57 alunos de 3 turmas).

Os critérios de elegibilidade da amostra a inquirir foram:

- Ser aluno das turmas do 5.º e 7.º anos da Escola E B 2,3 com Ensino Secundário de Aguiar da Beira;
- Ter autorização dos Encarregados de Educação para participação no estudo;
- Ter acedido responder ao questionário.

A opção pelo 5.º ano justifica-se pelo facto de estar sujeito à abordagem do Módulo “Cidadania e Segurança” na área curricular não disciplinar de Formação Cívica, que é leccionada pelo Director de Turma, e porque, na sua maioria, vivenciaram pela primeira vez um exercício de evacuação. Neste caso, reuni informalmente com os três professores, Directores das três turmas, cujos grupos de recrutamento são, História e Geografia de Portugal, Educação Visual e Tecnológica e Educação Musical, antes de iniciarem a abordagem deste Módulo na Área Curricular não disciplinar de Formação Cívica. Explicitei devidamente quais eram os meus objectivos, solicitei a colaboração para esta minha pesquisa que passaria pela aplicação do inquérito no final do ano lectivo, sugeri algumas formas de trabalho ficando, no entanto, a decisão da forma de implementação e selecção de metodologia à inteira responsabilidade de cada docente.

O 7.º ano foi seleccionado por ser o início do último ciclo da escolaridade básica, os alunos já terem pelo menos três anos de experiência de exercícios de evacuação e, acima de tudo, por serem meus alunos e este estudo ter todo o cabimento na abordagem da última unidade do currículo da disciplina que leciono, Geografia e que é “ Riscos e catástrofes naturais”.

No que diz respeito aos docentes, como já referi, a sua colaboração neste estudo consistiu na resposta ao questionário nos minutos iniciais de uma acção de sensibilização que promovi, inserida na Semana Cultural da Escola, realizada no dia que antecedeu a realização do exercício de evacuação anual. Nesse ano lectivo, o corpo docente era constituído por 68 professores, tendo respondido 64 (94,1% do universo), os que participaram nas duas sessões da acção de formação.

2.4 - Breve caracterização do meio

2.4.1 - Estabelecimento de ensino

A informação em que se baseia este estudo foi recolhida junto de alunos e professores da Escola E B 2,3 com Ensino Secundário de Aguiar da Beira, escola sede do Agrupamento que iniciou a actividade em 1993. Dispondo de condições físicas bastante razoáveis para o funcionamento das actividades, é composta por um edifício principal em que estão instalados os serviços (secretaria, cantina, bufete, papelaria, reprografia e biblioteca) e 18 salas de aulas. Existe um segundo pavilhão, inaugurado em 2001, onde se encontram os 4 laboratórios e 8 salas de aulas destinadas essencialmente às actividades lectivas do 9.º ano e ensino secundário. O Pavilhão Gimnodesportivo encontra-se fora do gradeamento da escola e pertence ao Município.

Relativamente aos alunos constata-se que, maioritariamente, têm baixas expectativas relativamente à escolarização, oriundos de famílias que não privilegiam a formação escolar e que não fazem um acompanhamento activo dos seus educandos. O trabalho de estudo em casa é secundarizado, em alguns casos, por trabalhos agrícolas. Para além deste grupo de nível socioeconómico mais baixo, temos um número

considerável de alunos que, apesar de em termos económicos viverem algumas restrições, têm expectativas mais elevadas, de conclusão do ensino secundário, de preferência de nível profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. São oriundos de famílias que lhes inculcem o valor do trabalho. Neste grupo, as dificuldades económicas são minimizadas pela Acção Social Escolar. Outra minoria, pertence à classe média/alta do concelho, em que as famílias se dedicam ao comércio, pequena indústria e serviços. Usufruem de acompanhamento dos Encarregados de Educação, denotando-se uma preocupação com a melhor opção quanto ao plano de estudos, perspectivando o acesso ao ensino superior. O contexto socioeconómico, os níveis de emigração, a existência de famílias disfuncionais, de avós que substituem os pais, leva à necessidade de um acompanhamento dos alunos, usufruindo estes de apoio sócio educativo, tutorias, apoio individualizado, aulas de recuperação e salas de estudo.

Para além do ensino básico, pretende-se que a oferta vá ao encontro dos interesses dos alunos, sem descurar a formação de nível secundário, ainda que não tenha por objectivo prioritário o prosseguimento para o ensino superior, procurando prevenir situações de desistência e de abandono escolar. Inclui na oferta educativa Percursos Curriculares Alternativos, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Cursos Profissionais, um Curso Tecnológico e, incluídos na Iniciativa Novas Oportunidades, respondendo à baixa escolarização da população, Cursos de Educação e Formação de Adultos de nível B3 e Secundário. No ano lectivo de 2008/2009 frequentaram esta escola 432 alunos desde o 5.º ao 12.º ano.

2.4.2 - Concelho de Aguiar da Beira

Numa breve caracterização do concelho em que se localiza a escola em questão, refira-se que este se situa na região Centro de Portugal, na NUT III Dão-Lafões, pertence ao distrito da Guarda. Dista cerca de 70km da capital de distrito, embora a mais próxima, Viseu, fique, apenas, a 40km de distância. Tem uma área de 206,9 Km², distribuída por 13 freguesias: Aguiar da Beira, Carapito, Cortiçada, Coruche, Dornelas, Eirado, Forninhos, Gradiz, Penaverde, Pinheiro, Sequeiros, Souto de Aguiar da Beira e Valverde.

Sendo um concelho rural do interior que, de acordo com os dados dos Censos de 2001, registava uma população residente de 6 247 habitantes, encontra-se em processo de despovoamento, uma vez que este valor tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas, já que em 1960, a população residente ultrapassava 10 000 habitantes, e, na actualidade, anda à volta de 6 000 residentes (fig. 1). Este fenómeno é a consequência directa do êxodo rural, de um acentuado surto migratório para países da União Europeia e Suíça, bem como, de uma redução da taxa de natalidade.

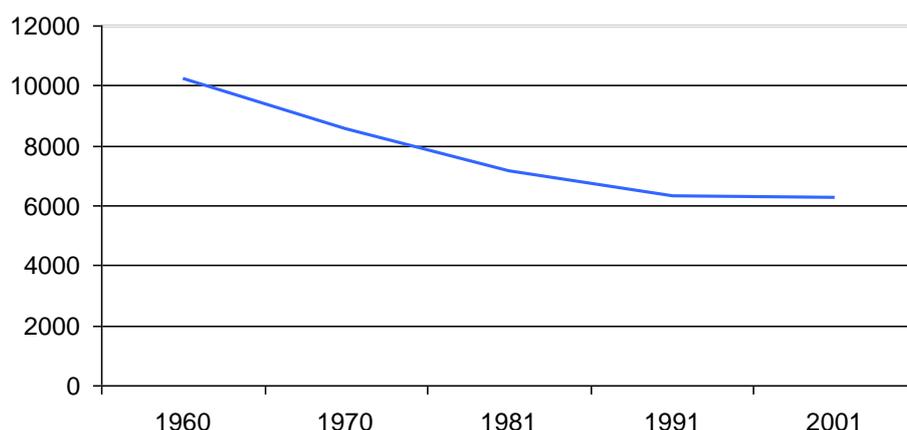


Fig. 1 – Evolução da população do concelho de Aguiar da Beira, 1960-2001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE, Recenseamento Geral da População e Habitação.

A tendência para o envelhecimento da população está bem patente neste município, em que é evidente uma diminuição de efectivos nos dois escalões etários mais jovens, diminuição esta que é mais significativa na população até aos 15 anos. Pelo contrário, nos grupos etários superiores, particularmente no dos idosos (mais de 64 anos), há um aumento de população (fig. 2). Esta tendência está, aliás, bem patente tanto no índice de envelhecimento, que em 2001 registava o valor de 24,8%, como no índice de juventude, que era de apenas 15,2%.

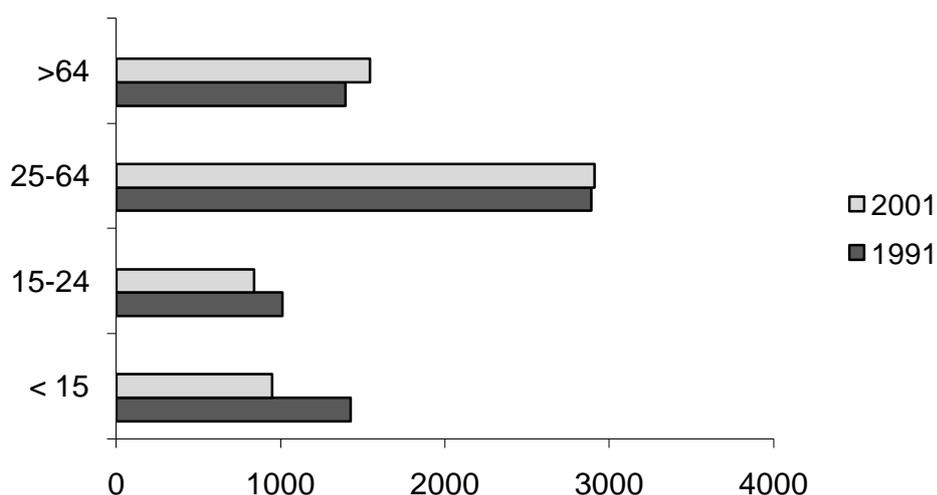


Fig. 2 - Estrutura etária da população do concelho de Aguiar da Beira, 1991-2001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

No que concerne ao nível de instrução, observou-se que é bastante baixo, predominando a população com uma qualificação que não vai além do 1º ciclo do ensino básico. O analfabetismo é também bastante significativo, sendo preponderante, nestes dois grupos, a população feminina (fig. 3).

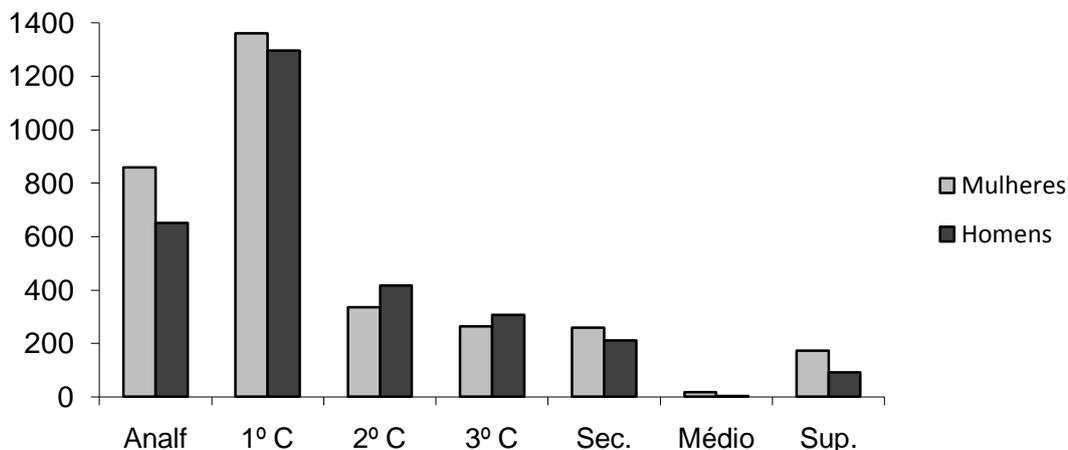


Fig. 3 – Grau de instrução da população do concelho de Aguiar da Beira

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE, Recenseamento Geral da População e Habitação.

Sendo um concelho rural do interior, onde predomina economicamente o sector primário, é na agricultura e actividades complementares que a maior parte dos agregados familiares encontram o seu sustento. O queijo da serra, a maçã das terras altas, a castanha e a batata são os produtos com mais tradição. A eles, se junta a criação de animais, nomeadamente em aviários, pocilgas e vacarias.

Salienta-se ainda a existência de algumas indústrias transformadoras, nomeadamente as respeitantes aos lacticínios e madeiras.

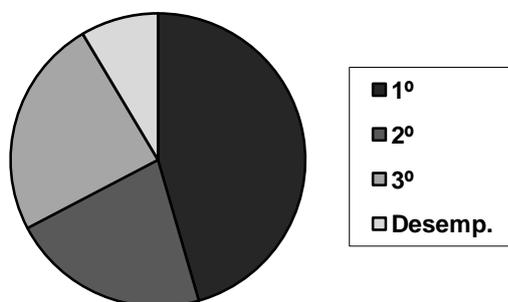


Fig. 4 – Sectores de actividade e desemprego no concelho de Aguiar da Beira

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE, Recenseamento Geral da População e Habitação.

3.º Capítulo - A cultura de segurança e a Escola: análise empírica

Com o intuito de não sobrecarregar em demasia este capítulo com a apresentação de todas as tabelas decorrentes do apuramento dos inquéritos, optei por apenas colocar as que considero cruciais, ou pela pertinência para o estudo, ou pelo inusitado dos resultados obtidos. Das restantes é feita a respectiva análise descritiva, sendo o leitor remetido para a sua consulta no Anexo.

3.1 - Alunos

Os inquéritos aplicados aos dois níveis de ensino seleccionados (5.º e 7.º), têm muitas semelhanças porque se pretende que os resultados obtidos vão ao encontro dos objectivos da pesquisa e, ao mesmo tempo, contrapor posturas de alunos que entram pela primeira vez na escola sede do Agrupamento e aqueles que já vivenciaram experiências em anos anteriores.

A estrutura dos inquéritos é a mesma, constando de quatro blocos de questões, sendo comum a maioria das perguntas. O inquérito aplicado ao 5.º ano (Anexo 1) é constituído por vinte e seis questões, sendo algumas em árvore e, o do 7.º ano (Anexo 2) por trinta e quatro, ou seja, tem mais oito do que o anterior. Quanto às características das perguntas são essencialmente fechadas e, na maioria, solicitam factos. Em menor número há as que pedem opiniões, constando ainda uma questão para o 5.º e duas para o 7.º, em que se solicita a justificação da opção que foi seleccionada pelo inquirido.

3.1.1 – 1.º Bloco - Caracterização do entrevistado e do agregado familiar

Este primeiro bloco do inquérito pretende caracterizar os inquiridos bem como o seu enquadramento familiar. As variáveis de caracterização, para cada elemento do agregado familiar, são: género, idade, escolaridade, residência e profissão.

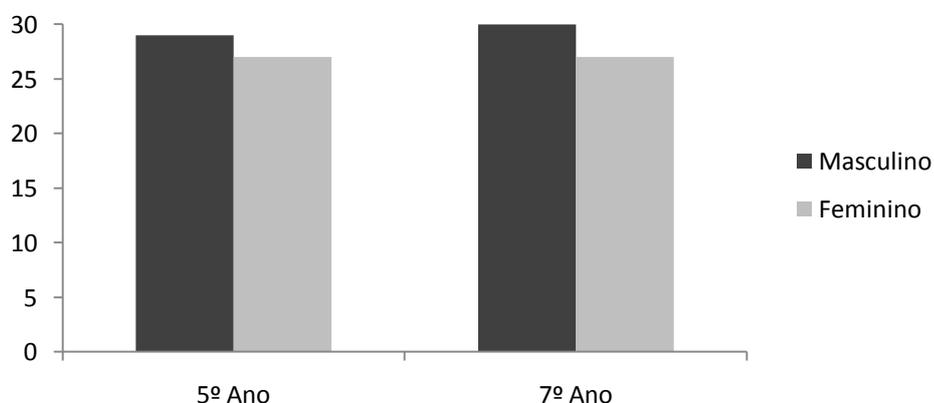


Fig. 5 – Género do inquirido

No que toca à distribuição por género, constata-se que a mesma é praticamente equitativa, apenas a destacar, uma ligeira preponderância para o sexo masculino (mais 2 indivíduos no 5.º ano e 3 no 7.º).

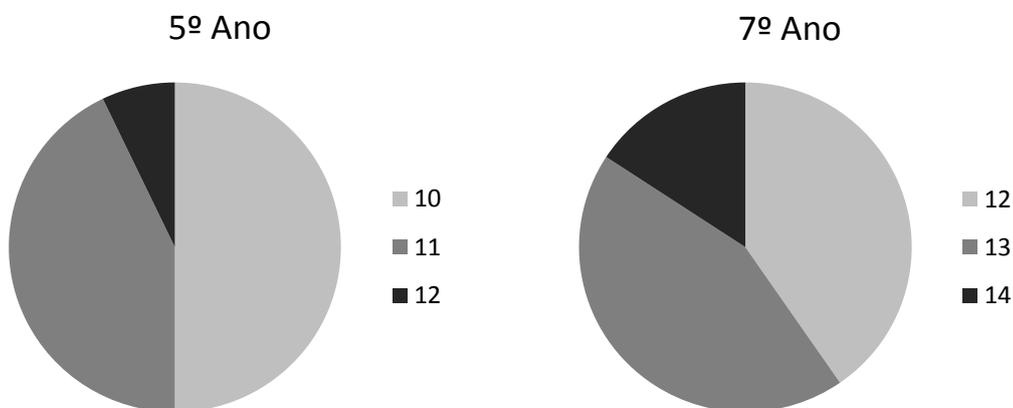


Fig. 6 – Idade do inquirido

Quanto à partição etária, na generalidade, os alunos encontram-se dentro das idades adequadas para a frequência dos respectivos anos de escolaridade, não havendo muitos casos de retenções repetidas, a saber, entre os 10 e 12 anos para o 5.º ano e, entre os 12 e 14 para o 7.º ano.

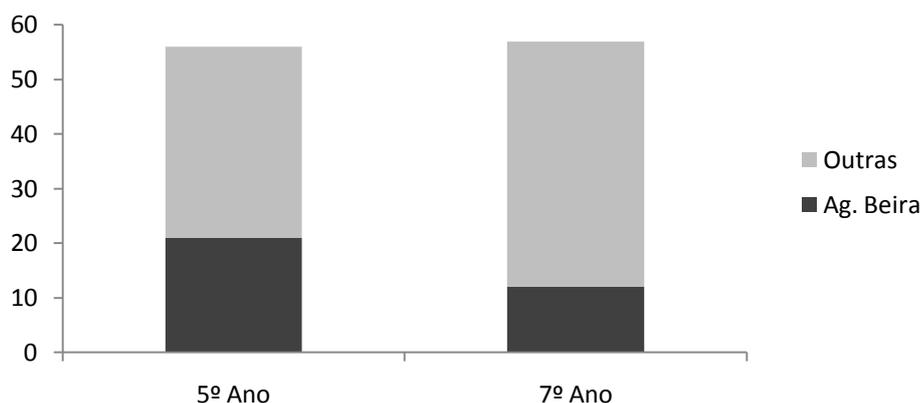


Fig. 7 – Residência do inquirido

Relativamente ao local de residência dos alunos inquiridos verifica-se que a sede do concelho, ou seja, Aguiar da Beira, contribui com um número pouco significativo de discentes (em especial no 7.º ano). No total, apenas fornece cerca de 30% dos alunos, já que a vila não apresenta um grande poder atractivo sobre as restantes 12 freguesias porque, quando existe deslocação, ela processa-se para o estrangeiro. Muitos dos progenitores são emigrantes deixando os seus filhos ao cuidado de familiares.

3.1.2 – 2.º Bloco - A preparação para a emergência na escola

O segundo bloco é o que conta com maior número de perguntas cujo objectivo é solicitar a opinião dos alunos, sendo constituído por 13 questões para o 5.º ano e 16 para o 7.º (somente 1 questão está dependente de uma resposta afirmativa à anterior). Com este grupo de perguntas pretende-se auscultar a opinião dos alunos, avaliar a “imagem” que os mesmos têm do Plano de Evacuação da Escola, a importância que atribuem aos exercícios de evacuação, bem como, as competências neles adquiridas.

Relativamente aos exercícios de evacuação, constata-se que há apenas um aluno no 5.º ano que nunca experienciou um exercício de evacuação, provavelmente por estar ausente da escola quando o mesmo decorreu (Tabela 4).

Na totalidade dos 113 alunos, há 35 do 5.º ano e 2 do 7.º que participaram nesta actividade uma única vez e, nos dois anos curriculares, há 75 que passaram por um exercício de evacuação (2008/2009) e um simulacro (2007/2008).

Os vinte alunos do 5.º ano que respondem também ter participado no 4.º são os que residem em Aguiar da Beira que, pelo facto da escola do 1.º ciclo não ter uma sala disponível, tinham as suas actividades lectivas na escola sede de Agrupamento. Pode-se pois concluir, que esta actividade não é desenvolvida nas restantes escolas do 1.º ciclo do concelho.

Tabela 4 - Participação em exercícios de evacuação na escola

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	55	98,2	57	100,0
não	1	1,8	0	0,0
Total	56	100,0	57	100,0

Tabela 5 - Ano em que participou em exercícios de evacuação

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
4.º e 5.º anos	20	35,7		
5.º ano	35	62,5		
7.º ano			2	3,5
7.º e 6.º anos			20	35,1
7.º, 6.º e 5.º anos			29	50,9
7.º, 6.º e 5.º e outro(s)			6	10,5
Total	55	98,2	57	100,0

Ao questionar os alunos sobre a informação que lhes é facultada (Tabelas 6 e7), as respostas são particularmente curiosas. Se, por um lado, a maioria dos alunos avalia como muito boa a formação que lhes é proporcionada neste domínio pelo Director de Turma – realço que os alunos do 7.º ano denotam já um grau de exigência superior porque a maioria apenas a considera boa -, consideram também que o ideal seria que a

mesma fosse ministrada pelos Bombeiros. Enquanto para os alunos do 5.º ano a informação recebida do Director de Turma é suficiente e essencial, nota-se que, à medida que os alunos vão avançando na sua escolaridade, vão verificando que estes já ensinaram o que sabiam e a formação deveria passar a ser dada por quem é especialista no assunto. Ter-se-á oportunidade de voltar a constatar neste questionário a excelente “imagem” e a confiança que os alunos têm na sua Corporação de Bombeiros.

Tabela 6 - Informação dada sobre as regras da evacuação

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
muito boa	35	62,5	11	19,3
boa	18	32,1	39	68,4
nem boa nem má	3	5,4	5	8,8
má			1	1,8
total			56	98,2
não responde				
não sabe			1	1,8
Total	56	100,0	57	100,0

Tabela 7 - Quem deve dar informação aos alunos

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
bombeiros	22	39,3	37	64,9
escola segura	17	30,4	15	26,3
director de turma	12	21,4	4	7,0
conselho executivo	1	1,8	1	1,8
total	52	92,9		
não responde	2	3,6		
não sabe	2	3,6		
Total	56	100,0	57	100,0

Os alunos atribuem uma grande importância a estes exercícios, particularmente os do 5.º ano (Tabela 8). De registar o facto de mais de 60% defenderem que os exercícios de evacuação se deveriam realizar uma vez por período (Tabela 9).

Tabela 8 - Opinião sobre os exercícios de evacuação

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
muito importantes	55	98,2	39	69,6
importantes			16	28,1
nem muito nem pouco importantes	1	1,8		
pouco importantes			1	1,8
total			56	98,2
não responde				
não sabe			1	1,8
Total	56	100,0	57	100,0

Tabela 9 - Periodicidade dos exercícios de evacuação

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
uma vez em cada período	35	62,5	42	73,7
uma vez por ano	20	35,7	14	24,6
de dois em dois anos	1	1,8	1	1,8
Total	56	100,0	57	100,0

De assinalar as discrepâncias nas respostas dos dois anos relativamente à avaliação que fazem dos procedimentos dos alunos. Enquanto o 5.º ano considera, na sua maioria (60,7%), que os alunos “já saberiam o que fazer correctamente”, para o 7.º, a opção mais escolhida (63,2%) é “sairiam mas com muitos atropelos”. Daqui podemos inferir dois aspectos: um, que, talvez à medida que o número de experiências vai aumentando, mais exigentes se tornam os padrões de juízo crítico dos adolescentes, outro, que, talvez devido a uma situação de maior irreverência a partir do 3.º ciclo, os alunos tenham consciência de um maior atropelo nos procedimentos a efectuar em caso de emergência.

Tabela 10 - Procedimentos dos alunos em caso de emergência

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
já saberiam o que fazer correctamente	34	60,7	16	28,1
sairiam mas com muitos atropelos	19	33,9	36	63,2
não saberiam o que fazer	3	5,4	5	8,8
Total	56	100,0	57	100,0

Pretendendo-se testar se a informação transmitida nas sessões que precedem os exercícios de evacuação foi assimilada ou não, questionaram-se os alunos sobre conhecimentos e regras básicas que devem ser do conhecimento geral, para que esses mesmos exercícios funcionem com eficácia – identificar o sinal de alarme, quem lidera a saída e identificar o ponto de encontro. Conclui-se (Tabelas 1 A, 2 A e 3 A do Anexo 3), através do nível bastante satisfatório nas respostas correctas (sempre superiores a 80%, com a maioria a ser superior a 90%), que a informação foi perfeitamente assimilada pelos alunos. Como não podia deixar de ser, essa assimilação é ligeiramente superior no 7.º ano, pelo facto de contarem com mais experiência acumulada na realização de simulacros e exercícios de evacuação. A excepção vai para a questão do sinal de alarme, com 2 alunos do 7.º ano a apontar a sirene, provavelmente porque recordam o simulacro de 2007 em que, pela primeira vez, esta foi accionada. Apesar de a escola dispor deste equipamento desde a sua construção, este não se encontrava ligado e não é utilizado porque o som da sirene é muito baixo, deixando alguns sectores da escola sem audição do mesmo. Assim, após a experiência de 2007, voltou-se novamente a optar pelos três

toques de campainha, já que é perfeitamente audível em todas as instalações (escola, anexos e pavilhão gimnodesportivo).

De particular importância é tentar averiguar se os jovens abordam em casa a realização dos exercícios de evacuação (Tabela11) – porque vai permitir avaliar a transposição que é feita para o contexto familiar das questões vivenciadas e apreendidas na escola a nível de segurança e prevenção em caso de emergência. O rácio de alunos que abordou o evento no seio do seu agregado familiar é bastante similar nos dois níveis de ensino, embora ligeiramente superior nos mais novos o que é bastante gratificante a vários níveis: sabemos que se estabelece um diálogo com a família, que os procedimentos em caso de emergência se alargam a um maior número de pessoas alertando-as para estas situações, facto tanto mais importante no caso dos meios rurais e, em especial, das aldeias mais isoladas onde as carências económicas dificultam o acesso ao conhecimento.

Tabela 11 - Conversa com familiares sobre o exercício de evacuação

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	48	85,7	47	82,5
não	6	10,7	10	17,5
total	54	96,4		
não responde				
não sabe	2	3,6		
Total	56	100,0	57	100,0

Pese embora o número pouco significativo de alunos que não falaram sobre o exercício em casa (6 no 5.º ano e 10 no 7.º), merece atenção o tipo de justificações que apresentam (Tabelas 4 A e 5 A do Anexo 3). Se para o 5.º ano, tal se ficou a dever essencialmente ao “esquecimento”, já para o 7.º ano, devem-nos fazer reflectir 7 respostas como “não costumo falar em casa sobre assuntos da escola”, “não me perguntaram nada e também não contei” e “achei que não era importante falar sobre isso”. Como possível justificação podemos apontar o facto de se tratar de alunos mais velhos, que já começam a vivenciar um certo conflito de gerações, que se entregam a outros interesses extra-familiares, mas também, porque há mais afastamento da família por razões de emigração. Salienta-se ainda a diferença entre a preferência da mãe sobre o pai para se estabelecer esse diálogo o que está de acordo com a vivência deste meio: normalmente, a mãe está mais tempo em casa, dá mais algum apoio aos filhos e permanece enquanto o pai emigra.

Há vários anos que nesta escola têm lugar exercícios de evacuação. No ano anterior ao da aplicação deste questionário, mais precisamente a 27 de Setembro de 2007, decorreu um simulacro com intervenção dos Bombeiros Voluntários, Guarda

Nacional Republicana, acompanhado pela Protecção Civil Municipal e Distrital. Foi sem dúvida o mais “aparatoso” e, por isso mesmo se introduziu uma questão, apenas para o 7.º ano, por ser o nível que vivenciou os dois eventos. Os 73,7% de alunos que consideram que “resultou melhor o simulacro do ano anterior” (Tabela 12), atestam devidamente a diferença de impacto de um exercício de evacuação versus simulacro.

Tabela 12 - Resultou melhor o exercício de evacuação ou o simulacro do ano anterior

	7º Ano	
	N	%
o exercício de evacuação de Fevereiro	4	7,0
o simulacro do ano anterior	42	73,7
as duas	11	19,3
Total	57	100,0

Numa questão de resposta aberta era solicitada a justificação da opção seleccionada. A grande maioria dos alunos referiu o facto de, com a presença do fumo parecer uma situação real, fazendo com que fosse encarada com mais “seriedade”. Também a actuação dos bombeiros a retirar “vítimas” pelas janelas impressionou positivamente os discentes. Transcrevo uma afirmação de uma das respostas “...toda a escola sentiu a adrenalina que seria um incêndio verdadeiro”.

Do apuramento deste bloco podem-se retirar como principais conclusões: esta escola desenvolve actividades de Planeamento de Emergência e testa o Plano de Evacuação anualmente; as regras de actuação são difundidas pelos Directores de Turma e os alunos consideram que os estes ensinamentos são bem ministrados; à medida que os alunos avançam no seu percurso escolar, exigem mais desta formação e consideram que a mesma deve envolver outros agentes (bombeiros).

3.1.3 – 3.º Bloco - Situações de emergência em casa

Com este conjunto de questões pretende-se basicamente avaliar que vivências têm estes alunos com eventos que, de algum modo, já os colocaram em situações potencialmente perigosas. Há quatro questões para todos os inquiridos e duas que apenas respondem mediante uma condição.

Com as primeiras 3 questões deste bloco (Tabelas 6A, 7A e 8A do Anexo 3) constata-se que a grande maioria dos alunos (em média, nos dois anos, cerca de 75%) nunca vivenciou, na sua casa, uma situação em que tivesse de ser accionado o número nacional de emergência. No entanto, 83,9% e 89,5% dos alunos do 5.º e 7.ºanos, respectivamente, identificam-no correctamente. Esta muito ligeira diferença entre os dois níveis de ensino mostra que, apesar da sua idade mais jovem, estamos a falar dos do 5.º ano, obviamente, conhecem este recurso e que podem actuar a esse nível no caso de

alguma situação assim o exigir. Verificamos, ainda, a reduzida a percentagem de alunos (10,7% e 8,8%), que já se viram numa situação de perigo em casa que os obrigasse a sair urgentemente da mesma.

Pretendendo-se apurar até que ponto as competências adquiridas na escola foram transpostas para o contexto familiar, ou se este já está “sensível e desperto” para estas temáticas (Tabelas 13 e 14), é fácil concluir que as nossas famílias não reflectem sobre estes assuntos da emergência, da saída forçada de casa, das possíveis formas de actuação perante situações de perigo porque, é deveras elevado o número de alunos que referem não ter um ponto de encontro em caso de emergência.

Tabela 13 - Ponto de encontro definido em casa

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	19	33,9	5	8,8
não	31	55,4	52	91,2
total	50	89,3		
não responde	1	1,8		
não sabe	5	8,9		
Total	56	100,0	57	100,0

Tabela 14 - Iniciativa de definir o ponto de encontro

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
pai	10	17,9	3	5,3
mãe	2	3,6	1	1,8
aluno(a)	4	7,1	1	1,8
irmão(ã)	1	1,8		
total	17	30,4	5	8,8
não responde	1	1,8		
não sabe	1	1,8		

No entanto, os 33,9% que respondem sim, ao nível do 5.º ano, intrigaram-me profundamente. Uma das hipóteses que coloquei para a explicação da diferença entre os dois níveis foi a de que este tivesse mais elementos do agregado familiar implicados em áreas de segurança e, que por tal motivo, houvesse mais pontos de encontro definidos. Do levantamento efectuado conclui que tal não se verificava, tendo este número até um valor ligeiramente mais elevado para o 7.º ano.

Partindo do princípio que a pergunta não tivesse sido devidamente entendida, no ano lectivo seguinte, durante uma sessão que fiz com as mesmas turmas (já no 6.º ano), abordando a importância dos procedimentos de evacuação, questionei oralmente quem tinha também um ponto de encontro definido nas suas casas. Aí pude verificar que as minhas suspeitas tinham fundamento pois nenhum aluno o identificou sob o ponto de

vista de actuação ao nível da emergência mas sim, ao nível de reunião familiar – e daí a indicação do pai como aquele que determina o ponto de encontro da família.

Comparativamente com o 7.º ano, estes, como já passaram por vários exercícios de evacuação, estão mais familiarizados com o termo e daí a diferença de resultado. Baseando-me particularmente nas respostas do 7.º ano, é mais que evidente que as competências adquiridas na escola não estão a ser transpostas para casa. É urgente fazer algo neste sentido e sensibilizar os alunos para levarem os pais a adoptar no contexto familiar algumas das regras básicas dos comportamentos preventivos da cultura de segurança.

No questionário aplicado ao 7.º ano foram acrescentadas quatro questões para se inferir sobre o conhecimento que os jovens têm do plano de segurança familiar (caso ele exista). São menos de 20% os alunos que afirmam ter em casa um estojo de emergência devidamente preparado (Tabela 15).

Tabela 15 - Estojo de Emergência em casa

	7º Ano	
	N	%
sim	11	19,3
não	38	66,7
total	49	86,0
não responde		
não sabe	8	14,0
Total	57	100,0

Na expectativa de certificar esta informação, aduziu-se uma questão em que, numa lista de 10 objectos/produtos, deviam assinalar os que existem em casa para fazer face a uma situação de emergência. Das respostas obtidas, constata-se que, apesar de apenas 11 dos 57 alunos afirmarem ter o estojo de emergência, em termos de objectos/produtos isolados, a situação é um pouco menos “negra” (fig. 7). Há lanternas em 40 lares, caixa de primeiros socorros em 30, rádio a pilhas em 28, apesar de só haver pilhas de reserva em 21. É bem patente que o extintor (apenas em 20) e os bens alimentares para emergência continuam a ser os “parentes pobres”.

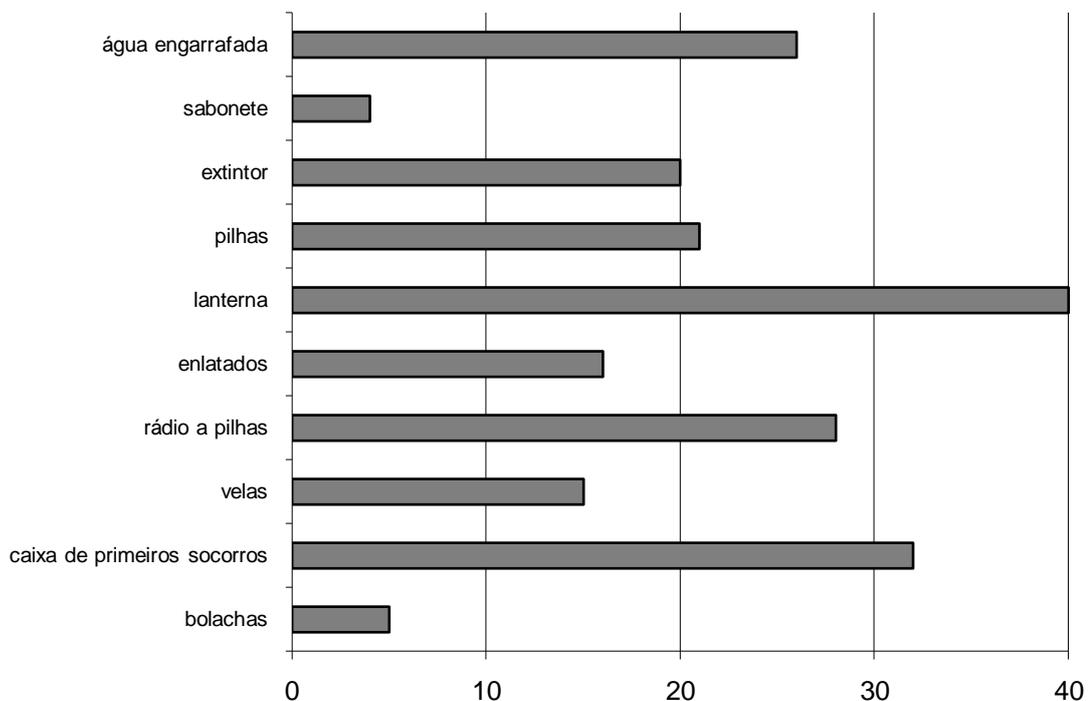


Fig. 8 – Objectos que existem em casa para situações de emergência

Ainda para os jovens do 7.º ano e para terminar este bloco que indaga as medidas pró-activas em casa, questiona-se se sabem desligar os contadores da água e da electricidade (Tabelas 9 A e 10 A do Anexo 3). Os resultados obtidos, 52,6% para o da água e 89,5% para o da electricidade, não sendo os ideais, podem-se considerar animadores, devendo a Escola trabalhar no sentido de os incrementar para que os jovens, neste caso com idades entre os 12 e os 14 anos, possam vir a registar um desempenho superior (particularmente o contador da água).

Se no bloco anterior pudemos constatar que, no que diz respeito à escola a mensagem até está a “passar” e a ser assimilada, o mesmo não é observável para o contexto familiar, com os ensinamentos a não serem aplicados a outras realidades. Neste domínio, um longo caminho está ainda para ser trilhado.

3.1.4 – 4.º Bloco - As situações potencialmente perigosas

O último bloco deste questionário é constituído por 7 perguntas sendo duas delas alternativas, ou seja dependem da resposta na anterior. Pode assim haver casos de respondentes a quem apenas se apliquem 5 perguntas. Os objectivos fundamentais deste bloco passam por avaliar a percepção que os jovens têm das situações potencialmente perigosas à escala local, a relevância cultural atribuída a esta temática e ainda, indagar a disponibilidade que estes manifestam para virem a integrar um Clube de Protecção Civil. Para o 7.º ano há uma oitava questão que pretende averiguar a opinião sobre a estratégia ideal para a abordagem desta temática em contexto escolar.

Quando questionados sobre a existência de situações potencialmente perigosas no concelho, as respostas obtidas são surpreendentemente coincidentes (Tabela 16), com a afirmativa a recolher 78,6% das opções no 5.º ano e 78,9% no 7.º.

Tabela 16 -

Situações potencialmente perigosas no concelho	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	44	78,6	45	78,9
não	9	16,1	9	15,8
total	53	94,6	54	94,7
não responde				
não sabe	3	5,4	3	5,3
Total	56	100,0	57	100,0

Tendo o respondente optado pelo sim, seguia-se uma lista de situações potencialmente perigosas, das quais devia seleccionar as três que, a nível local, mais o preocupam e, deste modo, indagar a percepção que estes jovens têm acerca dos riscos que mais lhes poderão afectar o seu quotidiano (fig. 7 e 8). Verifica-se uma correcta opção na identificação dos incêndios florestais como sendo o de manifestação mais frequente no concelho.

Parece haver alguma relação entre as opções assinaladas e os temas abordados nos conteúdos curriculares (Tabela 2, p.18), com os alunos do 7.º ano a fazerem opções mais coerentes. Destacam-se ainda os que têm uma maior saliência pública ou dos media, nomeadamente no passado recente. A única opção que não “cabe” nestes critérios é a contaminação com radão, que, apesar de ser assinalada apenas por três alunos do 5.º ano, é uma temática que não é abordada a nível curricular, nem é comumente destacada na comunicação social.

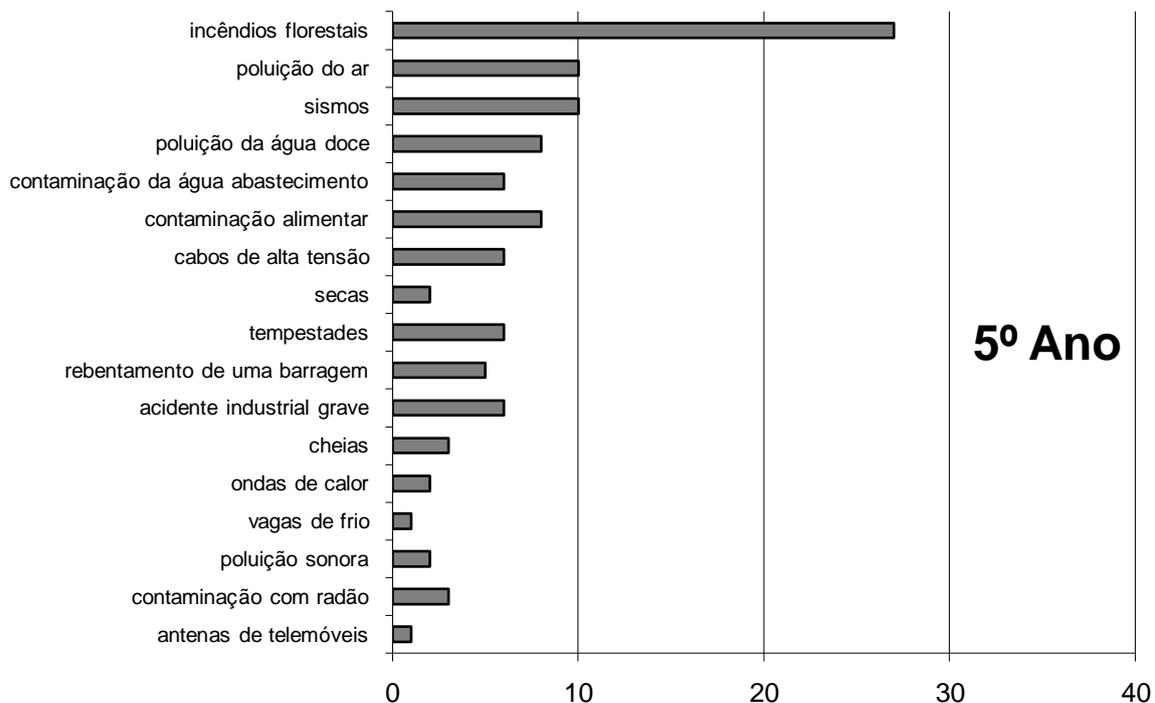


Fig. 9 – Situações potencialmente perigosas no concelho que preocupam os alunos do 5º ano

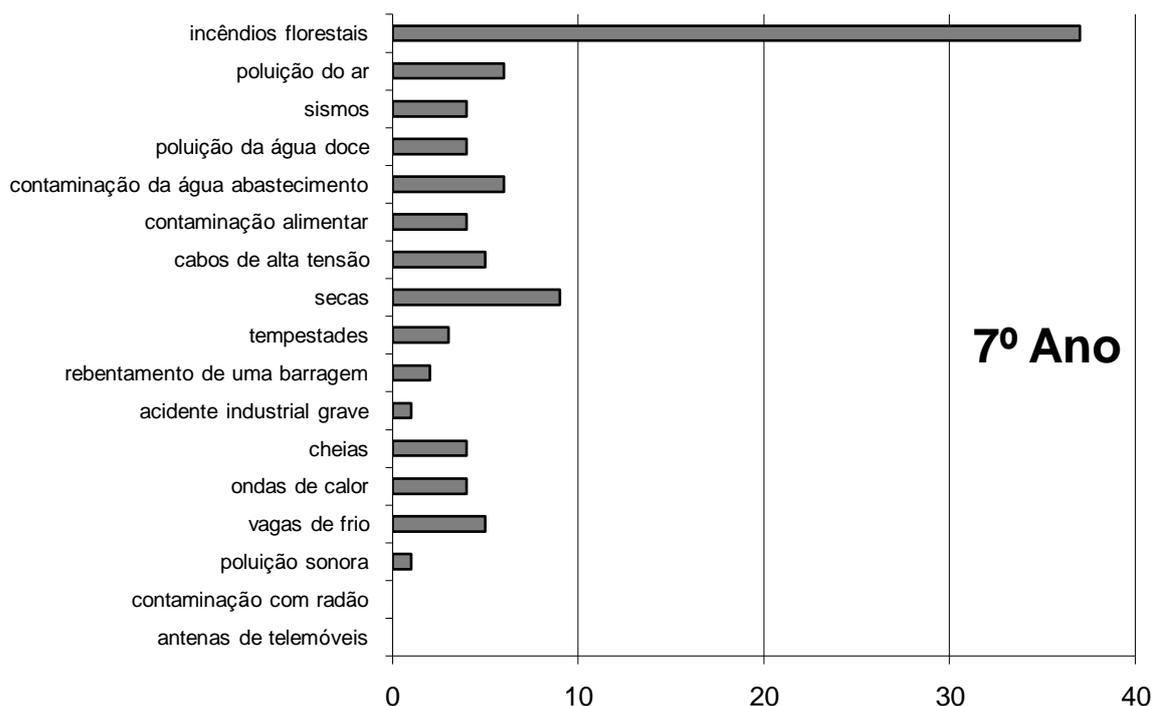


Fig. 10 – Situações potencialmente perigosas no concelho que preocupam os alunos do 7º ano

Quando questionados sobre se procuram informação relativa a situações potencialmente perigosas (Tabela 17), a resposta afirmativa recolhe um valor significativo (62,5% das opções no 5.º ano e 61,4% no 7.º). Estes valores confrontados com os da Tabela anterior, evidenciam-nos que, em cada ano curricular, há cerca de 10 alunos que, apesar de reconhecerem a existência de situações potencialmente perigosas no seu concelho, não procuram, por iniciativa própria, informação sobre as mesmas.

Tabela 17 - Procura informação sobre situações potencialmente perigosas

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	35	62,5	35	61,4
não	18	32,1	22	38,6
total	53	94,6		
não responde	2	3,6		
não sabe	1	1,8		
Total	56	100,0	57	100,0

Os 35 alunos de cada ano que declaram procurar informação sobre situações perigosas, fazem-no preferencialmente junto dos pais, recorrendo à internet ou a programas de televisão (Tabela 11 A do Anexo 3). É irrisoriamente insignificante a percentagem de alunos que aborda os seus professores para esclarecerem as suas dúvidas sobre esta temática (8,9% no 5.º ano e 5,3% no 7.º). Uma questão pertinente se impõe: os professores não são abordados por não serem reconhecidos como tendo competências para esclarecer estas dúvidas ou não são proporcionados espaços/tempos em que seja oportuna esta partilha?

Para os 32,1% de alunos do 5.º e 38,6% do 7.º ano que atestam não procurar informação, a razão mais enunciada foi o facto de não poderem fazer nada para o resolver (Tabela 12 A do Anexo3).

Cerca de ¼ dos discentes consideram-se preparados para enfrentarem situações potencialmente perigosas (Tabela 13 A do Anexo 3).

Sendo a implementação dos Clubes de PC uma prioridade estratégica da tutela e uma vez que esta escola não apresenta esta oferta de actividade extracurricular aos seus alunos, auscultaram-se os mesmos sobre a sua disponibilidade e interesse em o frequentar (Tabela 18). Para o nível etário mais baixo, o 5.º ano, os 80,4% de respostas positivas são estimulantes mas, a ser verdade, o número excessivamente elevado de interessados (45) inviabiliza esta metodologia que pressupõe um grupo de 15 a 20 alunos (p. 14).

Tabela 18 - Interesse em frequentar um Clube de Protecção Civil

	5º Ano		7º Ano	
	N	%	N	%
sim	45	80,4	37	64,9
não	5	8,9	20	35,1
total	50	89,3		
não responde	2	3,6		
não sabe	4	7,1		
Total	56	100,0	57	100,0

Outra informação relevante a retirar desta questão é a redução de potenciais interessados na frequência do referido Clube do 5.º para o 7.º ano. A participação nas

atividades extracurriculares é facultativa e, à medida que vão crescendo, os jovens, costumam manifestar menor apetência para ocuparem os seus tempos livres deste modo.

A última questão do questionário, apenas aplicada aos alunos do 7.º ano, destinava-se, em parte, a confirmar a opção que já tinha sido assinalada na quarta pergunta do 2.º bloco (Quem deve dar informação aos alunos sobre os comportamentos a adoptar em situação de emergência?).

Com esta questão de controle constata-se que no final do questionário, ou seja, após uma série de perguntas que certamente levaram os alunos a reflectir sobre a temática, a opção pelos Bombeiros sai ainda mais reforçada (Tabela 19), com 39 escolhas (68,4%), contra 37 (64,9%) no início (Tabela 7).

Tabela 19 - Quem deve abordar estas temáticas

	7º Ano	
	N	%
na Formação Cívica, pelo Director de Turma	7	12,3
na Área de Projecto, com base em trabalhos de pesquisa	2	3,5
em disciplinas específicas (Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, Geografia...)	7	12,3
por Agentes da Protecção Civil, Bombeiros...em acções de formação pontuais	39	68,4
total	55	96,5
não responde		
não sabe	2	3,5
Total	57	100,0

Assim, volta a ficar bem patente a importância atribuída pelos discentes a uma formação ministrada por quem, reconhecidamente, tem mais competência para tal. Retira-se, pois, como ilação, uma necessidade premente de profissionalização desta formação.

Os alunos, mesmo destes níveis etários, não consentem “amadorismos” e esta inferência é tanto mais válida, quanto mais eles vão avançando na idade.

3.2 - Professores

Considerando a especificidade dos conteúdos e competências que se espera ver abordados e desenvolvidos ao longo da escolaridade básica por um leque tão variado de formações iniciais, pretende-se nesta fase do estudo recolher dados sobre as “habilitações” dos professores e acima de tudo, o grau de sensibilização e a própria incorporação dos mais elementares princípios de cultura de segurança na vida quotidiana destes que, antes de serem docentes, são cidadãos. São conhecidos lamentáveis exemplos, pouco representativos felizmente, de docentes que, face a um toque de alarme e depois de constatarem que apenas de um simulacro se trata, permanecem na sala de aula no decurso normal da actividade lectiva, sem a mínima noção de que, mais do que não participar no exercício em si, estão a transmitir o péssimo exemplo de subalternização destes procedimentos.

Seleccionaram-se as questões que se consideraram mais pertinentes para recolher a informação necessária para a consecução dos objectivos definidos. O questionário (Anexo 4), organizado em 3 Blocos, é constituído por catorze perguntas fechadas, duas do tipo Likert e ainda duas perguntas abertas. Passa-se de seguida à sua explanação e análise das respostas obtidas.

3.2.1 – 1.º Bloco - Caracterização do entrevistado

A caracterização destina-se a extrair dados relativos ao género, grupo de recrutamento, tempo de serviço (total e nesta escola). Os 64 professores que responderam ao questionário distribuem-se por 22 grupos de recrutamento que foram condensados em quatro áreas científicas que correspondem aos Departamentos curriculares (Tabela 20). O Departamento com maior efectivo é o de Ciências Exactas (cerca de 30% dos docentes), abrangendo as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais e da Natureza, Biologia, Geologia, Ciências Físico-Químicas, Física, Química e Informática. O Departamento com um número mais reduzido é o de Expressões (cerca de 20%), englobando disciplinas como Educação Visual e Tecnológica, Artes Visuais, Educação Tecnológica, Educação Musical e Educação Física. Quanto ao género, é notória a predominância feminina nesta profissão, 43 em 64 (67%), destacando-se o Departamento de Línguas, com cerca de 82%.

Tabela 20 - Departamentos curriculares

	Género do inquirido		Total	
	masculino	feminino	N	%
línguas	3	14	17	26,6
c. sociais e humanas	7	8	15	23,4
c. exactas	5	14	19	29,7
expressões	6	7	13	20,3
Total	21	43	64	100,0

No que toca ao tempo de serviço, o corpo docente desta escola conta já alguma experiência, com 73,4% dos respondentes a terem 10 ou mais anos (Tabela 21). No entanto, como na grande maioria das escolas do interior, 59,4% dos professores estão aqui colocados há menos de quatro anos (Tabela 22).

Esta instabilidade constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de projectos sustentados e continuados no tempo.

Tabela 21 - Tempo de serviço total

	N	%
< a 5 anos	7	10,9
5 a 9 anos	10	15,6
10 a 14 anos	18	28,1
15 a 19 anos	19	29,7
>= a 20 anos	10	15,6
Total	64	100,0

Tabela 22 - Tempo de serviço nesta escola

	N	%
< a 1 ano	11	17,2
1 a 3 anos	27	42,2
4 a 6 anos	10	15,6
7 a 9 anos	4	6,3
>= a 10 anos	12	18,8
Total	64	100,0

Pretendendo-se analisar a relação entre os diferentes Departamentos e assimilação de medidas de autoprotecção no seu quotidiano, constatou-se que a mesma não é estatisticamente significativa, pelo que se apresenta a informação no quadro ilustrativo (Tabela 23). A medida mais adoptada é “Todos os membros do agregado familiar (idade \geq 10 anos) sabem desligar os contadores”, verificando-se em 70,4% dos lares destes docentes. Numa percentagem inferior, mas ainda superior a 50%, surgem “Lanternas”, “Pilhas” e o “Estojo de primeiros socorros”. Já a quantidade de lares em que estão definidos “Percurso de evacuação” ou em que há “Extintor de pó químico ABC” representa uma percentagem irrisória de 4,7 e 14,1% respectivamente. Procedeu-se ao cruzamento das variáveis Departamentos Curriculares e Medidas de autoprotecção, na convicção de que haveria alguma área científica mais sensibilizada para estas questões e que se destacasse. As quadrículas assinaladas a sombreado representam os Departamentos em que cada medida assume uma maior percentagem. Considero que tal não se verifica apesar do Departamento de Expressões registar os valores mais elevados em 3 medidas, mas as discrepâncias entre eles não são muito significativas.

Tabela 23 - Medidas gerais de autoprotecção definidas em casa

	Departamentos Curriculares				Total	
	línguas	c. sociais e humanas	c. exactas	expressões	N	%
Todos os membros do agregado familiar sabem desligar os contadores	13 76%	9 60%	15 79%	8 62%	45	70,4
Percurso de evacuação	0	1 7%	0	2 15%	3	4,7
Extintor de pó químico ABC	2 12%	3 20%	2 11%	2 15%	9	14,1
Lanternas	8 47%	10 67%	10 53%	10 77%	38	59,4
Pilhas	10 59%	7 47%	11 58%	7 54%	35	54,7
Estojo de primeiros socorros	9 53%	8 53%	11 58%	9 69%	37	57,8

Se os valores reduzidos na adopção de algumas medidas de autoprotecção podem ser “justificáveis” por alguma falta de informação, o irrisório número de docentes que admite a existência de um “Ponto de encontro definido em casa” (Tabela 24) é, no mínimo, surpreendente. Todo o corpo docente tem de conhecer o Plano de Emergência da sua escola e, incluído neste, saber da existência e da importância do Ponto de encontro. Numa situação real, é neste local que, muito rapidamente, tem de ser feito um levantamento de alunos que eventualmente possam ter ficado dentro das instalações para ser transmitido aos responsáveis pelas operações de resgate. É óbvio que uma residência particular não representa a mesma complexidade de uma instituição com centenas de crianças, mas como será possível que apenas 7 professores (10,9%) tenham adoptado este procedimento nos seus lares?

Tabela 24 - Ponto de encontro definido em casa

	Género do inquirido				Total	
	masculino		feminino		N	%
sim	3	14,3	4	9,3	7	10,9
não	17	80,9	34	79,1	51	79,7
total	20	95,2	38	88,4	58	90,6
não responde						
não sabe	1	4,8	5	11,6	6	9,4
Total	21	100,0	43	100,0	64	100,0

Apesar deste reduzido número de docentes que tem Ponto de encontro definido, vale a pena cruzar esta variável com o género do inquirido para chegar à conclusão que parece haver uma predisposição ligeiramente superior dos homens para estas questões da segurança. Os 3 docentes representam no total dos 21 do sexo masculino 14,3%, enquanto esta percentagem para as professoras é de apenas 9,3% (4 em 43). Curioso é ainda atentar que dos respondentes que assinalaram o “não sabe”, apenas 1 é do sexo masculino e 5 do sexo feminino.

3.2.2 – 2.º Bloco - Exercícios de evacuação

Nesta secção, constituída por seis questões (quatro fechadas, uma aberta e outra do tipo Likert) pretende-se “radiografar” a concepção que os docentes têm desta actividade obrigatória no funcionamento da escola.

Os docentes que não participaram nos exercícios de evacuação nesta escola são precisamente os mesmos que se encontram há menos de um ano (Tabelas 22 e 25) e, dos 18 que nunca participaram noutras escolas (Tabela 26), são apenas 5 os que aparentemente não o fizeram porque não se desenvolveu esta actividade.

Então, sendo obrigatório às escolas ter um Plano de Emergência, torná-lo do conhecimento público, desenvolver exercícios para que alunos, funcionários e docentes

adquiram competências que os tornem capazes de responder eficazmente em situações de emergência, como é possível que esta obrigatoriedade não esteja a ser cumprida em todas as escolas?

Tabela 25 - Participou em exercícios de evacuação nesta escola

	N	%
sim	53	82,8
não	11	17,2
não responde		
não sabe		
Total	64	100,0

Tabela 26 - Participou em exercícios de evacuação noutras escolas

	N	%
sim	45	70,3
não	18	28,1
total	63	98,4
não responde		
não sabe	1	1,6
Total	64	100,0

A grande maioria dos docentes (70,3%) considera os exercícios de evacuação muito importantes (Tabela 27), e quase a totalidade afirma que se devem realizar pelo menos uma vez por ano, chegando mesmo, quase 30% a defender que deveria ser uma vez por período (Tabela 28).

Tabela 27 - Opinião sobre os exercícios de evacuação

	N	%
muito importantes	45	70,3
importantes	17	26,6
nem muito nem pouco importantes	1	1,6
total	63	98,4
não responde		
não sabe	1	1,6
Total	64	100,0

Tabela 28 - Os exercícios de evacuação devem realizar-se

	N	%
uma vez em cada período	19	29,7
uma vez por ano	43	67,2
de dois em dois anos	1	1,6
total	63	98,4
não responde		
não sabe	1	1,6
Total	64	100,0

E este trabalho é tanto mais importante quanto mais percebemos que a maioria dos docentes (57,8%) considera que os alunos não sabem responder de forma correcta a uma situação de emergência e, apenas, 25,0% avaliam que estes adoptariam os procedimentos correctos (Tabela 14 A do Anexo 3).

- Realizar mais assiduamente os exercícios de evacuação durante o ano lectivo?
- Realizar mais acções de sensibilização quer para alunos quer para professores?
- Apelar à intervenção permanente de outros organismos como a GNR, os Bombeiros, o INEM?
- Diversificar actividades? Situações de emergência?
- Tornar a prática do exercício de emergência tão corrente que torne os alunos perfeitamente capazes de actuar sem “muitos atropelos”?
- Tornar a prática do exercício de emergência tão vital que todos os docentes se empenhariam de facto na sua importância e se comprometeriam completamente?

Importa, se calhar, começar a considerar novas propostas de trabalho e inculcar nos alunos os conhecimentos vitais na actuação em emergência. E, se os professores podem pensar que os alunos não responderiam correctamente em caso de emergência, então, é porque, ou não acreditam na capacidade assimiladora de regras por parte dos seus alunos (no qual têm quota parte!), ou o trabalho desenvolvido não o está a ser da melhor forma, ou ainda, consideram os nossos alunos tão “indisciplinados” que os tornam incapazes de adquirir plenamente estes comportamentos. Há que avaliar a situação e perceber o porquê, até porque, nos exercícios realizados, se bem que os resultados não tenham sido 100% satisfatórios, não ficaram muito longe disso.

3.2.3 – 3.º Bloco - O desenvolvimento da cultura de segurança em meio escolar

Na última parte do questionário, através de quatro questões fechadas e uma de tipo Likert, vai-se tentar indagar a opinião dos docentes acerca do contexto em que a temática deve ser abordada e o grau de preparação/formação que os mesmos têm para cumprir esta missão.

Quando questionamos os docentes sobre a estratégia ideal para a abordagem destas temáticas e podendo os respondentes assinalar mais que uma opção, vários assim fizeram (Tabela 29), defendendo que esta questão deve ser “atacada” por várias vertentes, repartindo-se a responsabilidade, pelos docentes e por organismos exteriores à escola. Apenas 29 docentes seleccionaram uma única estratégia, 21 seleccionaram duas modalidades e 13 consideraram que a abordagem deve ser feita “por todos os flancos”. É evidente que, uma maioria de 73,4% docentes aponta no sentido de remeter esta incumbência para agentes externos à escola, mesmo sendo só em acções de formação pontuais. É mais fácil atirar a responsabilidade para os tais organismos exteriores à escola mas, aquando da actuação em caso de emergência, não são eles os primeiros a actuar – são os alunos, os professores responsáveis por eles e os funcionários que, no seu local de trabalho, podem também estar acompanhados de alunos. Há 37% de opções confiando esta missão ao Director de Turma, responsável por um grupo de alunos, no entanto, aquando da realização dos exercícios de evacuação raramente é o Director de Turma que está com a sua turma e, todos os outros são responsáveis pelo grupo que têm à sua frente.

Tabela 29 - A abordagem desta temática deve ser feita

	N	%
Formação Cívica, pelo Director de Turma	37	57,8
Disciplinas específicas (Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, Geografia...)	26	40,6
Em acções de formação pontuais, por Agentes da Protecção Civil, Bombeiros...	47	73,4
não responde		
não sabe	1	1,6

A explicação para a opção assinalada anteriormente poderá estar espelhada na autoavaliação que os docentes fazem das suas próprias aptidões para desempenhar esta tarefa (Tabela 30). São mais os docentes que se consideram pouco ou nada preparados (37,5%), do que os 30% que se assumem como preparados ou muito preparados para tal. Destaca-se o Departamento de Ciências Exactas (onde se incluem disciplinas como as Ciências da Natureza e Naturais e Ciências Físico-Químicas) que, nalguns conteúdos, aborda toda esta temática e, como tal apresenta uma melhor performance. O Departamento de Línguas é o que se sente menos vocacionado para esta missão, mas, recorde-se que, qualquer docente, enquanto Director de Turma, poderá vir a ser “convocado” para o Módulo de “Cidadania e Segurança” da Formação Cívica do 5º ano.

Tabela 30 - Considera-se preparado para abordar esta temática aos seus alunos

	Departamentos Curriculares				Total	
	línguas	c. sociais e humanas	c. exactas	expressões	N	%
muito preparado	0 0%	0 0%	1 5,3%	0 0%	1	1,6
preparado	2 11,8%	5 33,3%	7 36,8%	4 30,8%	18	28,1
nem muito nem pouco preparado	5 29,4%	3 20,0%	6 31,6%	7 53,8%	21	32,8
pouco preparado	10 58,8%	6 40,0%	5 26,3%	2 15,4%	23	35,9
nada preparado	0 0%	1 6,7%	0 0%	0 0%	1	1,6
Total	17	15	19	13	64	100,0

Mas, uma questão agora se impõe: não estão preparados ou não querem estar preparados? E, se quiserem preparar-se, que tipo de formação têm ao seu dispor? Uma formação cedida pela escola, pelo centro de formação (depois de uma breve pesquisa podemos realçar que os Centros de Formação estão completamente arredados desta tarefa), pelos já mencionados organismos, ou simplesmente, por autoformação? Como pudemos verificar (Tabela 31), a grande maioria dos professores (78,1%) nunca recebeu formação específica em cultura de segurança face a riscos naturais/tecnológicos. A preparação elementar, a que lhe é dada na escola, prepara-os para os exercícios de evacuação. Apenas 21,9%, que equivale a 14 professores, recebeu formação específica e, serão decerto predominantemente pertencentes ao Departamento das Ciências Exactas.

Tabela 31 - Já recebeu formação específica em cultura de segurança face a riscos naturais/tecnológicos

	N	%
sim	14	21,9
não	50	78,1
Total	64	100,0

Para 5 destes docentes, a formação foi ministrada por Bombeiros, para 4, por Agentes de Protecção Civil e, para outros 5, foi simultaneamente pelas duas entidades (Tabela 32). Abordaram temas como exercícios de evacuação (a maioria), primeiros

socorros, incêndios florestais e sismos (Tabela 33), áreas que a escola mais directamente tem de implementar nas suas incumbências.

Tabela 32 - A formação foi ministrada por

	N
Centros de Formação	
Delegado de segurança escolar	
Bombeiros	10
Agentes de Protecção Civil	9
outro	

Tabela 33 - Conteúdos abordados

	N
exercícios de evacuação	10
primeiros socorros	5
incêndios florestais	5
sismos	2
outro	1

Da aplicação do inquérito ao corpo docente desta escola várias conclusões pertinentes se podem extrair. Integrados numa classe sociocultural que podemos considerar acima da média, com um acesso privilegiado ao conhecimento, estes professores manifestam um deficit ao nível da incorporação da cultura de segurança nas suas vivências quotidianas. Como é evidente, quem não adopta medidas de autoprotecção em sua casa, não tem estabelecido um ponto de encontro, dificilmente terá a sensibilidade intrínseca para divulgar e difundir estes princípios. No entanto, a avaliar pela importância atribuída à realização de exercícios de evacuação/simulacros, não parece que estejamos em presença de professores que a eles reajam da mesma forma que docentes de outras escolas, como se irá constatar numa das entrevistas. A avaliação que fazem da forma como os alunos se comportam nos referidos exercícios não é a mais favorável. Os docentes não se consideram preparados para ministrarem estes conhecimentos pois, 78% nunca teve qualquer formação nesta área. À semelhança dos alunos, também a maioria dos professores considera que estas temáticas devem ser ministradas por “profissionais” da área, especificando concretamente os Bombeiros.

Como se pode concluir, é vital alargar a toda a comunidade docente a formação neste contexto para que estes conhecimentos possam passar para os alunos, e destes, para a comunidade familiar e local.

4.º Capítulo - Cultura de segurança: a visão institucional

Conjecturando uma certa disparidade na forma de abordagem destas temáticas no meio escolar, impunha-se a indagação junto das entidades que no 2.º capítulo foram identificadas como tendo responsabilidades e papéis atribuídos nesta missão. Estas entidades, num total de 7, foram inquiridas na pessoa do seu responsável máximo ou na do representante que mais directamente se encontra envolvido com o sistema educativo. Nesta selecção não se procurou atingir a saturação estatisticamente representativa, antes sim, uma pequena amostra de sujeitos institucionalmente significativa. Mais do que procurar as regularidades institucionais, pretende-se aqui encontrar as nuances nas dinâmicas que são operacionalizadas por cada uma delas, ou como refere Alain Touraine (1984), o propósito não passa por encontrar a “explicação” do social, mas sim, “interpretar” o sentido da dinâmica social.

Tendo optado, neste domínio, por uma investigação de natureza qualitativa, não foram enunciadas hipóteses de trabalho, antes definido um trilha de problematização constituído por temas, sendo alguns deles os próprios instrumentos/referenciais escalpelizados na análise documental, uma vez que justificam o propósito e objectivo do estudo (averiguar da sua implementação).

Os seis temas definidos para investigação são:

- Caracterização do papel da Instituição;
- Relação Instituição/Escola(s) no ano lectivo 2008/2009;
- Lei de Bases da Protecção Civil;
- Enquadramento institucional e operacional da Protecção Civil no âmbito Municipal;
- Clube da Protecção Civil;
- Considerações finais.

Relativamente à **Caracterização da Instituição** foram colocadas duas questões aos entrevistados:

1.1 - Qual o papel da instituição no desenvolvimento de uma cultura de segurança nas escolas?

1.2 - A instituição tem colaboradores para trabalharem em parceria com as escolas?

Em caso afirmativo, solicitava-se informação sobre o número de colaboradores, a forma de participação e as metodologias utilizadas.

Na **Relação Instituição / Escola(s) no ano lectivo 2008/2009** foi perguntado:

2.1 - Houve colaboração com a(s) escola(s) ao longo do ano lectivo que agora termina?

Em caso afirmativo, pretendia-se saber quantas acções foram levadas a cabo e de quem tinha partido a iniciativa de as promover, se da Instituição ou das Escolas.

Quando à **Lei de Bases da Protecção Civil**, especificamente o seu n.º 3 do artigo 7.º, “Os programas de ensino, nos seus diversos graus, devem incluir, na área de formação cívica, matérias de protecção civil e autoprotecção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adoptar no caso de acidente grave ou catástrofe” as questões foram:

- 3.1 - Qual a opinião sobre a implementação desta Lei?
- 3.2 - Estarão os professores habilitados para difundirem estes conhecimentos?
- 3.3 - Haverá oportunidades de formação para os professores?
- 3.4 - Houve acções de formação para professores ministradas pela instituição, durante o presente ano lectivo?
- 3.5 - Houve acções de formação para professores ministradas pela instituição, em anos lectivos anteriores?

Para o **Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal**, concretamente na sua alínea e) do n.º 3 do artigo 10.º - “Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos”, colocaram-se as perguntas:

- 4.1 - Qual a opinião sobre a implementação desta Lei?
- 4.2 - Tem conhecimento de alguma iniciativa neste âmbito especificamente direccionada para o público escolar?

Em caso afirmativo, pediam-se exemplos dessas iniciativas.

Relativamente ao **Clube da Protecção Civil**, a questão colocada foi:

- 5.1 - Tem conhecimento deste projecto?

Em caso afirmativo, questionava-se se o Clube da Protecção Civil será a forma ideal para esta temática ser abordada nas escolas.

Finalmente, nas **Considerações finais**, incluíram-se cinco questões de carácter mais generalista que permitissem fazer, como que um “apanhado”, sobre o posicionamento do entrevistado.

- 6.1 - Que avaliação faz do trabalho que as escolas estão a desenvolver neste âmbito?
- 6.2 - Qual será a forma ideal para ser desenvolvido este trabalho
- 6.3 - Num inquérito aplicado a alunos dos 5º e 7º anos, dos 57 alunos do 7º ano, 39 (68,4%) consideram que a abordagem desta temática deve ser feita por Agentes de Protecção Civil, Bombeiros...em acções de formação pontuais. Considera que será o suficiente?
- 6.4 - Nesse mesmo inquérito, num total de 113, apurou-se que apenas 21% tem ponto de encontro definido na sua casa. Que comentário faz?
- 6.5 - Qual a avaliação que faz do nível de preparação global da população do seu concelho/distrito.

A duração média das entrevistas foi de 40 minutos, tendo a mais breve 17 e a mais longa 1 hora e meia e foi baseada num guião previamente estabelecido (Anexo 5), que foi dado a conhecer a cada entrevistado no início de cada sessão.

Com o intuito de assegurar o anonimato dos entrevistados, foram-lhes atribuídos nomes fictícios (Tabela 34), sendo este o que consta na identificação das respectivas citações.

Tabela 34 – Caracterização dos entrevistados

Nome fictício	Alberto Moreira	Idade	53	Habilitações	Pós-Graduação em PC
Cargo desempenhado	Responsável pelo Gabinete Coordenador de Segurança DRE				
Anos de experiência no cargo	4				
Nome fictício	Belmiro Nunes	Idade	48	Habilitações	Licenciatura
Cargo desempenhado	Responsável pelos sectores de Planeamento e Sensibilização do CDOS				
Anos de experiência no cargo	10				
Nome fictício	Casimiro Oliveira	Idade	46	Habilitações	Licenciatura
Cargo desempenhado	Responsável pelos sectores de Planeamento e Sensibilização do CDOS				
Anos de experiência no cargo	6				
Nome fictício	Duarte Pereira	Idade	57	Habilitações	12º ano
Cargo desempenhado	Presidente da Câmara Municipal				
Anos de experiência no cargo	12				
Nome fictício	Edgar Quaresma	Idade	51	Habilitações	Licenciatura
Cargo desempenhado	Director da Protecção Civil Municipal				
Anos de experiência no cargo	1				
Nome fictício	Firmino Ramos	Idade	43	Habilitações	12º ano
Cargo desempenhado	Comandante dos Bombeiros Voluntários				
Anos de experiência no cargo	9				
Nome fictício	Gonçalo Santos	Idade	28	Habilitações	Licenciatura
Cargo desempenhado	Responsável pela secção de PC de uma Associação Ambientalista				
Anos de experiência no cargo	1				

No tratamento dado à informação recolhida nos *corpus das* entrevistas tentam-se mobilizar as inauditas propriedades heurísticas da técnica de análise de conteúdo, mormente no que concerne à interpretação dos significados que cada entrevistado atribui às suas responsabilidades e às práticas estabelecidas. Este tratamento baseia-se numa

matriz (Tabela 35) resultante da inferência das categorias, subcategorias e respectivas dimensões de análise dos discursos dos entrevistados.

Tabela 35 - Definição de Categorias, Subcategorias e Dimensões

Categorias	Subcategorias	Dimensões
Configuração institucional	Política de actuação	Iniciativa própria
		Resposta às solicitações
	Tipologia de acção	Sensibilização aos responsáveis
		Apoio técnico
		Acções de formação
		Implementação do Clube da PC
		Planeamento de Emergência
Quadro Legal	Lei de Bases da Protecção Civil	Na generalidade não está implementada
	Protecção Civil Municipal	Na generalidade não está implementada
Concretização em meio escolar	Professores	Falta de habilitações/sensibilidade
		Poucas oportunidades de formação
		Formação não é procurada
	Avaliação global das práticas	Iniciativa
		Reactividade
		Heterogeneidade
	Clube da PC	Potencialidades
		Limitações
	Estratégia ideal	Abordagem disciplinar
		Delegado de Segurança
		Cooperação institucional
Cultura de prevenção em Portugal	Ponto de encontro (21%)	Optimista
		Realista
		Desvalorização
	Avaliação global	Negativa
		Melhor na pop rural para com os IF

A elaboração deste quadro analítico teve como ponto de partida os temas de investigação que estavam previamente estabelecidos. A definição das subcategorias foi conseguida após as leituras vertical e horizontal das sinopses das 7 entrevistas, em que se isolou o que de mais relevante interessava à investigação. O passo seguinte foi a sistematização das semelhanças e diferenças nos discursos de cada um dos entrevistados, verificando a sua consistência na definição das dimensões de análise.

Na análise das respostas, opta-se por distinguir as instituições de âmbito regional (Direcção Regional de Educação e CDOS), que têm uma perspectiva mais abrangente, das que intervêm à escala local (Câmara Municipal, Bombeiros Voluntários e Associação ambientalista), cuja área de actuação é a municipal.

4.1 - Âmbito regional

Neste âmbito, seleccionaram-se três entrevistados tidos como “informantes privilegiados” devido às funções que desempenham na hierarquia das instituições, indivíduos profundamente conhecedores do contexto organizacional em que se inserem, dos objectivos a atingir e dos procedimentos a operacionalizar na sua esfera de actuação. Pese embora o facto de os seus discursos assumirem amiúde uma vinculação ideológico-normativa, a perspectiva global que detêm das políticas implementadas e o manancial de informação de que dispõem, permitiu, ainda assim, que se identificassem alguns dos disfuncionamentos e das lacunas na acção.

No que concerne à primeira categoria definida **Configuração institucional**, a análise vai ser destrinchada segundo as duas subcategorias, **Política de actuação** e **Tipologia de acção**.

A política de actuação apresenta traços similares, destacando-se como transversal esta constante: já foi muito mais interventiva (de iniciativa própria da instituição) quando, nos primeiros anos da década, era necessário “despertar” as escolas para a obrigatoriedade da implementação do Planeamento de Emergência. No discurso de Alberto Moreira emerge também o conceito de segurança na sua perspectiva “*security*”.

Alberto Moreira: *“...tem no fundo também essas funções de segurança e monitorização da segurança em todas as escolas sob a sua tutela. Para isso, tem um chamado Gabinete de Segurança com pessoas, neste caso concreto com 2 pessoas, sensibilizadas para esta área e que procuram desenvolver, por um lado, uma cultura de prevenção em todos os aspectos ligados à prevenção dos incidentes e das ocorrências que eventualmente possam vir a existir na escola, e também de colaborar com todas as escolas para ajudar a resolver os problemas existentes. ... Tivemos uma fase já muito grande de sensibilização das escolas para a implementação dos seus Planos de Prevenção e de Emergência.”*

As posturas dos responsáveis dos 2 CDOS apontam em sentidos distintos:

Belmiro Nunes: *“...ao longo destes últimos, particularmente oito anos, tem um papel muito importante, na medida em que é uma entidade privilegiada para incentivar, independentemente das medidas legislativas, dizia eu, incentivar as escolas a promoverem, a auto-promoverem-se, a organizarem-se, a criarem o seu Planeamento de Emergência, a lidar com matérias curriculares, junto das suas crianças, dos seus jovens, para, pouco a pouco irem sedimentando alguns conhecimentos.nós optámos por abordar todas as escolas, aliás, as escolas através dos agrupamentos acima de tudo, em todos os municípios, de modo a transmitir a mensagem de forma uniforme. Portanto, do litoral para o interior, de norte para sul...”*

O seu discurso revela que, apesar de já ter experimentado uma atitude mais interventiva, ainda denota alguma iniciativa institucional, corroborada pela estratégia adoptada em parceria com o respectivo Governo Civil:

Belmiro Nunes: *“...assinatura do protocolo no governo civil, onde vai ser entregue um kit de PC aos Clubes de PC. O kit vai ser constituído por equipamentos. Optámos por isto, embora tenha justificação, é evidente que para a criação do Clube de PC nessas escolas, isto também acaba por ser um incentivo, não só para aquela escola, mas eventualmente a outra escola ao lado que não teve, que não quis aderir, que não pensou aderir, se calhar para o ano vai pensar.”*

O outro responsável, Casimiro Oliveira, tendo atribuídas as mesmas funções, apresenta-se com um discurso enformado, com o tal pendor ideológico-normativo a que já se fez referência:

Casimiro Oliveira: *“...está inscrita na própria Lei de Bases, como a própria Lei de Bases preconiza, são objectivos fundamentais da PC, prevenir riscos, socorrer e atenuar os efeitos desses mesmos riscos. Por isso é importante que junto da população, seja implementada uma cultura de segurança e, neste caso particular, nada melhor do que ter um público-alvo existente nas escolas, já que, em pleno crescimento individual e intelectual, nada melhor para interiorizar os comportamentos adequados de segurança e eles que se encontram numa idade propícia para esse tipo de desenvolvimento.”*

Quanto à Tipologia de acção, Alberto Moreira reitera a utilização do termo “problemas” induzindo-nos novamente para a vertente “security”. No entanto, também refere como estratégias de intervenção a formação e sensibilização (se bem que estas são essencialmente direccionadas para os responsáveis) e o Planeamento de Emergência. Ocupando um lugar relevante na hierarquia do ME, também está confiada a esta instituição a missão de incentivar a implementação do Clube na sua área de influência.

Alberto Moreira: *“Por um lado identificando previamente problemas existentes, procurar soluções para os resolver, muitas vezes antes deles acontecerem e também ajudando as escolas, colaborando com as escolas na solução desses problemas. Sobretudo em acções de formação, de informação, de sensibilização, junto, não apenas das escolas e dos seus Directores, mas também da comunidade educativa, das entidades locais e regionais, no sentido de minimizar problemas que possam vir a existir.... em termos de Protecção Civil, o objectivo é que todas as escolas tenham os seus Planos de Prevenção e Emergência devidamente elaborados e aprovados. Para nós, isso são instrumentos muito importantes de decisão da escola para que toda a gente possa interiorizar uma cultura de segurança que é aquilo que nós pretendemos. Esse é um dos grandes objectivos. O outro objectivo é minimizar todos os impactos negativos que possam afectar a escola em termos de segurança e PC... a nível da Direcção Regional, o trabalho que nós desenvolvemos é mais com professores, com os responsáveis pelas escolas. Desenvolvemos também outra actividade, sempre que possível, que é incentivar os agentes locais, sobretudo os serviços municipais de PC e as corporações de bombeiros locais para que eles próprios, quer as escolas poderem ter a iniciativa de os contactar, quer essas instituições também contactarem eles próprios as escolas.... Este ano apostámos bastante nos Clubes de PC, uma parceria entre o MAI e ME que visa exactamente dotar as escolas de instrumentos e que elas próprias produzam os seus instrumentos para as suas actividades de PC...”*

No discurso de Belmiro Nunes estão presentes todas as dimensões de análise que foram identificadas para esta subcategoria, desde a sensibilização aos responsáveis pelas escolas, ao apoio técnico, às acções de formação destinadas a alunos. Não está referido neste excerto o incentivo à implementação do Clube de PC, mas esta dimensão também se pode considerar presente pelo exemplo de iniciativa destacado na subcategoria anterior.

Belmiro Nunes: *“...fizemos de facto reuniões de sensibilização com os responsáveis, Conselhos Executivos, pelos vários delegados de segurança no sentido do que é necessário implementar, o que é necessário fazer, demos apoio técnico, fomos a muitas escolas fazer acções de sensibilização também a crianças, a jovens foi menos, precisamente privilegiámos aquela camada do 2.º ciclo, foi mais o 2.º ciclo e o 3.º. Com o secundário praticamente tivemos meia dúzia de acções. E então notou-se que no seguimento disso houve um conjunto de trabalhos que foram sendo desenvolvidos pelos agrupamentos, pelas escolas, pelos seus Conselhos Executivos que tem dado alguns frutos.”*

Para Casimiro Oliveira, a acção centra-se na implementação do Clube e, como já ficou referido na subcategoria anterior, começou por fazer a sua divulgação junto de todos os agrupamentos e, mesmo admitindo a determinado passo da entrevista que só há 3 ou 4 implementados no distrito, o seu discurso, marcadamente institucional é:

Casimiro Oliveira: *“A cultura de segurança nas escolas passa fundamentalmente pelo Clube de PC. No conhecimento que eu tenho da realidade do distrito -, e uma vez que foram contactadas todas as escolas, e sabem que isto é um projecto a desenvolver. Mesmo naquelas escolas que não têm Clube de PC, sempre que necessitam recorrem ao CDOS, ou a mim, porque sabem que está a ser feita alguma coisa nessa área....neste caso particular dos Clubes de PC fui eu que directamente estou a lidar com o projecto no relacionamento com as escolas. Mas sempre que seja necessário, tanto o comandante distrital, como o subcomandante distrital, como outros agentes de PC e também os comandantes dos corpos de bombeiros estão, sempre disponíveis para colaborar nas actividades que sejam solicitadas pelas escolas. Mais directamente sou eu, digamos sou eu que faço a gestão e que sou o interlocutor com as escolas mas depois, sempre que for necessário, há disponibilidade total por parte dos agentes de PC para colaborarem nessas actividade...”*

No que toca à dimensão Planeamento de Emergência, esta já ficou perfeitamente identificada como prioridade de acção dos dois primeiros entrevistados na subcategoria Política de actuação. Mas a este respeito importa aqui destacar os constrangimentos sentidos por Belmiro Nunes:

Belmiro Nunes: *“...os Planos de Emergência na altura e ao abrigo da Portaria 1444/2002, vinham para este serviço para serem aprovados. E então fizemos para além de todo o trabalho anterior de sensibilização, desde trabalho e de apoio técnico... a partir de 1 de Janeiro de 2009, foi publicado um novo regime jurídico de segurança contra incêndios, Decreto-Lei 220 e depois a Portaria 1532 que desestrutura um pouco...perdemos um pouco este controle, até porque houve outras exigências do serviço em que nós tivemos de apostar noutras áreas, precisamente para a*

implementação do regime, estamos a ser constantemente bombardeados, entre outras obviamente, com solicitações de informações... Mas o que acontece é que continua a haver necessidade de informarmos, há necessidade de nos deslocarmos a certos estabelecimentos para analisar. Bom, nesta sequência toda, perdeu-se um pouco este feedback de Dezembro até agora... o facto de ter havido esta alteração legislativa alterou-nos um pouco a dinâmica e portanto eu tinha expectativas para 2009, de desenvolver outro tipo de trabalhos que, entretanto, não consegui desenvolver. Agora, sei que as escolas estão a trabalhar...”

Para a segunda categoria definida, **Quadro Legal**, a distinção vai ser feita segundo as duas subcategorias, **Lei de Bases da Protecção Civil** e **Protecção Civil Municipal**.

Quando à Lei de Bases da Protecção Civil, especificamente o seu n.º 3 do artigo 7.º, quando questionados sobre a implementação nos diversos graus dos programas de ensino, na formação cívica, de matérias de PC, a opinião dos entrevistados é unânime na constatação de que ainda não está a ser operacionalizada. O primeiro refere que “esse despacho é o primeiro passo para isso” quando ficou patente no ponto 1.2.1 que, já na anterior LBPC de 1991, ou seja, quase há vinte anos, o mesmo era preconizado. De salientar ainda o que é realçado pelos dois primeiros entrevistados, a heterogeneidade que existe neste domínio, com escolas a fazer e bem e outras simplesmente a não fazer.

Alberto Moreira: *“Formalmente ainda não está a ser feito, aliás, esse despacho é o primeiro passo para isso. Há de facto países em que isso está devidamente institucionalizado. Eu acho que quanto mais cedo incutirmos na população medidas de auto-defesa e de auto-protecção, melhor são os resultados em caso de catástrofe. Nós não temos. Não temos por diversas vicissitudes, se calhar até por feitio, ainda não temos toda essa cultura. O próprio facto disso estar escrito desta forma na Lei de Bases, vai obrigando, se calhar, paulatinamente, os governantes a terem que olhar para isto. Só o facto de estar lá desde 2006 já é muito bom e também acredito que isto não se possa implementar de um momento para o outro, mas é importante criar, mesmo dentro de cada agrupamento de escolas, de cada comunidade educativa, mesmo até que seja a nível municipal, pessoas capazes de difundir estas matérias. É evidente que isto tem ficado um pouco, como disse anteriormente, tem estado um pouco ao critério e à capacidade, e à disponibilidade de cada comandante de corpo de bombeiros, de cada comandante do posto da GNR, de cada dirigente do serviço municipal de PC. E há uns que fazem muito bem, há outros que nem tanto, certamente porque não têm tanta apetência, não têm tanta disponibilidade, porque são pessoas que têm outras tarefas. E era importante que isto estivesse, de facto, formalizado no sentido de haver alguém, mesmo que fosse a nível municipal, com competência reconhecida para dar estas matérias, e que as escolas sentissem também que estava ali alguém com competência para poder administrar isto...”*

Belmiro Nunes: *“...pese embora exista essa prerrogativa da lei de bases, não está isto vertido, que de facto nos planos curriculares estas matérias sejam leccionadas. São muito leccionadas, divulgadas, implementadas em muitas escolas, mas não há uniformidade...”*

O terceiro entrevistado reconhece que desde 2007 é obrigatório dispensar-se um bloco de noventa minutos por semana para leccionar estas temáticas. No entanto, desconhece ou omite que o é apenas para o 5.º ano e apenas em 5 blocos lectivos por ano.

Casimiro Oliveira: *“...na LBPC, a actual e a anterior, de facto consta, e aquilo que eu constatei junto das escolas é que, embora esteja determinado em lei há muitos anos, isso parece que de facto não está implementado, se bem que tenha conhecimento que o ano passado saiu uma portaria em que é obrigatório um módulo de 90 minutos por semana, com 3 módulos e um deles é a segurança e precisamente a PC. Mas penso que, mesmo assim, isso não está implementado.”*

Sobre o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, concretamente na sua alínea e) do n.º 3 do artigo 10.º, abordaram-se os entrevistados no sentido de averiguar se estão a ser promovidas campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população, mais concretamente se estes serviços reconhecem o público escolar como alvo preferencial. Também sobre a efectuação deste normativo, fica bem patenteada a unanimidade dos juízos que os entrevistados dela fazem:

Alberto Moreira: *“Não, acho que não. Há muitos bons exemplos nesta matéria. Há municípios com serviços de PC municipal extremamente bem organizados e a apostar na prevenção... Mas a regra não é efectivamente esta. Ainda há municípios que não têm serviços de PC implementados apesar desta lei que veio definir um pouco, embora já existisse a obrigatoriedade disso. Agora, eu penso que de facto os próprios municípios estão cada vez mais a consciencializar-se dos problemas e dos perigos da sociedade moderna e a apostar paulatinamente na criação dos seus serviços... Estes podem dar de facto uma boa colaboração às escolas,... também na cultura geral, na cultura de PC e de segurança em particular, dos seus munícipes, nas crianças dos seus municípios. Agora, de facto ainda não é uma prática tão abrangente quanto seria de se desejar.”*

Belmiro Nunes: *“Não altera rigorosamente nada àquilo que era anteriormente. É assim, neste país não temos falta de legislação, aliás, somos dos países do mundo mais avançados, com mais e melhor legislação a todos os níveis. Portanto essa questão não se coloca. O problema não está na legislação, está de facto, e a pergunta tem a ver com isso, na implementação ... O que está aqui em causa é a assunção da responsabilidade, do que é a preponderância dos serviços municipais de PC no seio da sua comunidade. O que é que o município pode dar e se se pode responsabilizar pela sua população, pela sua autarquia... Estou é a constatar a realidade, que têm muita dificuldade porque não têm aquela estrutura criada que dê resposta a estas questões, que dê resposta directa, com conhecimentos, com técnicos para darem resposta às campanhas de sensibilização, aos trabalhos com as escolas, ao trabalho técnico de planeamento de emergência no seio dos municípios... Ou seja e resumindo, se a Câmara não assumir que tem de ter um serviço para essa função, com um grupo de trabalho para tal, existir lei ou não existir, era o mesmo problema em 1999/2000 até 2009, como vai ser daqui até 2015, é a mesma coisa.”*

Casimiro Oliveira: *“Ao nível do SMPC, a sensação que tenho é que está numa fase muito incipiente. Recorrem, sempre que há qualquer campanha de informação ou pretendem*

fazer, recorrem muito a nós e nós claro que colaboramos. O que noto, é que essa informação e sensibilização é bem feita ao nível do Gabinete Técnico Florestal, mas muito dirigida à questão dos incêndios florestais.”

Pelos testemunhos anteriores fica a contestação indelével da lenta consolidação do quadro legislativo nacional e, conseqüentemente, as imensas dificuldades na implementação de políticas e práticas.

Relativamente à terceira categoria, a **Concretização em meio escolar**, a análise das narrativas vai desdobrar-se pelas subcategorias, **Professores, Avaliação das práticas estabelecidas, Clube da PC e Estratégia ideal**.

Pretendendo saber a opinião dos entrevistados relativamente às habilitações dos professores para serem os agentes difusores destas temáticas nas escolas, constata-se que, para dois, os docentes não estão preparados e que deviam ter formação nesse sentido. Também transparece a ideia (2.º e 3.º entrevistados), que costuma haver nas escolas alguém que tem mais sensibilidade para tal, ou então, que, quando são “convocados” para esta missão, rapidamente se preparam.

Alberto Moreira: *“Alguns estarão, outros nem tanto. Na sua generalidade não estarão tão preparados, terão que ter alguma formação suplementar para abordar determinados temas com os alunos e também, lá está, para ter a credibilidade que a própria formação académica lhes confere. Se um professor, pode ser um grande professor de Francês, mas se for falar de PC, as pessoas dizem, mas o que é que ele sabe disto? Há coisas que são do senso comum, naturalmente. Mas é preciso também que o interlocutor reconheça capacidade em quem está a ministrar essas matérias. O interlocutor, não são apenas os alunos, também são os Encarregados de Educação, porque se os alunos vão para casa e disserem quem é que lhe esteve a ensinar isto, correm o risco do pai dizer, -Mas o que é que ele sabe disto.”*

Belmiro Nunes: *“... há professores que eventualmente nem nunca tiveram responsabilidades, nem nunca ouviram falar de situações de emergência. Ou ouvem porque dão nos telejornais e vão para uma escola e têm necessidade de exercer essas funções, por exemplo Delegado de segurança, ou por qualquer motivo são chamados a intervir numa circunstância de informar os alunos. Quando são chamados a intervir para informar os alunos, normalmente fazem-no de acordo com a sua área curricular de administração de conhecimentos. Normalmente os professores de Geografia abordam muito a questão dos riscos naturais, os professores de Biologia muito na área da saúde,... os professores pela sua competência própria, adquirida enfim, pela praxis da docência, quando não estão por dentro, informam-se e portanto aí não temos dificuldade. Quando não estão por dentro totalmente ou não estão para preocupar-se muito com aquilo... preferem que venha alguém de fora, e nós vamos lá dar apoio.”*

Casimiro Oliveira: *“Digamos que formação talvez não, agora o que eu constatei é que nas escolas, e ainda bem que assim é, há sempre alguém mais ou menos sensibilizado para estas temáticas e são eles que de facto agarram estes temas.”*

Do discurso do segundo entrevistado emerge uma cambiante nesta dimensão de análise que extravasa a carência de formação e que se prende com a falta de sensibilidade para a cultura de segurança:

Belmiro Nunes: *“... os professores ficam muito incomodados quando eventualmente o Delegado de segurança, perspectiva que no dia xy à hora z decide tocar a campanha porque vai fazer um exercício de evacuação, aqui d’el rei. É claro que isso funciona mal com alguns Delegados de segurança, mas para alguns que eu conheço, ... não se preocupam muito. -Meus amigos, é para cumprir e mais nada. E conheço alguns Delegados de segurança que, inclusivamente -Ai a professora está a dar teste e não sei quê! Vai lá dentro e obriga aquela gente toda a sair!.... E com os professores é um pouco isso, ficam muito incomodados quando há acções. Por exemplo, eu lembro-me de uma escola em que proporcionámos essa acção de formação, eu fui professor a professor que estava à volta -Não quer experimentar usar um extintor? Já alguma vez experimentou? -Ah não, não nunca experimentei! -Não quer ter a oportunidade de experimentar, temos aqui, use, experimente, faça, veja! -Ah não, não sei quê! E eu a agarrar, assim, a convidar. Mas não, para os auxiliares de acção educativa é fácilimo, basta o Presidente do Conselho Executivo, - Olhe, o senhor vai ter de fazer e faz, não é? Porque é uma das suas incumbências, mas o professor não. ... Mas são pequenas coisas e os professores, alguns deles, não estão muito para aí virados é, -Que seca, aqui no meio das aulas”*

Tendo sido reconhecida a falta de habilitações que os docentes denotam para serem incumbidos desta missão, questionam-se os entrevistados sobre as oportunidades de formação que lhes são disponibilizadas. Os dois primeiros referem que não existem, enquanto o terceiro retorque que a formação só não é dada porque as escolas não a solicitam.

Alberto Moreira: *“Ainda não há muita, não. Ainda não há muitas oportunidades de formação para os professores e também acho que os próprios centros de formação nunca se debruçaram muito sobre isto. temos aqui também um caminho a percorrer no sentido de os próprios centros de formação se capacitarem, provavelmente havia outras prioridades. Tem havido outras prioridades para os centros de formação, se calhar tão importantes como esta, mas estou convencido que também têm que começar a olhar mais para estes temas.”*

Belmiro Nunes: *“Não, não há. Não há oferta suficiente para a necessidade de procura... não há esse tipo de formação e tem sido um pouco esse trabalho que temos desenvolvido, e de auto-pesquisa que eles têm também desenvolvido. Portanto, não há esses cursos básicos, digamos assim, de segurança. Não, não há.”*

Casimiro Oliveira: *“Eu atrevia-me a dizer que essa formação nas escolas só não é feita porque a própria escola não solicita, porque sei que, tanto da nossa parte, pois uma das nossas actividades também é essa, e depois o serviço municipal de PC, o corpo de bombeiros, a GNR, tenho a certeza que estão sempre disponíveis para ir às escolas e poderem fazer formação para os professores.”*

No que concerne à subcategoria Práticas estabelecidas, pretende-se averiguar o modo como está a ser concretizada, na generalidade dos estabelecimentos de ensino da

sua área de influência, a implementação destas temáticas. As dimensões a analisar prendem-se com a iniciativa que as escolas demonstram em implementar uma estratégia própria de actuação ou se, pelo contrário, agem por reacção, quanto instadas a tal. Fica bem patente a grande heterogeneidade neste domínio, directamente relacionada com a sensibilidade que os responsáveis dos estabelecimentos de ensino possuem.

Alberto Moreira: *“Sim, a maior parte das escolas sim. (fica à espera de ser contactada) ...mas há escolas que vão solicitando. Há escolas que os seus Directores têm mais sensibilidade para estas questões do que para outras, naturalmente. há escolas mais sensibilizadas do que outras e depende também de um trabalho nosso, com certeza, de, na medida das possibilidades, ir implementando e incentivando... Umas mais à frente que outras. Também foi institucionalizado, se calhar com mais cuidado, já não é novo, a questão do Delegado de segurança. Foi instituído que o responsável pela segurança fosse um elemento do Concelho Executivo. Isto também dá outro tipo de responsabilidade à escola. É obrigatório que um dos elementos do Conselho Executivo seja ele próprio o responsável pela segurança. A escola foi obrigada a informar quem era o elemento que era o Delegado de segurança para ser interlocutor de diversas entidades para esta área. Isso obriga também às pessoas terem outra percepção daquilo que pode acontecer. Foi outro passo mais à frente relativamente a esta matéria. ...eu penso que há muito poucas escolas que não façam simulacros, que não façam palestras, que não façam acções de sensibilização para os alunos. Hoje já há muito poucas escolas que não façam isso em colaboração com, sobretudo, com as suas corporações de bombeiros. Algumas mais dinâmicas do que outras, como em tudo na vida, mas faz-se já muito em termos de prevenção de incêndios florestais, de acidentes rodoviários, da cultura de segurança rodoviária, enfim depende muito das zonas onde estão inseridas.”*

Belmiro Nunes: *“Se eu tivesse de escalar isso numa escala de 1 a 10, eu escalava que estaria no 5. E havendo extremos, 1 não, nada, nada implementado, 10 totalmente implementado e em velocidade cruzado. Eu diria que estaria no 5. No 5 porquê? Porque nas escolas nota-se e evidencia-se a necessidade que tem a globalidade, a necessidade que têm de interiorizar estes conhecimentos, independentemente da formalidade legal enfim, independentemente disso, mas daquela necessidade que eles têm, e da necessidade que os miúdos têm também de aprender estas matérias. Mas era necessário outro tipo de reforços, percebe? Ou seja, até atingirmos o 10, até atingirmos aquela situação em que a escola é praticamente autónoma, desenvolve as suas actividades todos os anos, por exemplo, desenvolve a semana da segurança, temos escolas a fazer aqui as semanas da segurança. Semanas da segurança, estamos a falar de semanas, eventualmente 4 dias, não serão os 5, mas a fazer as semanas da segurança, com actividades programadas, de manhã e à tarde, é verdade. Assentes em que figura? Na figura do Delegado, que por acaso tem interesse, e desenvolve, e leva aquilo a sério. Quando aquele delegado sair, provavelmente vai-se perder.”*

Casimiro Oliveira: *“Inicialmente, quando o projecto se tentou implementar fiz 2 ou 3 visitas a cada uma das escolas, foi digamos, aquela parte mais morosa e que deu algum trabalho. A partir daí foi estabelecido um bom relacionamento comigo e com base na experiência adquirida no ano anterior e que, digamos, foi um pouco mais moroso, e que custou um pouco a estabelecer a articulação com as escolas. A partir deste ano lectivo, toda a gente já sabe que o interlocutor no CDOS sou eu, e são os próprios professores*

que me contactam directamente, aliás, eu tenho o telefone deles e eles têm o meu telefone e sempre que é necessário estabelecemos contacto... mas penso que já teve melhores dias, mas tencionamos no próximo ano lectivo dar um novo impulso, porque penso que é fácil.”

Na subcategoria Clube de Protecção Civil pretende-se recolher das narrativas a opinião que cada entrevistado tem desta iniciativa, as potencialidades que lhe reconhece e as limitações na sua implementação. São identificados aspectos positivos nesta estratégia, sendo mesmo feita alusão àquele que é dado como exemplo do maior Clube em meio escolar, o Clube da Floresta. Alberto Moreira refere como limitações os factos de não ser obrigatório, logo não abranger todos os alunos e a sua dinamização derivar da dinâmica de cada escola. Para Belmiro Nunes, os constrangimentos prendem-se com a falta de apoio financeiro na sua implementação e o facto de a sua dinamização estar directamente relacionada com a existência em cada escola de um docente que tenha afinidade/relação com esta temática. O terceiro entrevistado, como já ficou referido atrás, apenas reconhece potencialidades nesta metodologia.

Alberto Moreira: *“... há muitos clubes nas escolas que deram muito bons resultados, programas engraçados, mesmo no passado. O PROSEP, por exemplo, ainda hoje existe em muitas escolas. Foi um programa com muita qualidade, acho que está agora a dar frutos, por exemplo, a nível da protecção da floresta, quer dizer, a percepção de muitos jovens hoje, que passaram pelo PROSEP enquanto crianças, têm hoje da floresta. Estes Clubes de PC estão, digamos assim, oficializados pela primeira vez. E esta questão é muito importante, de estar oficializado, ter diversos interlocutores com responsabilidades, a escola, os municípios, a ANPC. Um conjunto de entidades que pode dinamizar a escola nesta matéria. É a melhor forma? Não sei se é a melhor forma, se calhar a melhor forma era haver de facto uma disciplina, ou estar integrado numa disciplina ou programa como outra disciplina qualquer e haver um programa... O clube tem essa particularidade. Não é obrigatório, não abrange os alunos todos. Mas há escolas onde praticamente, por exemplo, a escola -, no ano passado, o seu Clube de PC era uma coisa extraordinária, extraordinária, a envolvência dos alunos, dinamizado pelos próprios alunos, uma coisa muito bonita. Depende um pouco da dinâmica de cada escola.”*

Belmiro Nunes: *“Como ideia não há nada de original, porque clubes existem nas escolas há muitos anos. Aquele que maior ênfase teve e tem ainda, embora muito menos, é de facto o Clube da Floresta no âmbito do PROSEP. E tem por várias razões. Porque neste país como noutro qualquer, se não houver apoios, particularmente apoios financeiros, por muito bons projectos, ideias, com excelentes coordenadores, qualquer projecto, neste caso de Clube, está votado de certa forma ao fracasso, ou pelo menos, é digamos, incentivado em pequenas franjas, não tem uma abrangência e dificilmente este Clube, eu gostava que assim não fosse, mas dificilmente este clube terá a abrangência que por exemplo o PROSEP teve, e agora não tem, porque também não tem financiamento. O projecto é muito giro, é muito interessante, está a ser implementado em muitas escolas, mas falta mais qualquer coisa. Acima de tudo o que é que falta? Seja para este Clube, seja para outro qualquer. Qualquer Clube numa escola, funciona se eventualmente tiver um professor, tal como por exemplo funcionam os Clubes de informática, os Clubes de*

teatro, os Clubes da matemática. Os Clubes funcionam quando têm o pivô, quando têm aquele carola que adora aquela matéria e como adora aquela matéria, desenvolve-a...”

Casimiro Oliveira: *“...penso que é uma forma de introduzir esse tema nas escolas, porque se não for desta forma, com o apoio da ANPC, Governo Civil e também das Câmaras Municipais, penso que se não fosse assim, penso que essa temática era trabalhada isoladamente, porque como sabe porque trabalha numa escola, eu sei que é feito muito trabalho nesta área, mas daquela forma sistematizada como importa, não. E através do Clube de PC é a forma de sistematizar estas aprendizagens na escola.”*

Inquiridos sobre a estratégia ideal para o desenvolvimento da cultura de segurança nas escolas, apura-se uma convergência em torno da inserção destas temáticas nos currículos disciplinares, de modo a ficar assegurada a uniformidade na abordagem. No entanto, embora não tão unanimemente, é defendido que esta estratégia deve ser complementada com a valorização do papel do Delegado de segurança e com o insubstituível apoio de outras instituições.

Alberto Moreira: *“Se fosse uma disciplina que abrangesse todos estes temas da área de protecção e do socorro, da prevenção, protecção e socorro, porque é importante também algumas noções básicas da prestação de socorro das mais diversas áreas. Não vale a pena nós termos um extintor pendurado na parede se ninguém lhe sabe mexer. Para isso, mais vale ter um jarro de flores porque até é mais interessante, como não vale a pena ter a caixa de primeiros socorros se ninguém sabe o que é aquilo. Isto é a nível das escolas como é a nível de qualquer outra instituição. Porque isto não se aprendeu de pequenino, mesmo os próprios alunos, olham para o extintor, é para apagar fogo, mas depois se houver um fogo, ninguém lhe pega porque ninguém sabe utilizar aquilo. Portanto, se isto fosse obrigatório, se fosse uma disciplina onde estas coisas se dissessem, onde se mostrasse o extintor, onde se dissesse para que era, onde se mostrasse a caixa de primeiros socorros, se dissesse quando um colega cai para o lado o que é que se tem de fazer, então, esta disciplina obrigatória como outra qualquer, se calhar é tão importante como saber falar inglês ou é tão importante como ter aula de educação física. Eu acho que devia haver a tal disciplina ou uma articulação interdisciplinar, como se queira, mas tem que ser uma formação mais coerente. ...a escola tem sempre a ganhar se orientar a sua acção para envolver a comunidade, tem sempre a ganhar por diversos motivos, pelo conhecimento que as entidades têm, pela envolvência dessas actividades na escola é sempre positivo, e isso tem de passar por aí. Há equipamentos que as escolas não precisam de comprar mesmo havendo uma disciplina destas áreas, há coisas que as escolas não precisam de ser elas próprias a fazer, socorrem-se daquilo que têm na sua comunidade. Nós não somos um país assim tão rico. É preciso um extintor para a escola só para fazer isto, só para fazer experiências, e aproveitar o conhecimento que as instituições têm nesta área, portanto, isto passa sempre por parcerias. Até porque a nível da PC ainda há aspectos positivos naquilo que é o voluntariado local.”*

Belmiro Nunes: *“...só vai chegar (a todos os alunos), quando houver inclusão em matéria curricular... Havia uniformidade. Havia dentro da própria escola, como haveria quase aquele cumprimento de objectivos, teriam metas, digamos, a atingir. Naqueles casos que já estão a trabalhar, aquilo era trivial, já estão a trabalhar naquilo, nós não nos aquece nem arrefece porque nós já estamos a trabalhar nisto há muito tempo, isto*

para nós já não é novo. Mas é novo para aqueles que nunca o fizeram, ou que fizeram de uma forma incipiente. Mas isso também só funcionaria, porque é assim, na sua escola vai ministrar Matemática, mas só ministra Matemática se tiver professores de Matemática, ou seja, eu posso ter um plano curricular de Matemática, mas eu só o desenvolvo se eventualmente tiver docentes para tal. E na questão da segurança põe-se ao mesmo nível. Então, mas há especialistas na matéria? Há professores? Prende-se com aquela questão, se há formação ou não para os professores para este efeito. Estamos a falar de matérias que não são matérias que estão em sede ou, digamos, da formação ou da docência. Estamos a falar eventualmente de sinergias que são estabelecidas entre a autarquia e as escolas, com especialistas de parte a parte, com corpos de bombeiros, com delegados de saúde, com o comandante da GNR, que ajudam nessa matéria. Porque o problema que está aqui é, pelo menos isso vai ser desenvolvido, não é obrigatório que tenha de ser pelo professor de Matemática. Se ele tiver interesse em desenvolver algo matemático nesta área, porque não? Agora, não vamos exigir que o professor de Matemática, que se calhar nunca teve formação em sismologia, que vá abordar a questão dos sismos, não é? ...e quando houver apoios de outros níveis que de certa forma motivem e suscitem a criação do tal, por exemplo, o Delegado de segurança, na minha perspectiva embora esteja na lei, mas não é assim praticado, só devia fazer segurança, só deveria fazer segurança, até podia não ser um docente, está a ver a questão, mas isto prende-se com questões que têm a ver com quê? Com dinheiros, percebe?”

Casimiro Oliveira: *“Eu não conheço muito bem o funcionamento da Escola e como é que estes temas podem ser administrados. Sei que desta forma o Clube de PC parece-me uma forma de funcionar, mas como lhe digo, não tenho conhecimento como é que pode ser feito de outra forma. Claro que se for possível introduzir numa outra disciplina este tema obrigatório, claro que isso seria o ideal não posso dizer o contrário, não é?”*

Com o intuito de conhecer a opinião que os entrevistados têm sobre o grau de preparação da população em geral, surge a categoria **Cultura de prevenção em Portugal**. Para além da sua perspectiva no que toca à **Avaliação global** da relevância que é dada a estas temáticas pela sociedade em que se inserem, foram ainda confrontados com o valor de 21% de alunos que tinham **Ponto de encontro** definido em casa. Este valor, como já ficou explanado no ponto 3.1.3, resultou do apuramento dos inquéritos aplicados aos alunos e, já depois da realização das entrevistas, se veio a concluir não corresponder à realidade, sendo sim, muito inferior. A este respeito, Alberto Moreira manifesta a sua surpresa por não esperar um valor tão elevado. Mas, mais inusitada se afigura a resposta dos outros dois entrevistados, desvalorizando esta medida de precaução. Belmiro Nunes enuncia uma série de outras atitudes pró-activas, a valorizar no meio familiar, a que atribui maior relevância.

Alberto Moreira: *“Acho que já não é mau. Tendo em conta aquilo que nós todos falamos em casa e conhecendo a realidade das nossas famílias. Quem é que discute isto em casa? Se é 20%, já é quase um quarto da população, já não é mau, numa altura destas do campeonato. Se verificarmos em termos daquilo que seria o desejável, claro*

que é mau, mas eu nem iria para esses números. Fala-se muito pouco em casa destas coisas.”

Belmiro Nunes: *“É relativo. Os números valem o que valem. Se calhar estão definidos já previamente pontos de encontro que não são assumidos como tal. Isto é a mesma coisa que nós dizemos, se calhar no meio urbano hoje não acontece tanto isto, porque não temos a proximidade entre as crianças e os avós. ... Meio rural é um bocadinho diferente do meio urbano. Eu aí acho que no meio rural esses 21% se calhar seriam só 2 ou 3%, acredito, aí é capaz de ser mais difícil, porque aí de certeza que não definiam ponto de encontro ...mas também, é assim, também às vezes somos mais papistas do que o Papa. A história do plano de emergência familiar tem um pouco a ver que, se não temos nada, pelo menos temos de, às vezes, avançar com ideias um bocadinho mais de choque e eventualmente dizer que temos de ter aqui um plano de emergência em casa. Que é isso de um plano de emergência em casa?... Claro que em casa, haver um ponto de encontro ou não, o risco não é não existir um ponto de encontro. O risco é os riscos que nós temos em casa. É o não assumirmos que não temos armazenamento adequado dos nossos produtos de higiene e limpeza, o não assumirmos que temos medicamentos acessíveis às crianças, o não assumirmos que eventualmente temos gás em casa e temos fogões em que os miúdos se podem queimar a utilizar. Ou, por outro lado, assumirmos a educação, e os miúdos começarem a aprender, aquele produto tem aquela característica, não pode, não mexe. E é este tipo de educação que se calhar nós temos que implementar nos nossos filhos e em que a escola tem essa importância...”*

Casimiro Oliveira: *“Talvez porque não têm interiorizado a cultura de segurança ainda. Fundamentalmente porque não têm interiorizado a cultura de segurança. Uma vez que também não vejo sinceramente que seja obrigatório haver um ponto de reunião na casa, conhecendo o percurso de evacuação, parece-me que o lugar de reunião será na rua.”*

Quanto ao juízo de valor que fazem da avaliação global do nível de preparação da população residente na sua área de actuação, a falta de preparação e a ausência de incorporação de cultura de segurança são recorrentes nos discursos. A excepção vai para a problemática dos incêndios florestais, sendo referido que a população rural já está mais sensível e desperta, nem que isso tenha sido conseguido à custa das políticas repressivas, como refere Casimiro Oliveira.

Alberto Moreira: *“Apesar do esforço que se faz, que se tem feito nessa matéria, penso que ainda é muito deficiente. As pessoas não estão sensibilizadas ainda para estas questões, para aquilo que pode ser a sua cultura de segurança, que lhe pode valer a vida num momento crítico. As pessoas ainda hoje estão mais sensibilizadas para entrar em pânico, para gritar,... Não temos capacidade de reacção porque não temos conhecimento, a nossa capacidade de reacção depende daquilo que nós sabemos fazer. Eu se não sei fazer nada grito, é a coisa que eu sei fazer é gritar e chamar alguém, portanto, como eu não sei fazer nada, é isso que faço.”*

Belmiro Nunes: *“Não. Nunca estamos preparados para tudo, mas acho que o grande problema não é tanto a população em si, mas são os responsáveis, porque, se eventualmente não houver medidas a adoptar que comecem de topo, a população é um pouco, só se lembra de Santa Bárbara quando troveja e depois é assim, isto sou eu a dizer, estou a tender à generalização, e quando se tende à generalização muita informação se perde. O que eu quero dizer é que, imaginemos um risco e uma*

ocorrência perigosa e mediaticamente badalada, incêndios florestais. Alguém tem dúvida que as populações serranas estão muito mais sensíveis à problemática dos incêndios florestais? A população urbana está sensibilizada para os incêndios florestais? Digo-lhe de caras que não. E mais, acha espectacular! Reporto-me aos incêndios de 2005 por exemplo, o espectáculo, o espectáculo dantesco, as excursões de viaturas às 10, a partir das 10 da noite que se faziam em determinados locais estratégicos para fazer fotografia, para empecilhar o que era estradas de acessibilidade à serra para os meios de socorro, para tirarem fotografias, para ver. Como, tal e qual hoje, quando há nevões na Serra da Estrela, é quando vai toda gente para a neve, porque é neve, está a ver a ideia? Nem que seja perigoso e que se diga que é perigoso e que está a estrada cortada, mas vamos na mesma. Vamos esperar, eventualmente 2 ou 3 dias que entretanto acalme, porque a neve mantém-se e eles vão continuar a poder brincar à neve. Não, mas vamos.”

Casimiro Oliveira: *“Estamos a falar dos incêndios florestais principalmente, e eu vou acrescentar aqui também aquele risco tão recorrente na Serra da Estrela no Inverno, a neve. Eu digo-lhe que não, porque é inadmissível, por exemplo, previsão de neve para a Serra da Estrela e aquilo é um local problemático e as pessoas não hesitam, e não respeitam, e tentam sempre. Na questão dos incêndios florestais, penso que há uma maior sensibilização, não sei se por consciencialização dos próprios cidadãos, se também pela chegada do dispositivo da GNR, PJ como forma repressiva. Não sei bem, mas penso que haverá uma maior consciencialização por parte dos cidadãos na questão dos incêndios florestais, nomeadamente no uso do fogo, até porque também é proibido por lei.”*

4.2 - Âmbito local

Para esta escala de análise foram seleccionados quatro entrevistados que de alguma forma assumem responsabilidades no desenvolvimento da cultura de segurança no seu nível mais elementar, os municípios. Dos seus discursos vão ressaltar indícios de realidades diversas, directamente influenciadas pelas diferentes sensibilidades que esta vertente assume nas suas prioridades de acção.

A política de actuação destas 4 instituições encaixa perfeitamente nas duas dimensões definidas. Enquanto Duarte Pereira e Firmino Ramos colaboram no que lhes for pedido, se for pedido, Edgar Quaresma e Gonçalo Santos demonstram nos seus discursos uma atitude de iniciativa. Edgar Quaresma aborda directamente as escolas segundo a sua matriz estratégica e na abordagem aos alunos, recorre até a artigos de merchandising (foto 1 do anexo 6). Gonçalo Santos é o responsável pela secção de PC de uma Associação de defesa do ambiente que desenvolveu actividades em estabelecimentos de ensino de dois concelhos. Numa inovadora parceria, a Associação dirigiu-se ao respectivo CDOS para apresentar uma proposta de plano de actuação. Destaca-se o que foi referido por este último entrevistado, mesmo havendo o aval do CDOS para com esta iniciativa, um dos municípios rejeitou a intervenção.

Duarte Pereira: *“Nós não temos neste momento ninguém para trabalhar exclusivamente nessa área. Tenho apenas um engenheiro, um engenheiro que é o técnico florestal e que mais ou menos está ligado à PC, em quem tenho delegado muito nessa matéria e é ele que pode dar, neste momento, esse tipo de colaboração... Portanto temos apenas esse engenheiro que pode colaborar e que estará disponível para dar esse tipo de colaboração às escolas.”*

Edgar Quaresma: *“Esta instituição tem como função, como missão o desenvolvimento da política municipal no âmbito da PC. Já está definida na legislação mas digamos que há 4 grandes componentes e nessa componente da prevenção onde eu insiro esta área da sensibilização há de facto um trabalho de fundo que para mim representa uma matriz estratégica fundamental de articulação e de desenvolvimento de acções junto dos estabelecimentos de ensino. Quer sejam aqueles que estão directamente ligados à autarquia com, enfim, especial predominância os níveis de ensino mais básicos na prática, mas também pelos outros sectores, o secundário...vou pedir aqui que me arranjem um exemplar disso, para depois lhe dar, de algum merchandising que nós damos às crianças. Dávamos inicialmente, antes de eu cá chegar, e bem, uma t-shirt para os miúdos, que diz Protecção Civil e um boné. Neste momento, já mandámos fazer mais umas canetas, mandámos fazer mais uns porta-chaves, mandámos fazer mais umas mochilas, enfim, mais coisas que são sempre aliciantes nestas idades e eles ficam com uma marca também”*

Firmino Ramos: *“Nas escolas temos sempre o que é pedido e colaboramos sempre nas acções que nos são pedidas e temos sempre a preocupação de estarmos atentos à PC nas escolas.”*

Gonçalo Santos: *“...a Associação percebeu que havia uma lacuna a nível regional nessa área da sensibilização e da actuação, como actuar quando o risco se manifesta. Nesse sentido, a Associação vendo essa lacuna, dirigiu-se ao CDOS --, com o intuito de fazer chegar a vontade da Associação partir para o terreno e fazer acções de sensibilização, dinamizar projectos e dar apoio aos Clubes de PC a nível distrital. O que acontece é que quando fomos abordar o CDOS, eles já tinham um programa preparado para ser implementado, só faltava um parceiro, alguma instituição que o materializasse. Então foi “ouro sobre azul” porque eles receberam-nos de braços abertos e nós tivemos oportunidade de começar logo a trabalhar. Só que os meios humanos, os recursos humanos da Associação são escassos, temos que jogar com a disponibilidade porque todas as pessoas que estão envolvidas são voluntárias e neste momento partiu-se para a dinamização dessa área em 3 concelhos. -- mostrou-se receptivo e -- também, -- recusou a ajuda. A PC municipal não teve vontade em que a Associação estivesse a dar apoio na área da PC.”*

Quanto à tipologia de acção, para Duarte Pereira a intervenção da Câmara Municipal restringe-se ao planeamento de emergência, apesar de, no seu entender, o tal Plano se existir, é só no papel!! Até parece que não é o responsável máximo da PC municipal que está a falar. Para Edgar Quaresma, são as acções de sensibilização (alunos, professores e funcionários), o planeamento de emergência, depreende-se o apoio técnico nas vistorias que são referidas. Firmino Ramos refere que já foram feitas acções de formação sobre várias temáticas, destacando-se o planeamento de

emergência. Não se apresenta excerto do Gonçalo Santos, uma vez que as dimensões constam no anterior: acções de formação e apoio aos Clubes da PC.

Duarte Pereira: *“O papel que o município pode ter na questão da segurança nas escolas digamos que é um papel de colaboração com os responsáveis das escolas no sentido de se criar, um Plano de Segurança individual para essas mesmas escolas. Até hoje, até hoje não tem, penso que não existe, de facto, esse Plano de Segurança. O mais que pode existir é, digamos, no papel, mas depois na prática pouco se tem feito, pouco ou nada se tem feito em relação a questões de segurança. No entanto, entendo que essa situação deve ser alterada e deve, tanto quanto possível em articulação, o município com a escola -- procurar, criar-se um Plano de Segurança no papel mas que depois tenha prática no terreno, que se leve também e que se tenha em atenção também que nas escolas deve haver uma cultura a nível desta matéria, a nível da segurança porque penso que é nas escolas que os nossos jovens devem começar a ter a noção do que é a segurança, dentro da escola e fora da escola.”*

Edgar Quaresma: *“Tem havido contacto directo, efectivamente, com as escolas do ensino básico. Como sabe, estão organizadas em agrupamentos e nós temos realmente uma política em que faz parte da nossa acção definir um calendário, um programa anual, onde fazemos intervenções de sensibilização, quer junto dos funcionários, quer junto dos professores, quer junto dos alunos, no sentido da sensibilização para as questões da PC e simultaneamente no apoio que fazemos também para a elaboração dos Planos de Emergência dos próprios estabelecimentos, nalguns casos com a nossa intervenção muito directa em termos de protagonismo que depois vem a culminar sempre também em exercícios de verificação do estado em que esses Planos se encontram... nós vamos seguindo em termos de verificação os Planos de Emergência, até para depois fazer relatórios circunstanciados para o Departamento de Educação da Câmara, para algumas alterações que deverão ser feitas em termos daquilo que foi detectado nessa vistoria, o portão que abre ao contrário, o portão que não tem largura suficiente para entrar um carro de bombeiros, a falta de um extintor, uma parede que devia estar ao contrário, enfim, coisas desse género. O impacto disto, eu não me recordo, mas nós temos seguramente 3000-4000 crianças sempre envolvidas dentro deste domínio, com os professores respectivos e fazemos isto sempre por ano lectivo.”*

Firmino Ramos: *“...já houve (acções) principalmente sobre os Planos de Emergência, as actuações na escola quando há problemas, o saber estar, saber cumprir o Plano, sabê-lo pôr em prática mesmo a brincar. Tudo isso foi frisado, sobre os acidentes, sobre uma vasta gama, uma vasta matéria, também primeiros socorros, houve de tudo.”*

Relativamente à implementação da LBPC, sobre a inclusão destas temáticas na formação cívica, a opinião é unânime, com os 4 entrevistados a mencionarem que está longe de se passar da lei à concretização. Gonçalo Santos introduz uma nova matiz nesta questão ao referir que o ensino privado está mais desperto e solicita apoio para esta abordagem.

Duarte Pereira: *“Não, penso que não, tanto quanto sei, penso que não, que, aliás a LBPC tem muita coisa que não está a ser implementada. Essa é uma delas, ...agora eu acho que era importante, isto é como tudo, isto é, as leis saem, é para se cumprir, simplesmente, muitas vezes somos confrontados, na teoria está tudo muito certo, aquilo que consta na lei é o correcto, mas depois é preciso outras condições, para se poder*

implementar essa lei. Agora, que isso seria correcto, não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, aliás já disse e mantenho, acho que é na escola que devem ser dadas as primeiras noções em matéria de segurança, e por isso, fazia todo o sentido que esteja na lei, mas depois é preciso passar também para os currículos, e não sei se, eu acho que até hoje, tanto quanto conheço, acho que não existe.”

Edgar Quaresma: *“Não, eu acho que não está a ser feito, e devia ...com os projectos do Tinoni, estou-me a reportar a 1998 talvez 99, já tínhamos construído nessa altura uns cadernos pedagógicos para serem incorporados nessa educação cívica e na área de projecto, sei que depois houve algumas negociações com o ME, mas que não foi atendido, que não era, não podia ser, que já havia outras matérias, que aquela não era tão importante, e portanto isso nunca foi consagrado. É curiosamente uma das áreas que eu acho que é fundamental, é a base, é basilar, inserir isso nos currículos das crianças.”*

Firmino Ramos: *“Ah não, nas escolas fez-se há 2 anos umas sessões de esclarecimento sobre os procedimentos, mas acho que está muito parado. A lei se calhar também não os obriga, não sei.”*

Gonçalo Santos: *“Neste momento está na estaca zero. Aquilo que acontece apenas e infelizmente ou felizmente, é felizmente porque já há algumas escolas que o fazem, infelizmente porque é uma minoria e essa minoria geralmente são as escolas particulares e os colégios. E esses colégios, essas escolas particulares já são elas que por vezes tomam a iniciativa e que vêm ter com a Associação e dizem, nós queremos esta formação, nós estamos disponíveis para, enquanto na escola pública temos de ser nós a abordar porque senão ela não acontece. Portanto, nós sentimos essa falha, este ano nem sequer estava em nenhuma das escolas, excepto no privado, em nenhuma escola estava previsto no Plano Anual de Actividades estas actividades. Prevendo essa situação já estamos a trabalhar para que neste ano lectivo agora 2009/2010, já faça constar essas actividades, para que a PC surja ao longo de todo o ano, num projecto mais alargado...”*

No que toca ao enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, quando questionados sobre a promoção de campanhas de informação sobre medidas preventivas, Edgar Quaresma e Gonçalo Santos referem inequivocamente que tal não é a regra. Edgar Quaresma menciona algumas das excepções tidas como boas práticas e Gonçalo Santos aponta a falta de recursos e a própria falta de sensibilidade que ainda denotam alguns serviços municipais. Mais curiosos são os discursos de Duarte Pereira e Firmino Ramos. Para o primeiro destes, distribuir uns panfletos sobre os incêndios florestais “já é alguma coisa”. Firmino Ramos aguarda pelas “regras” do ME para poder entrar nas escolas, numa atitude que mais parece um “jogo do empurra”.

Duarte Pereira: *“Não, é assim, de facto que alguma coisa, alguma coisa nessa área tem sido feita, nós temos tido a preocupação, por exemplo, no aspecto dos incêndios, de nestas alturas do ano distribuir alguns panfletos pelas populações, pelas escolas, no sentido de ir sensibilizando, as várias camadas da população, para a preservação da nossa floresta e para as vantagens que isso pode trazer...Nessa área alguma coisa se*

tem feito, principalmente a este nível da protecção da floresta, temos procurado sensibilizar, todos os anos o vimos fazendo, criar alguns panfletos e distribuí-los...”

Edgar Quaresma: *“É fraco, é um défice muito grande. É uma aposta aqui nesta instituição e noutras também, recordo-me que Mafra, recordo-me que Lisboa, recordo-me que Setúbal, recordo-me que Almada, recordo-me de outros concelhos que efectivamente têm uma aposta muito importante nisto. Não estamos no grau zero, simplesmente não é ainda a matriz que eu gostaria, por diversas razões. Razões, enfim, um pouco endógenas ou internas aos próprios municípios que ainda desvalorizam um pouco a importância dos serviços municipais e da sua própria acção e razões que se prendem também com os mecanismos da Autoridade mais central, que também desvaloriza o papel dos serviços municipais.”*

Firmino Ramos: *“A implementação desta lei tem pouco tempo, isto depois não é imediato, não tem um efeito a zero horas. Isso, já foram feitas muitas reuniões com a comissão municipal de PC, já foi elaborado um Plano, temos já um Plano de Emergência, ... Para o público escolar estamos sempre à espera que as pessoas do ME peçam e façam as regras, façam regulamentos para saber especificar o que é que querem que a gente diga, o que é que querem que a gente faça. Nós não podemos ir a um sítio que é do ME implementar qualquer coisa que seja, temos de estar à espera que eles nos dêem o programa.”*

Gonçalo Santos: *“Os serviços municipais de PC são realidades muito distintas e aquilo que eu já me apercebi, por um lado por ser bombeiro, por outro lado por estar envolvido na Associação como elemento de sensibilização, o que acontece é que numa realidade como o distrito --, não podemos comparar -- com -- e entre estes dois também não os podemos comparar com, por exemplo -- ou --, porque no mesmo distrito há realidades de litoral e realidades de interior e o que acontece é que há serviços municipais de PC que já têm uma dinâmica e já entraram numa rotina e que têm elementos capazes e que facilmente desenvolvem esses projectos. Depois há a realidade do interior como -- em que aquilo que acontece é que são serviços com falta de elementos, falta de recursos humanos e depois o elemento de sensibilização é o parente pobre do serviço e ainda acontece que, quase por imposição do CDOS, e vai acontecendo porque eles têm que reportar relatórios do que fizeram em termos de sensibilização. Claro que a sensibilização não pode passar apenas por um simulacro de fuga de gás numa escola e depois esquecer. Porque o que acontece para os alunos, a ideia que fica de um simulacro é uma palhaçada, é uma brincadeira em que vamos brincar ao faz de conta, não temos aulas o que é bom e acaba por aí. No ano seguinte já esqueceram quais eram os procedimentos, porque aquilo que está a acontecer é que os alunos não estão a ser educados, não estão a ser formados, é apenas para preencher um relatório do serviço municipal de PC. Faz-se o simulacro, mas isso é mais para ser fotografado e para ser identificado pelos SMPC desse evento e não para real conhecimento e dar aptidão aos alunos... Mas as coisas vão mudando e os SMPC percebem essa sua fragilidade e tentam melhorar cada vez mais esses procedimentos.”*

Questionados sobre o grau de preparação dos docentes para abordarem estas temáticas, a opinião é consensual no sentido de que as habilitações são poucas ou nenhuma, referindo mesmo Gonçalo Santos que, por vezes, nas formações que fez para

os alunos, os professores que os acompanhavam demonstravam ainda menos conhecimentos que os discentes.

Duarte Pereira: *“De uma maneira geral, acho que não estão. decide-se que deve ser ministrada, não há currículos para tal e os professores, também, quem são os professores que vão dar? São todos? São professores especiais, formados nessas áreas para poderem depois também. Primeiro há que formar esses professores, e depois então sair a lei para que se desse cumprimento a isso...”*

Edgar Quaresma: *“Varia muito. Se nós quisermos ser exigentes a um nível, ou um grau, em termos de enfim, alguma capacidade intrínseca relativamente às questões aplicadas à PC, posso dizer que naquilo que conheço não estão. Agora, facilmente eles têm capacidade de apreender e é aí que as PC municipais podem ter um papel, é o caso de fazer uma acção de formação de formadores junto das escolas para poder habilitar os professores a dar este tipo de matérias.”*

Firmino Ramos: *“Também não devem estar habilitados os professores. Não há professores específicos para essa área, eu acho que eles não acumulam essa função e nem têm formação para a fazer, penso eu.... Para os alunos terem essa formação, primeiro tinham que a começar a dar aos professores. E os professores deviam ter formação desde o início, quando se estão a formar em professores, deviam ter uma cadeira ou um espaço, aonde aprendessem alguma coisa sobre isto. Os miúdos não podem estar formados nesse campo se os professores não estiverem. Agora, os professores, aquilo que sabem é aquilo que leram e que ouviram em reuniões.”*

Gonçalo Santos: *“De uma maneira geral são muito próximas do zero, pela inexistência, ou é um professor que tem algum familiar que está envolvido na PC, ou como bombeiro, ou qualquer outra ligação, ou então não tem qualquer conhecimento, é um cidadão que não tem qualquer formação, não tem nenhuma informação. Há uma lacuna, no dia em que fazemos a apresentação na escola, os alunos estão a assistir, os professores estão a assistir, mas os professores, por vezes, são aqueles que menos informação têm, porque, pela primeira vez estavam a ouvir algo do género.... Claro que o ideal era nós conseguirmos fazer acções de sensibilização para os professores, para que eles não fiquem surpreendidos com aquilo que estamos a apresentar, porque aquilo era direccionado para os alunos mas, o que acontece, é que os professores também estão a receber essa informação, alguns pela primeira vez.”*

Sobre o conhecimento que têm relativamente a oportunidades de formação para professores, 3 entrevistados mencionam que as mesmas não existem. Firmino Ramos tem uma opinião diferente, refere que há palestras para o público em geral, e caso os professores tivessem interesse, poderiam frequentá-las. Duas das instituições, aqui representadas por Edgar Quaresma e Gonçalo Santos, as mais expeditas, pretendem vir a promover esta formação.

Duarte Pereira: *“Não, não. E é tão simples quanto isto, eu estou ligado aos bombeiros e até nos bombeiros temos algumas dificuldades, quem dá a formação não é o CDOS, não é a PC, é a Escola Nacional de Bombeiros que por norma dá a formação nessas áreas aos bombeiros, e, com certeza, que para os professores é como digo, há-de acontecer, há-de ser criado qualquer organismo que possa preparar os professores para eles depois poderem dar essa mesma formação.”*

Edgar Quaresma: *“Nós queremos fazer isso,... acho que isso é passível perfeitamente de ser feito. O problema de não ser feito é por uma questão prática, porque realmente não temos meios suficientes, obriga a um calendário e a uma organização que o permita.”*

Firmino Ramos: *“Há palestra mas para público em geral, onde os professores também estão englobados e se houver um interesse dos professores em estar informados sobre isso, não precisam que ninguém lhes diga que é para professores, porque é para público em geral, não serve só para a escola, também serve para a vida privada. Isso às vezes é um pouco falta de interesse.”*

Gonçalo Santos: *“Nesta área julgo que não. Enquanto noutras áreas a formação existe, em diferentes centros de formação, em diferentes agrupamentos escolares, na área da PC, não existe.no entanto é uma vontade (da Associação) que se faça, porque nós percebemos essa lacuna a partir do momento que abordámos as escolas e vimos, ao ir para o terreno, percebemos perfeitamente que era uma lacuna.”*

Relativamente à subcategoria Práticas estabelecidas, a tendência global dos discursos aponta no sentido da falta de iniciativa das escolas para uma actuação ambiciosa nesta área. É gritante a disparidade entre as respostas de Duarte Pereira e Edgar Quaresma, indivíduos com responsabilidades análogas, assumindo este último que “toma as rédeas” do processo para depois poder exigir resultados iguais em toda a sua área de influência. Gonçalo Santos salienta a heterogeneidade neste domínio, subentendendo-se que as escolas agem, sobretudo, reactivamente.

Duarte Pereira: *“Ora bem, eu penso que o trabalho que as escolas estão a desenvolver, enfim, que será mais um trabalho de informação e não mais do que isso, que face às condições que as escolas têm, pouco mais poderão fazer. Se passarem algum tipo de informação nessa área, acho que já é muitíssimo bom, não vejo que possam ir muito além disso”.*

Edgar Quaresma: *“Pode haver às vezes, mas é muito residual, somos nós próprios que damos a iniciativa. Este era o meu plano de actividades com as escolas, (mostra no ecrã do computador) trimestres, 1.º ciclo, 2.º e 3.º, secundário, jardins-de-infância e lares, portanto era esta a nossa matriz... fazemos porque, de facto, é obrigatoriedade da própria câmara, e nessa circunstância não queremos obviamente deixar de fazer, até para poder exigir depois outro tipo de comportamentos.”*

Firmino Ramos: *“Para já, é muito pouco ainda.”*

Gonçalo Santos: *“Há escolas que já estão a desenvolver esse trabalho, é um trabalho muito incipiente, muito superficial. O que me preocupa ainda mais, são as escolas que não estão a desenvolver qualquer trabalho nesta área e que ainda são bastantes. Se bem que as escolas são incentivadas, são apoiadas, mas como é uma temática um pouco complicada e foge um pouco da formação académica dos professores, de uma maneira geral, acabam por pôr de lado a sensibilização em PC.”*

Quando questionados sobre o Clube de Protecção Civil, Duarte Pereira e Firmino Ramos não conhecem esta iniciativa. Como já ficou referido por um dos entrevistados (Representante de CDOS) que todos os municípios tinham conhecimento do projecto (p. 16), apenas se pode justificar este desconhecimento com o facto de a sua divulgação não

ter obedecido à mesma metodologia por parte de todos os CDOS. Só assim se pode explicar que um Presidente da Câmara nunca tenha ouvido falar do Clube. Edgar Quaresma e Gonçalo Santos demonstram um profundo conhecimento do projecto e reconhecem as potencialidades desta estratégia como sendo uma compilação de materiais para ser utilizada pelas escolas. É uma forma de a mesma se auto dinamizar em torno desta temática, ao longo de todo o ano lectivo, em vez de apenas acontecer nas acções pontuais promovidas pelas instituições externas. Como limitações, é referido por Edgar Quaresma a falta de coordenação entre a estrutura regional e as locais, enquanto o Gonçalo Santos aponta o reduzido número de alunos que deste modo são envolvidos.

Edgar Quaresma: *“Sei que nalgumas circunstâncias está a funcionar. Eu quero ver se consigo aplicá-lo também aqui em --.e a ideia foi essa, era criar efectivamente um conjunto de materiais que pudessem, digamos, servir como manual e como guião para vir a concertar um conjunto de actividades e de acções ligadas às áreas da PC. ...depois as escolas seguiam ou não seguiam, adaptavam ou não adaptavam, porque é diferente, estar no litoral ou estar no interior, estar no norte ou estar no sul. Nós tentámos que fosse aqui uma coisa mais aberta, na altura da criação do Clube. Agora é uma questão d adaptação, é uma questão de aferição.claro que precisa, obviamente, de algum acompanhamento inicial por parte das estruturas, e o falhanço tem sido um bocado esse, porque depois não há uma concertação dentro do próprio sistema, porque os serviços distritais, muitas vezes para mostrar trabalho, fazem as coisas autonomamente dos serviços municipais e não concertadamente, para poderem dizer que são eles e não são os outros, e vice-versa. E, portanto, isso deveria ser efectivamente implementado dessa maneira, podendo dinamizar, dizendo, temos aqui um conjunto de acções, vamos ver o que é que vamos fazer.”*

Gonçalo Santos: *“Sim, temos conhecimento e um dos objectivos da Associação, quando esse Clube existir nas escolas em que vamos intervir, é dar apoio aos professores que integram esse Clube para que eles não se sintam perdidos, para que eles sintam apoio. Mesmo que tenham alguma lacuna em termos de PC, a Associação pode suprir. O que acontece é que muitas vezes o corpo docente de uma escola este ano está cá, temos um professor dinâmico e que desenvolve muitas actividades no Clube de PC e, julgamos nós que temos naquela escola um bom Clube. Acontece que esse professor no ano seguinte é colocado noutro lado e quem vai para lá não desenvolve o Clube ou até pode haver um, mas por mais vontade que tenha, não sabe. Nesse caso, a Associação tem também esse objectivo, dar apoio para que o Clube não esmoreça, porque uma coisa são as acções de sensibilização pontuais que ao longo do ano lectivo estão previstas que aconteçam para sensibilizar para os diferentes riscos, outra coisa é um professor, um Clube de PC, que está todos os dias na escola e que todos os dias pode desenvolver um trabalho interessante. ...com o Clube estamos a restringir o público, só aqueles alunos que por si têm esta vontade, aderem a esse clube. Esses alunos poderão ser, digamos, os melhores conhecedores dessas dinâmicas e poderão levar para o seu grupo de amigos esses conhecimentos que trazem do Clube. No entanto, é uma pequena parte do universo escolar porque se nós queremos educar, formar todos os elementos da escola, não é com o Clube que vamos conseguir.”*

A convicção destes “actores” relativamente ao melhor método para o desenvolvimento da cultura de segurança nas escolas, converge em torno da inclusão nos currículos disciplinares e da cooperação institucional.

Duarte Pereira: *“...em articulação, o Ministério da Administração Interna com o ME, devem ser implementados currículos no sentido de que possa ser administrada a educação nessas áreas aos alunos. ...para uma melhor passagem, digamos assim, dos conhecimentos, era bom que os professores tivessem aqui formação nestas áreas para poderem transmitir depois os conhecimentos aos seus alunos e penso que ninguém melhor do que os professores pode fazer este tipo de trabalho, fundamentalmente um trabalho teórico. Depois na parte prática, aí pode haver a colaboração dos bombeiros, pode haver a colaboração de outros elementos da PC, logo que eles existam e que estejam devidamente preparados para poderem fazer este tipo de trabalho. ...nesta área, como em muitas, é fundamental que haja parcerias, que haja cooperação entre as diversas instituições. Neste caso em particular, fundamentalmente, entre o município e as escolas, para que em conjunto possam planear acções que possam ter um certo impacto na comunidade escolar como na comunidade em geral, levando a efeito alguns simulacros, a nível de PC, do socorro, para que possam pôr em prática junto da comunidade escolar aquilo que, eventualmente, possa acontecer um dia na realidade. É fundamental, porque neste momento pelo menos, de futuro não sei, mas neste momento, a escola não tem capacidade para desenvolver, só por si, esse tipo de situações. Agora, em colaboração com o município e bombeiros, poder-se-á prestar, digamos, um serviço com qualidade e de uma forma prática.”*

Edgar Quaresma: *“Pode ser uma componente temática ou programática dentro de uma cadeira, área de projecto, seja o que for, formação cívica. E simultaneamente potenciar essa relação com os serviços, que têm efectivamente uma componente na sua lei orgânica em termos daquilo que são as acções de sensibilização junto de vários públicos alvo e eles podem efectivamente ser o motor essencial, não são os bombeiros. Os bombeiros são uns colaboradores, que podem legitimar do ponto de vista prático e operacional e visível essas acções. Mas não chega. É por isso que a PC é uma estrutura, é um serviço que deve efectivamente ter essa componente em termos administrativos e também técnicos, como é óbvio, de divulgação, de dinamização nessas acções e depois reúne-se ou rodeia-se de um conjunto de parceiros...”*

Firmino Ramos: *“Deve ser feito um programa primeiro. Tem que ser feita uma linha com cabeça, tronco e membros. E essa linha tem que começar logo nos pequeninos, quando vão para a creche, tem que começar logo aí. Depois, quando chegarem às escolas e quando chegarem ao 9.º ou ao 12.º ano, já têm que ter esse disciplina ou essa intuição, já não é preciso que ninguém lha esteja a “martelar”, já têm que a ter lá dentro. Mas tudo isso depende de um plano. Tem que haver um plano no ministério, que comece do zero e vá até ao infinito. Agora, nem os professores estão preparados, nem os alunos querem saber. Alguns ainda se interessam, mas a maioria não quer saber, porque não há um plano, isso não foi feito desde pequenino. Portanto, tem de ser uma coisa bem estruturada.”*

Gonçalo Santos: *“...estamos a falar de acções de sensibilização num determinado local, cada um tem a sua realidade e essas realidades acabam por ser distintas. Sendo distintas, acho que é importante serem os agentes locais de PC, que conhecem muito bem as manifestações de riscos nessa área, a reportarem e a estarem junto das escolas*

e a sensibilizarem. Até porque é diferente um comandante dos bombeiros estar numa escola, em que os alunos o vêm passar e o vêm no seu dia-a-dia, no seu quotidiano, do que uma pessoa estranha que vem falar de um assunto. Até pode ser muito interessante, mas assim há uma identificação, sendo os agentes locais a estarem a trabalhar esse assunto. Com uma coordenação, sempre a haja uma acção de sensibilização, tentar coordenar as diferentes entidades para que haja uma concertação de uma missão. Ou seja, se vamos abordar incêndios florestais, faz sentido que estejam lá os bombeiros com uma viatura de combate, a Associação, neste caso, com uma apresentação para incêndios florestais, para que tudo saia num encadeamento. Ainda não está a acontecer, mas eu julgo que daqui para o futuro as coisas vão correr bem, porque há um bom entendimento com os municípios com quem trabalhamos. O CDOS, a avaliação que fez da prestação deste primeiro ano, foi muito boa e agora vamos aguardar para o futuro.”

Na categoria Cultura de prevenção em Portugal, ao ser referido o valor de 21% de alunos que tinham Ponto de encontro definido em casa, a posição mais descrente foi a de Duarte Pereira. Edgar Quaresma patenteia uma certa desconfiança, “esperava um valor bem menor”. Para Firmino Ramos e Gonçalo Santos o valor referido é realista e não é por eles refutado.

Duarte Pereira: *“Eu em relação a isso fico surpreendido. Como é que num concelho como o nosso, conhecendo eu como conheço, conhecendo também os munícipes como conheço, haver 21%. Eu acho que é bom demais, mas a ser verdade isso, é evidente que eu fico satisfeito, embora ache que esses números são muito exagerados. Eu estou convencido que não acontecerá isso em 21% dos lares deste concelho, no entanto, se assim for, melhor, porque é sinal que as consciências estão alertadas e num caso de qualquer tipo de catástrofe poderemos contar com uma população mais ou menos esclarecida, o que eu tenho imensas dúvidas, mas é evidente que gostaria que assim fosse, que as populações estivessem esclarecidas porque eles também fazem parte da PC e portanto, quanto mais esclarecidos eles estiverem mais as forças intervenientes no processo terão certamente a vida facilitada quando estiverem a actuar no terreno.”*

Edgar Quaresma: *“É significativo, eu acho, porque esperaria uma percentagem muito mais baixa. Não é obviamente uma percentagem muito considerável, mas, de facto, ter um ponto de encontro já é realmente qualquer coisa. São as circunstâncias do conceito ponto de encontro e terem referido como tendo. Para mim acho que já é muito importante.”*

Firmino Ramos: *“Isso é porque já têm formação anterior. Eles para terem o ponto de encontro já tiveram formação específica noutra sítio, numa escola, ou são alunos que pertenceram aos escuteiros, ou pertenceram aos cadetes infantis dos bombeiros, ou podem ter ouvido falar na escola. Isso faz-se na escola, já há muitos anos. Os pontos de encontro são treinados todos os anos. No início da época são treinados e é possível que eles tenham isso treinado. E se calhar esses 21% de alunos são filhos de bombeiros, andam a ouvir falar disso todos os dias. Se calhar é possível que esses 21% estejam incluídos em filhos de bombeiros e pessoas que ouviram.”*

Gonçalo Santos: *“É bom, muito não é, mas para mim, julgo que é bom. Se já estamos com 21% estamos quase com ¼, já é bom.”*

Finalmente, aos serem inquiridos sobre a avaliação global do nível de preparação da população residente no concelho, continua a obter-se como resposta, o reduzido grau de preparação. Duarte Pereira, inserido no meio rural, corrobora o que já havia sido dito no ponto anterior, uma maior sensibilização relativamente aos incêndios florestais, mesmo que isso tenha sido conseguido à custa das políticas repressivas. Firmino Ramos “aponta o dedo” à falta de políticas efectivas, tecendo mesmo uma dura crítica, à acção como reacção, sendo este último aspecto também constatado pelo Gonçalo Santos.

Duarte Pereira: *“Eu penso que a nível do concelho as pessoas estarão mais ou menos preparadas para a questão dos incêndios florestais, aí acho q sim. As pessoas hoje estão mais ou menos consciencializadas dos riscos e de como devem proceder em caso de incêndio, desde utilizar a água para regar à volta das suas habitações. Nesse aspecto, diria que aí uma grande maioria da população tem consciência de como proceder nessas situações e vão tendo comportamentos diferentes. É evidente que alguns, fruto da actuação das autoridades, depois que a lei saiu e obriga à limpeza das matas, à limpeza de 50 metros junto às suas habitações, quer dizer, eles aí têm consciência de como proceder. Não foi fácil e hoje eu acho que sim, temos grande parte das nossas matas limpas. Em situações diferentes, eu penso que aí já é completamente diferente.”*

Edgar Quaresma: *“...há vários, digamos, graus de desenvolvimento por parte dos vários públicos-alvo. Se é verdade que há uns anos ninguém ligava para aqui a pedir seja o que for, neste momento há pessoas que já ligam para aqui, e quando têm alguma dúvida ligam para a PC. Por variadíssimas razões, às vezes nem têm a ver com acções de PC. Questões policiais, porque o meu vizinho fechou-me a água e eu não tenho água e isto é um assunto de PC. O que está na origem é a zanga com o vizinho, mas de qualquer forma, como falta água já são capazes de argumentar que é da PC. E portanto, é essa a nossa função e nós não devemos ter medo dela, sensibilizando e formando as pessoas para que sejam protagonistas da sua própria segurança. E ainda muito há a fazer.”*

Firmino Ramos: *“As pessoas, preparadas, não estão. Não há pessoas preparadas, o povo não está preparado. A intenção de os preparar é capaz de ser alguma. Os políticos têm intenção em os preparar, mas ainda não começaram a preocupar-se com isso, porque isso também, se calhar, envolve algum dinheiro que precisam para outros lados. Agora, o povo, a população no concelho de -- quando sentem “o rabo a arder” e quando é preciso, eles vão e ajudam embora às vezes uma ajuda exagerada, aquela ajuda que não é certa, mas pronto, é alguma. Peca-se às vezes por excesso e peca-se por falta. Agora, se se devia fazer alguma coisa... devia, muita coisa, muita coisa para fazer. Podia haver uma educação e uma sensibilização a nível florestal, a outros níveis, a nível de seguranças locais, de poços, de varandas, de escadarias. Mas isso é uma coisa que é capaz de dar muito trabalho, é capaz de gastar muito dinheiro e os políticos ainda não estão bem virados para isto. Não é esta camada de políticos que está que se vai virar para a prevenção. Estes políticos ainda são: deixa estar, quando a casa cair, logo vemos o que é que fazemos. É um salve-se quem puder.”*

Gonçalo Santos: *“É uma grande lacuna, é uma falha que não se tem conseguido alterar, porque eu acho que aquilo que nós em Portugal estamos a fazer é actuar por reacção e não por prevenção. Há um incêndio, há uma inundaçãõ, há um deslizamento de terras e vamos lá. Mas o antes, em que as pessoas podiam ter previsto essa situação, ou então, caso ela aconteça, consigam prevenir-se e precaver-se para não se exporem tanto. O*

que acontece é que isso não ocorre porque as pessoas não estão informadas. Mas também acho que há um alheamento muito grande, enquanto em países do centro e norte da Europa ou nos EUA ou na Austrália há uma consciência muito grande e a PC está muito presente e as pessoas actuam muito por aquilo que ouvem na comunicação social e informam-se, em Portugal ... acho que não estão informadas. Mas também as pessoas estão alheadas, não me parece que haja uma ânsia de informação e que elas não consigam obter. Ainda não consegui perceber qual a fórmula ideal que vá mudar. Talvez o facto de a população portuguesa ser uma população com uma carência, um deficit cultural, académico, talvez isso justifique um pouco. Mas lá está, nós não conseguimos de um momento para o outro. O importante é como nós estamos a fazer, começar com os mais novos, que eles são os cidadãos de amanhã e são as pessoas formadas, cultas e informadas e que vão estar nos diferentes trabalhos, nos diferentes ofícios e que vão ocupar a sociedade do futuro e aí, se eles já levarem esta mensagem desde pequenos, talvez nessa altura, a atitude mude.”

Após a interpretação dos discursos e retirada toda a informação relacionada com cada subcategoria na forma de excertos com elevado grau de significância para este estudo, foi a mesma organizada na grelha de análise das dimensões (Tabela 36).

Numa primeira análise, destaca-se a ausência de regularidades institucionais. Na leitura vertical desta tabela, poderemos identificar dois pares de entrevistados com missões semelhantes e que apresentam posicionamentos/atitudes algo díspares. São eles, no âmbito regional, Belmiro Nunes e Casimiro Oliveira, a quem impendem os sectores de Planeamento e Sensibilização de dois CDOS e, no âmbito local, Duarte Pereira e Edgar Quaresma, responsáveis pelos SMPC dos respectivos municípios.

Passando a uma leitura horizontal e a uma escala mais pormenorizada, dentro da categoria Configuração institucional, na Política de actuação o procedimento recorrente destas instituições é a resposta às solicitações das escolas (se estas as fizerem). No entanto, fica a ressalva, no que diz respeito às entidades regionais, que a sua linha de acção já foi mais interventiva. É ao nível local que a heterogeneidade é mais evidente, com duas instituições que se pautam por uma completa passividade, aqui representadas por Duarte Pereira e Firmino Ramos. A este último, Comandante de uma corporação de bombeiros, não caberá propriamente o mester de tomar iniciativas. O mesmo já não se poderá dizer de Duarte Pereira, responsável máximo da PC municipal.

Quanto à tipologia de acção, as modalidades mais referidas são o apoio ao planeamento de emergência (de referir que as escolas devem “convocar” os agentes de PC aquando da realização dos simulacros anuais), o apoio e incentivo à implementação dos Clubes de PC e as acções de formação. A sensibilização aos responsáveis das escolas e o apoio técnico concentra-se prioritariamente no domínio regional.

Na categoria relativa à consubstanciação do Quadro legal que enforma o desenvolvimento da cultura de segurança em meio escolar, atinge-se uma quase unanimidade de opiniões referindo que, na generalidade, ainda está não implementado. Concretizando, no que concerne à Lei de Bases da PC, nenhum dos sete entrevistados

reconhece que os programas de ensino, nos seus diversos graus, já incluem na área de formação cívica, matérias de protecção civil e autoprotecção. Já quanto à Organização da Protecção Civil - âmbito municipal, ao serem questionados se as autarquias promovem e incentivam acções de divulgação sobre protecção civil junto dos munícipes com vista à adopção de medidas de autoprotecção, Duarte Pereira e Firmino Ramos referem que algo se vai fazendo. No entanto, à semelhança do diploma anterior, a maioria refere que, na generalidade, ainda não está implementado, apesar de um ou outro entrevistado chegar a nomear alguns SMPC que, pelo país fora, constituem verdadeiros exemplos de boas práticas.

A Concretização em meio escolar constituía a 3.^a categoria a pesquisar e, dentro desta, a subcategoria Professores é a que congrega a concordância de todos os respondentes quanto à sua falta de habilitações/preparação para abordarem estas temáticas. Uma ligeira nuance ressalta no discurso de Belmiro Nunes ao referir que alguns docentes não são sensíveis a estas questões e reagem mal, por exemplo, à interrupção das aulas para a realização dos simulacros. A maioria reconhece que não há oportunidades de formação nesta área. Casimiro Oliveira e Firmino Ramos “culpam” os professores por não a procurarem, referindo o primeiro que o CDOS está pronto para ir fazer essas formações desde que as escolas o solicitem e o segundo que, se os professores tivessem interesse, procuravam palestras em que se abordam estes temas. Sobre a Avaliação global das práticas instituídas nas escolas, os responsáveis de âmbito regional, porque têm uma visão macro e um conhecimento de uma vasto espectro de realidades, são unânimes no diagnóstico da grande heterogeneidade, com escolas a trabalhar muito bem e outras numa total inércia. A reactividade é mencionada sobretudo pelas entidades de âmbito local, aquelas que mais frequentemente vão instar as escolas com propostas de dinamização. Os discursos de Casimiro Oliveira e Duarte Pereira foram de difícil codificação, daí a simbologia diferente na Tabela 36, pois assumem uma postura um tanto velada, dando a entender que as escolas até “vão fazendo”. Relativamente à estratégia Clube da PC, excluindo os dois responsáveis institucionais que não conheciam o projecto (Duarte Pereira e Firmino Ramos), todos lhe reconhecem potencialidades e limitações. Para Casimiro Oliveira, o Clube é a solução para esta abordagem, pelo que apenas aponta as suas potencialidades. Na subcategoria Estratégia ideal, este mesmo entrevistado já indica que uma abordagem disciplinar, seria o mais profícuo. E não está sozinho nesta opção, sendo a mesma corroborada pelos restantes, à excepção de Gonçalo Santos.

Na avaliação que é feita da Cultura de segurança em Portugal, na relevância que atribuem à definição do ponto de encontro, mais uma vez, é gritante a divergência de opiniões. Alberto Moreira, Duarte Pereira e Edgar Quaresma consideram os supostos 21% de lares que o têm estipulado como “bom demais”, Firmino Santos e Gonçalo Santos acham um valor “razoável”, mas a posição de Belmiro Nunes e Casimiro Oliveira

(representantes de 2 CDOS), desvalorizando esta medida de autoproteção é no mínimo estranha. Numa avaliação global, todos são peremptórios ao afirmar que a população não está preparada para enfrentar situações potencialmente perigosas, se bem que, Belmiro Nunes, Casimiro Oliveira e Duarte Pereira referem que alguns progressos se têm conseguido juntos das populações rural relativamente ao risco de incêndios florestais.

Finda esta escarpelização institucional dos 7 entrevistados, é evidente uma dicotomia dos posicionamentos e práticas. Por um lado, Alberto Moreira, Belmiro Nunes, Edgar Quaresma e Gonçalo Santos representam entidades proactivas, com espírito de iniciativa, dinâmicas de participação e de envolvimento das populações (escolas) que se encontram na sua área de influência. Numa atitude completamente oposta, manifestamente expectante, tentando imputar as responsabilidades a outrem, temos Casimiro Oliveira, Duarte Pereira e, em parte, também Firmino Ramos.

Esta constatação remete-nos para a seguinte conclusão: a cooperação e apoios externos de que as escolas se podem valer para o desenvolvimento de uma cultura de segurança, não são uniformes, nem no espaço, nem no tempo, e estão intrinsecamente relacionados com a relevância e a prioridade que os responsáveis institucionais lhe atribuem.

Tabela 36 - Identificação das dimensões presentes nos discursos dos entrevistados

Categories	Subcategories	Dimensões	Alberto Moreira	Belmiro Nunes	Casimiro Oliveira	Duarte Pereira	Edgar Quaresma	Firmino Ramos	Gonçalo Santos
Configuração institucional	Política de actuação	Iniciativa própria		X			X		X
		Resposta às solicitações	X	X	X	X		X	
	Tipologia de acção	Sensibilização aos responsáveis	X	X					
		Apoio técnico	X	X			X		
		Acções de formação		X			X	X	X
		Implementação do Clube da PC	X	X	X		X		X
		Planeamento de Emergência	X	X		X	X	X	
Quadro Legal	Lei de Bases da Protecção Civil	Na generalidade não está implementada	X	X	X	X	X	X	X
	Protecção Civil Municipal	Na generalidade não está implementada	X	X	X		X		X
Concretização em meio escolar	Professores	Falta de habilitações / sensibilidade	X	/X	X	X	X	X	X
		Poucas oportunidades de formação	X	X		X	X		X
		Formação não é procurada			X			X	
	Avaliação global das práticas	Alguma iniciativa			x	x			
		Reactividade	X				X	X	X
		Heterogeneidade	X	X	X				X
	Clube da PC	Potencialidades	X	X	X		X		X
		Limitações	X	X			X		X
	Estratégia ideal	Abordagem disciplinar	X	X	X	X	X	X	
		Delegado de Segurança		X					
		Cooperação institucional	X	X		X	X		X
Cultura de prevenção em Portugal	Ponto de encontro (21%)	Optimista	X			X	X		
		Realista						X	X
		Desvalorização		X	X				
	Avaliação global	Negativa	X	X	X	X	X	X	X
		Melhor na pop rural para com os IF		X	X	X			

Conclusão e recomendações

Em Portugal, a lógica subjacente às políticas relacionadas com Protecção Civil continua a ser a da Gestão Integrada das Emergências. Começa a surgir em casos muito pontuais a aplicação do Princípio da Precaução, iniciativa que pressupõe pró-actividade, uma efectiva dinâmica de participação em que diversos actores e diversos procedimentos se relacionam no sentido do planeamento estratégico e da intervenção estruturada. Assim, é determinante o conhecimento das situações para uma actuação integrada, minimizando ou mitigando as consequências dos eventos potencialmente danosos.

No final deste trabalho sou tentada a fazer referência ao exemplo ilustrativo que coloquei logo na primeira página da introdução. Foi a ocorrência do desmoronamento na praia Maria Luísa, a 21 de Agosto de 2009, como podia ser outro qualquer. Um ano volvido, o Jornal de Notícias, na sua edição de 19 de Agosto, noticiava: “Apesar de há um ano terem morrido cinco pessoas na derrocada de uma arriba na praia Maria Luísa, em Albufeira, há banhistas que teimam em ignorar os avisos, queixando-se de que os sinais são pouco explícitos. Na sequência do acidente entrou recentemente em vigor uma lei que prevê a aplicação de multas a banhistas que estejam em áreas de risco ou destruam sinais e barreiras de protecção, mas os maus hábitos parecem manter-se”.

É neste domínio que a Escola tem de assumir o seu papel primordial na mudança de atitudes e mentalidades, contribuindo indubitavelmente para o desenvolvimento e incorporação de uma verdadeira cultura de segurança. Só deste modo contribuirá para o surgimento de uma sociedade composta por cidadãos que se deixam envolver em processos de participação pública. Grandes desafios estão lançados quanto à concepção de estratégias eficazes de comunicação/informação sobre temáticas do risco, devidamente adaptadas a este público-alvo. O processo deve centrar-se nas causas e efeitos dos problemas e sua prevenção e mitigação. Actividades realizadas em sala de aula estarão relacionadas e complementadas pelo trabalho de campo e pesquisa realizada pelos alunos. Desta forma, os conteúdos educacionais relacionados com os fenómenos potencialmente danosos, tornam-se parte das experiências escolares, pesquisas e projectos. Isso contribui para a criação de uma cultura de prevenção que pode levar à redução dos efeitos negativos das consequências, instituindo um processo interactivo e mútuo de aprendizagem entre a população e as instituições.

Para que esta tarefa seja levada a “bom porto” os professores têm que estar minimamente sensibilizados para tal. A falta de formação foi uma constatação inegável, diagnosticada no inquérito aplicado e nos discursos dos vários entrevistados. É premente que os Centros de Formação valorizem esta área. Uma formação no domínio da sensibilização em PC, com medidas básicas de autoprotecção, manuseamento de extintores, procedimentos de evacuação, entre outras, deveria ser facultada a todos os professores. Recorde-se a experiência levada a cabo no Japão, na Escola de Maiko, (p. 7)

em que os docentes, para ministrarem um curso específico nesta área, usufruíram de formação durante dois anos. Obviamente, não se está a defender um grau de especialização tão aprofundado para todos os docentes, apenas a constatar a disparidade estratégica de implementação.

Oficiou-se que, a todos os alunos do 5.º ano tinha de ser ministrado um módulo de “Cidadania e Segurança” pelo Director de Turma, que pode ser proveniente das mais diversas áreas de formação. O legislador cumpre as orientações internacionais que recomendam a inclusão destas temáticas nas escolas e o cidadão (professor) tem de cumprir aquilo que, em muitos casos, é “incumprível” porque não o sabe fazer, mas tem de “fazer de conta” que sabe. Só que, o desenvolvimento de uma cultura da segurança não se alcança com o mero cumprimento de normativos legais como Decretos-Lei, Despachos, Directivas e Regulamentos, numa estratégia “top-down”. Consegue-se com a formação global do cidadão, estimulando a capacidade individual de identificação dos riscos e consequente eliminação ou redução das consequências das suas manifestações.

Neste sentido, quase todos os entrevistados referiram que a forma mais eficaz seria a abordagem em contexto do desenvolvimento curricular de certas disciplinas. Numa consulta ao sítio http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MFAP/GOP_2010_2013.pdf, as Grandes Opções do Plano 2010-2013, verificou-se que na página 53 deste documento consta: “Pretende-se fazer ajustamentos no plano de estudos do ensino básico, de forma a reduzir o número de unidades curriculares simultâneas em cada ano de escolaridade, a promover uma maior flexibilidade de gestão e a efectiva integração curricular de áreas “transversais” como a Educação para a Saúde e a Educação para a Cidadania. Estas iniciativas serão desenvolvidas de forma faseada até ao ano lectivo de 2012-2013, de modo a assegurar os adequados procedimentos de consulta, acompanhamento e monitorização”.

Parece estar assumido o compromisso de integração curricular, resta saber o que vai caber debaixo deste grande chapéu designado Educação para a Cidadania e se irá persistir a estratégia que foi implementada no 5.º ano, ou seja, ministrada pelo Director de Turma. Neste âmbito, preconizo que seja feita uma reorganização curricular entre as 3 áreas que já abordam estas temáticas, Ciências Naturais/da Natureza, Ciências Físico-químicas e Geografia, em que, por exemplo, a primeira abordaria os riscos naturais, a segunda os antrópicos e a Geografia os mistos. Evitava-se deste modo a repetição (bem patente na Tabela 2, p. 17) e garantia-se uma sequencialidade que tivesse em linha de conta o desenvolvimento intelectual dos jovens. Considero ainda, sem qualquer dúvida, que os docentes destas áreas estarão mais habilitados para tal do que outro com uma formação académica na área das Línguas, por exemplo, a quem seja imposta a sua abordagem no âmbito da Formação Cívica. Estas três áreas ocupar-se-iam da abordagem genérica, segundo um currículo uniforme a todo o território nacional e as vulnerabilidades próprias e específicas de cada região ficariam a cargo das estruturas locais de PC, em particular dos SMPC, que detêm responsabilidades na área da sensibilização. Mas para tal, têm de estar

devidamente apetrechados, com recursos materiais e humanos, e sobretudo com uma atitude interventiva, como a que foi patenteada pelo entrevistado Edgar Quaresma.

Outras instituições têm de ser também envolvidas nesta tarefa, nomeadamente aquela em que alunos e professores depositam um maior grau de confiança, os Bombeiros. A profissionalização desta formação é imperativa e constitui uma mais-valia que as escolas não podem descurar. Ficou também comprovado que estas entidades não actuam territorialmente de um modo uniforme, havendo discrepâncias à escala distrital e, mais evidentes ainda, à escala municipal.

Referências bibliográficas

- DPC (2005) - Plano de Prevenção e Emergência para Estabelecimentos de Ensino, Departamento de Protecção Civil de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa;
- Foddy, William (1996) - *Como perguntar*. Oeiras: Celta Editora;
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (1992) - *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora;
- Hill, Andrew e Hill, Manuela Magalhães (2002) - *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo;
- INE – XIII Recenseamento Geral da População – 2001;
- Lopes, Dina (2009) - Sensibilização em Protecção Civil – Uma investigação centrada na Casa Municipal de Protecção Civil de Coimbra. Dissertação de Mestrado. *Universidade de Coimbra – Dinâmicas Sociais e Riscos Naturais*. Coimbra;
- Lourenço, Luciano (2005) - *PROSEPE - Dez Anos de Sensibilização e Educação Florestal*. Coimbra: NICIF;
- Lourenço, Luciano (2007a) - “Riscos naturais, antrópicos e mistos”. *Territorium*, 14. 109-113;
- Lourenço, Luciano (2007b) - *PROSEPE - Floresta convida*. Coimbra: NICIF;
- Mendes, José Manuel (2003) - “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”. *Oficinas do CES*, 194;
- Mendes, José Manuel (2007) - Vulnerabilidade Social, Risco e Segurança das Populações: O Papel do Planeamento, in C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão (org.), *Riscos Públicos e Industriais*. Lisboa: Edições Salamandra, 33-44;
- Mendes, José Manuel e Tavares, Alexandre (2009) - ‘Building Resilience to Natural Hazards. Practices and Policies on Governance and Mitigation in the Central Region of Portugal’, in Martorell et al. (eds), *Safety, Reliability and Risk Analysis: Theory, Methods and Applications*. London: Taylor & Francis Group, 1577-1584;
- ME (2003) - Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas Mem Martins: Editorial do Ministério da Educação;
- ME (2007) - Direcção de Serviços de Inovação Educativa, Circular n.º 18, de 11 de Dezembro, *Implementação do módulo “Cidadania e Segurança”*;
- Nova, Elisa (1997) - *Educar para a Protecção Civil - Projectos para a Área-Escola e Actividades de Complemento Curricular*. Lisboa: Texto Editora, 2ª Edição;
- Pereira, Alexandre (2008) - *SPSS Guia Prático de Utilização: Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo, 7ª Edição;
- Pestana, Maria Helena e Gageiro, João (2008) - *Análise de Dados para Ciências Sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, 5ª Edição;
- Rebelo, Fernando (2003) - *Riscos Naturais e Acção Antrópica - Estudos e Reflexões*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª Edição

- Ronan, Kevin e Johnston, David (2003) - "Hazards Education for Youth: A Quasi-Experimental Investigation". *Risk Analysis*, Vol. 23, N.º 5, pp. 1009-1020;
- Shiwaku, Koichi e Shaw, Rajib (2008) - "Proactive co-learning: a new paradigm in disaster education". *Disaster Prevention and Management*, Vol. 17, n.º 2, pp. 183-198;
- SNBPC (2006), *Clube de Protecção Civil*;
- Touraine, Alain (1984), *Le Retour de l'Acteur*. Paris, Maspero;
- UE (2002) – *A União Europeia e a Protecção Civil - Resposta a catástrofes – Coordenação da Protecção Civil na União Europeia*, (página consultada em 20 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: http://www.ec.europa.eu/echo/civil_protection/civil [online];
- UE (2005) - *Abordagem comunitária sobre a prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, (página consultada em 20 de Junho de 2008). Obtido via WWW. URL: <http://eur-lex.europa.eu>;
- UE (2009) - *Projecto de conclusões do Conselho sobre sensibilização em matéria de protecção civil*, (página consultada em 20 de Dezembro de 2009). Obtido via WWW. URL: <http://www.consilium.europa.eu>. [online];
- UNDP (2004) - *Reducing disaster risk. A challenge for development*. United Nations, (página consultada em 10 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: <http://www.undp.org>. [online];
- United Nations (2005) - *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disaster*. United Nations International Strategy for Disaster Reduction, (página consultada em 12 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: <http://www.unisdr.org>. [online];
- United Nations (2007) - *Towards a Culture of Prevention: Disaster Risk Reduction Begins at School, Good Practices and Lessons Learned*, (página consultada em 20 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: <http://www.unisdr.org>. [online];
- United Nations (2008) - *Disaster risk reduction in Europe: Overview of European national platforms, Hyogo Framework for Action focal points and regional organizations/institutions*, (página consultada em 20 de Novembro de 2008). Obtido via WWW. URL: <http://www.unisdr.org>. [online].

Diplomas legais consultados

Lei n.º 113/1991, de 29 de Agosto - Lei de Bases da Protecção Civil – (Revogada)

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro - Reorganização Curricular do Ensino Básico (Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro);

Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro - Normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares;

Despacho conjunto n.º 105-A/2005, de 19 de Janeiro dos Ministérios da Administração Interna e da Educação, revogado pelo Despacho n.º 25650/2006, de 29 de Novembro - Programa Escola Segura;

Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro - Enquadramento Institucional e Operacional da Protecção Civil no âmbito municipal;

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro - Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios;

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro - Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios;

Despacho conjunto n.º 13993/2009, de 19 de Junho dos Ministérios da Administração Interna e da Educação - Protocolos entre escolas e corpos de bombeiros;

Índice de Tabelas

1 - Comparação entre o articulado da LBPC de 1991 e 2006	11
2 - Abordagens disciplinares aos riscos naturais, antrópicos e mistos	18
3 - Planificação do Tema 3 do Módulo “Cidadania e Segurança”, 5º ano	20
4 - Participação em exercícios de evacuação na escola	31
5 - Ano em que participou em exercícios de evacuação	31
6 - Informação dada sobre as regras da evacuação	32
7 - Quem deve dar informação aos alunos	32
8 - Opinião sobre os exercícios de evacuação	32
9 - Periodicidade dos exercícios de evacuação	33
10 - Procedimentos dos alunos em caso de emergência	33
11 - Conversa com familiares sobre o exercício de evacuação	34
12 - Resultou melhor o exercício de evacuação ou o simulacro do ano anterior	35
13 - Há ponto de encontro definido em casa	36
14 - Iniciativa de definir o ponto de encontro	36
15 - Estojo de Emergência em casa	37
16 - Situações potencialmente perigosas no concelho	39
17 - Procura informação sobre situações potencialmente perigosas	41
18 - Interesse em frequentar um Clube de Protecção Civil	41
19 - Quem deve abordar estas temáticas	42
20 - Departamentos curriculares	43
21 - Tempo de serviço total	44
22 - Tempo de serviço nesta escola	44
23 - Medidas gerais de autoprotecção definidas em casa	44
24 - Ponto de encontro definido em casa	45
25 - Participou em exercícios de evacuação nesta escola	46
26 - Participou em exercícios de evacuação noutras escolas	46
27 - Opinião sobre os exercícios de evacuação	46

28 - Os exercícios de evacuação devem realizar-se	46
29 - A abordagem desta temática deve ser feita	47
30 - Considera-se preparado para abordar esta temática aos seus alunos	48
31 - Já recebeu formação específica em cultura de segurança face a riscos naturais/tecnológicos	48
32 - A formação foi ministrada por	49
33 - Conteúdos abordados	49
34 - Caracterização dos entrevistados	52
35 - Definição de Categorias, Subcategorias e Dimensões	53
36 - Identificação das dimensões presentes nos discursos dos entrevistados	80

Índice de Figuras

1 - Evolução da população do concelho de Aguiar da Beira, 1960-2001	27
2 - Estrutura etária da população do concelho de Aguiar da Beira, 1991-2001	27
3 - Grau de instrução da população do concelho de Aguiar da Beira	28
4 - Género do inquirido	29
5 - Sectores de actividade e desemprego no concelho de Aguiar da Beira	29
6 - Idade do inquirido	30
7 - Residência do inquirido	30
8 - Objectos que existem em casa para situações de emergência	38
9 - Situações potencialmente perigosas no concelho que preocupam os alunos do 5º ano	40
10 - Situações potencialmente perigosas no concelho que preocupam os alunos do 7º ano	40

Índice de Anexos

1 - Inquérito aplicado ao 5º ano	
2 - Inquérito aplicado ao 7º ano	
3 - Tabelas resultantes do apuramento dos inquéritos	
4 - Inquérito aplicado aos professores	
5 - Guião das entrevistas	
6 - Registo fotográfico	

ANEXOS